

José Márcio Barros (Org.)

Diversidade Cultural

Da proteção à promoção



autêntica

Copyright © 2008 by os autores

Organização
José Márcio Barros

Coordenação executiva
Fabiana Marques

Transcrição
Shirley Alexandra F. Ribeiro

Revisão e edição
Giselle Dupin
Dila Bragança de Mendonça
Vera Lúcia de Simoni Castro

Fotos
Luan Barros
Rodrigo Zeferino
(Agência Grão Fotografia)

Arte
José Augusto Barros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diversidade Cultural : da proteção à promoção / José Márcio Barros, organizador ; [fotos Luan Barros, Maurício Zaferino ; arte José Augusto Barros] . – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-7526-328-0

1. Antropologia social 2. Diversidade Cultural 3. Educação multicultural 4. Globalização I. Barros, José Márcio. II. Barros, Luan. III. Zeferino, Maurício. IV. Barros, José Augusto

08-04348

CDD-306.446

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade Cultural : sociologia 306.446





José Márcio Barros
(Org.)

Diversidade Cultural

Da proteção à promoção

autêntica

OBSERVATORIO
da diversidade
CULTURAL

Prefácio 6

Apresentação 10

**Cultura, diversidade e os desafios
do desenvolvimento humano. 15**

José Márcio Barros

**Promoção e Proteção da
Diversidade Cultural – O seu atual estágio. 26**

Promoção e proteção da Diversidade Cultural.
– O seu atual estágio. 27

Jurema Machado

O governo brasileiro e a Diversidade Cultural 36

Giselle Dupin

A Convenção sobre a Diversidade
Cultural espera para ser colocada em prática . . . 45

François de Bernard

Entrevista com o
Embaixador Guilherme Rishchynski 52



Sumário

Diversidade Cultural e Desenvolvimento Humano 64

Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena 65

Gersem Luciano

Desenvolvimento humano e diversidade 76

Márcio Antônio Salvato

Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil 88

Cesária Alice Macedo

Música, dança e diálogo intercultural • entrevistas com Dudude Herrmann e Paco Pigale. 107

Diversidade Cultural e Educação 124

Diversidade Cultural e Educação - dimensões de “uma revolução silenciosa”. 125

Tânia Dauster Magalhães

Diversidade étnico-racial e a educação brasileira 133

Nilma Lino Gomes

A Educação e a Diversidade Cultural 146

Américo Córdula

Anexo 156

Prefácio

Complexa diversidade



qui está um conjunto de textos que desafiam o leitor a pensar uma nova forma de perspectivar a diferença. Acostumados que estamos à experiência dos mecanismos de retroalimentação, cuja principal função é manter um sistema em homeostase, criando um equilíbrio à custa do sacrifício da diferença em nome da semelhança – mesmo que esse equilíbrio seja doente –, é refrescante ver uma postura complexificante que busca se afastar do tradicional molde do ação-reação-*feedback* que esteve na presidência de muito trabalho no âmbito da cultura. Esse movimento de ultrapassar o pensamento meramente sistêmico, ainda hegemônico em alguns setores, dá novo frescor aos estudos culturais.

A visada sistêmica está intimamente relacionada à noção de Cibernética. Os sistemas, simples ou complexos, são pensados como fluxos ou conjuntos de interações que se organizam segundo um padrão qualquer. O termo cibernética, por sua vez, deriva-se da palavra grega para “governador” (*kybernetes*) e começou a ser usado por Wiener, dentro de uma moldura conceitual que poderia ser relacionada com a de Karl Bühler, propositor do *Organonmodell* na década de 1930, base para o modelo comunicacional sistêmico em uso até hoje.

Wiener era professor de Matemática no MIT. Durante a Segunda Grande Guerra tentou produzir um sistema matemáti-

co e eletrônico para a comunicação de informações vitais. Depois desse trabalho, interessou-se pela computação automática e pela teoria do efeito de retorno – o famoso *feedback*. Assim, fundou a Cibernética, que não lida apenas com o controle automático de máquinas pelos computadores e outros aparelhos eletrônicos, mas também estuda a comunicação e os sistemas de controle. As seguintes obras de Wiener resumem seu trabalho: *Cybernetics* (1948), *The Human Use of Human Beings* (1950), *Nonlinear Problems of Random Theory* (1958). Vou repetir o título da obra de 1950: *O uso humano de seres humanos*. Desnecessário é reiterar o caráter sintomático desse título.

Seja como for, tais teorias reforçam um tipo de pensamento de controle pelo *feedback*, que se espalhou por várias áreas de conhecimento. Por um processo de metaforização desse conceito de controle usado em Engenharia, transferiu-se a cibernética para o campo social e para o pedagógico.

Diferentemente do pensamento linear newtoniano, reforçado pelo positivismo do século XIX, em que predomina a causalção eficiente (*post hoc, ergo propter hoc* – ‘depois disso logo por causa disso’, isto é, a causa passada do efeito presente), a ênfase maior do pensamento cibernético está nos chamados mecanismos circulares, que fornecem aos complexos sistemas a possibilidade de se manter, adaptar e auto-organizar. Isso torna possível exatificar

modelos científicos de atividades com certo propósito, ou seja, que se comportam segundo algum processo télico.

Pois bem, o comportamento de organismos vivos é chamado de teleonômico, ou seja, é também orientado para um estado futuro, que ainda não existe. Na Cibernética coloca-se que finalidade e causalidade podem ser conciliadas pelo uso de mecanismos não-lineares (circulares), em que a causa se iguala ao efeito. A aplicação mais comum dessa idéia de circularidade de retorno é a homeostase, quase um desejo de equilíbrio nas relações, sejam elas biológicas, sejam sociais. Uma das funções desse mecanismo retroalimentador, naturalmente, é a eliminação do ruído, aquilo que pode potencializar a destruição do ciclo “regenerador” representado pela retroalimentação (mecanismo associado mais à idéia de *mesmo* do que à idéia de *diferente*).

Entretanto, uma nova situação vem se desenhando. No panorama das últimas décadas do século XX e agora, neste novo século, o desenvolvimento da própria Cibernética e das tecnologias de comunicação, associado ao pensamento renovador – e mesmo maldito – de alguns filósofos, sociólogos, antropólogos, psicanalistas, biólogos, lingüistas, enfim, pensadores (alguns até de épocas mais distantes), um novo paradigma se desenha, centrado talvez na possibilidade da manutenção da diferença em igualdade com o *mesmo*.

Esse novo paradigma tem como traço distintivo o pensamento complexo, o caos, a entropia, a informação como latência, o olhar veloz, o inconsciente, a autopoiese pela qual os organismos criam mapas internalizados de uma *Lebenswelt* que nunca chega a ser lugar, a não ser no próprio organismo, a noção de signo, essa entidade plural, escorregadia, o intertexto, o hipertexto, o papel do observador relativamente ao observado, o erro como correlativo do acerto, a aceitação do acaso (o erro) e, principalmente, a rede. Tudo isso colabora num esboço de postura em que se olha o diverso, e o diverso entra numa relação de homeostase social não

por sua anulação na semelhança, mas por sua manutenção como diferença.

Daí meu prazer em escrever este prefácio e minha sensação de justeza em incluí-lo como um texto dos estudos culturais, sim, mas também um texto dos estudos de comunicação. Daí, minhas palavras de boas-vindas.

Julio Pinto
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação Social da PUC Minas



Apresentação

Em 2005 a PUC Minas, em parceria com o Ministério da Cultura do Brasil, a Secretaria de Estado da Cultura de MG, a Escola do Legislativo, a Ong Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Mundializações (GERM) e a Maison des Sciences de L'Homme Paris Nord, realizou o 1º Seminário Diversidade Cultural – o debate internacional para sua preservação.

O evento foi realizado em duas etapas, nos dias 5 e 21 de outubro, e teve a participação de educadores, estudantes, agentes culturais, jornalistas, artistas, gestores culturais, pesquisadores e interessados em geral.

A primeira etapa consistiu numa mesa-redonda realizada com a participação de Bernardo Mata Machado, da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte; Otávio Elísio, então Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de MG (IEPHA); Jurema Machado, da Unesco e Giselle Dupin, representante da GERM no Brasil.

A segunda etapa contou com a coordenação do presidente do GERM, François de Bernard, e de conferencistas como Sra. Louise Beaudoin, professora e pesquisadora da Universidade do Quebec e ex-Ministra da Cultura do Quebec; Sra. Tanella Boni, professora de Filosofia da Universidade de Abidjan, na Costa do Marfim, e presidente da rede “África, Filosofia e Democracia”; Sr. Jean-François Chougnnet, diretor-geral do Parque da Villette, em Paris, e comissário-geral do Ano do Brasil na França; Sr. André Nicolas, diretor do Observatório da Música em Paris; Sérgio Mamberti, secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura; Leonardo Brant, presidente do Instituto

Diversidade Cultural; Olimpio Barbanti Junior, secretário de Relações Internacionais e Intercâmbio da PUC Minas, e o jornalista e crítico de cinema Marcelo Castilho Avelar.

Graças ao sistema Inter Leges, o evento foi disponibilizado a todas as Assembléias Legislativas do País, e seus anais, publicados em 2006 pela Diretoria de Arte e Cultura da PUC Minas e disponibilizados em http://www.pucminas.br/documentos/diversidade_cultural_revista.pdf.

A realização de um segundo seminário em 2007 pretendeu dar continuidade à reflexão sobre os desafios para a promoção e a proteção da Diversidade Cultural, e promover a atualização do estágio em que se encontra a implementação das medidas regulatórias. Sua programação, em anexo, buscou trazer ao debate as articulações conceituais e políticas entre a Diversidade Cultural, o desenvolvimento humano, a educação e as artes.

Mais que uma realidade discursiva, a Diversidade Cultural e seus instrumentos de promoção e proteção, demandam uma nova práxis, ancorada não só no olhar crítico sobre a realidade mas também numa ação criativa e transformadora.

Daí a opção por consolidar nesta publicação as mais diversas perspectivas de arte, educadores, agentes culturais, economistas, antropólogos, pesquisadores, estudantes e interessados em geral, de forma a garantir uma coerência entre sua forma e seu conteúdo.

Ao disponibilizar seu conteúdo, queremos somar às iniciativas que acontecem no Brasil e em todo o mundo, o compromisso



de conscientizar sobre o valor e a necessidade da defesa da Diversidade Cultural.

Em sua segunda edição, o seminário consolidou a criação do Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br), a parceria entre a PUC Minas (Diretoria de Arte e Cultura), o Ministério da Cultura (Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural e sua representação regional em Minas Gerais), o Governo do Estado (Fundação Clóvis Salgado, Fapemig e Lei Estadual de Incentivo à Cultura), a Usiminas (programa Usicultura), o Sindicato de Artistas e Técnicos de Espetáculos de Diversão de Minas Gerais (Sated-MG), a Embaixada do Canadá no Brasil e a Unesco. Em 2008, ampliamos as parcerias com a integração ao Instituto Artivisão e o patrocínio do Fundo de Projetos Culturais de Belo Horizonte.

A todos os que apoiaram a realização do evento e desta publicação e, em especial, a Sérgio Mambertti, Américo Córdula e Giselle Dupin, da SID/MINC, Eliane Parreiras, da Usiminas, Jurema Machado, da Unesco, e a equipe do Observatório da Diversidade Cultural e da Diretoria de Arte e Cultura da PUC Minas, meus mais sinceros agradecimentos.

José Márcio Barros





Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano

José Márcio Barros



Articulação proposta no título deste artigo parte do princípio de que, para além das conquistas políticas e institucionais que a *Convenção da Unesco sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* representa, são urgentes a ampliação e o aprofundamento de perspectivas conceituais capazes de dar conta da complexidade das dinâmicas culturais quando pensadas sob o signo da diversidade. O título é, pois, uma proposta de articulação, que procura evitar a simplificação de conteúdos e, assim, contribuir para um equilíbrio entre a expansão horizontal que uma perspectiva antropológica realiza e a necessidade de verticalização na abordagem sobre suas faces e seus significados. O reconhecimento do aspecto processual e dinâmico das idéias e das práticas contidas em cada um dos termos e a adoção de uma visão ou pensamento complexo,¹ que evite a sedução da simplicidade reducionista, são outros desafios aqui pensados. Parte-se da perspectiva de que a relação entre cultura, diversidade e desenvolvimento não pode ser encarada como uma questão



José Márcio Barros é doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC Minas, além de integrar o corpo docente do Curso de Ciências Sociais e Comunicação Social da PUC Minas. Coordena o Observatório da Diversidade Cultural e a Diretoria de Arte e Cultura da instituição. É autor, entre outros trabalhos, do livro *Comunicação e Cultura nas avenidas de contorno*, publicado pela Editora PUC Minas.

1. Para a definição e o aprofundamento sobre o pensamento complexo ver: MORIN, Edgar. *O método II: a vida da vida*. Porto Alegre, Editora Sulina, 2001.

imediate, linear e natural. Seus termos devem ser lidos criticamente, e suas relações, entendidas como decorrência de diferentes contextos e modelos histórica e politicamente construídos.

Há, portanto, uma complexidade que necessita ser trazida para o centro das reflexões e das atitudes em torno da Diversidade Cultural. Para clarear o que estou dizendo, utilizo **Joseph O'Connor e Ian McDermott, citados por Humberto Mariotti²**, na resposta à pergunta A Terra é plana? A pergunta pode parecer simples, mas não é óbvia. Do ponto de vista do pensamento linear a Terra é plana; basta que olhemos para o chão em que pisamos. Utilizando as ferramentas tecnológicas da atualidade, a resposta é que ela é redonda e faz parte de um sistema, o que caracteriza o pensamento sistêmico. Entretanto, afirmam os autores, do ponto de vista do pensamento complexo – que engloba os dois anteriores – ela é ao mesmo tempo plana e redonda, ou seja, resultado de nossa experiência imediata e mediata.

Segundo Morin, o pensamento complexo é uma postura de crítica e superação do pensamento simplificador, definido como um paradigma disjuntor e redutor, que isola, recorta e manipula a realidade: “o real tornou-se uma idéia lógica, isto é, ideológica, e é esta ideologia que pretende apropriar-se do conceito de ciência” (MORIN, 2001, p. 429).

O pensamento complexo propõe um outro modo de utilizar a lógica na busca da compreensão da realidade, entendida como conjunto de realidades dialógicas e polilógicas entrelaçadas. Apesar de os dicionários tomarem complexidade como sinônimo de complicação, o pensamento complexo busca justamente retraduzir a simplicidade do universo definindo-a como multidimensionalidade e resultado de interações solidárias entre inúmeros processos. As idéias de continuidade, causalidade única e determinismo, tão caras à Física clássica e paradigma da ciência moderna, foram gradativamente substituídas pelas perspectivas da desconti-

2. MARIOTTI, Humberto. *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*. São Paulo: Palas Athena, 2000.

nuidade, da causalidade múltipla e global e do indeterminismo. (SOMMERMAN, 2005). Essa é a questão central para a proposta de articulação aqui apresentada.

Ao relacionarmos cultura, desenvolvimento e Diversidade Cultural, a adoção de princípios do pensamento complexo pode nos garantir uma coerência mais efetiva entre pensamentos e práticas presentes nas realidades de seus objetos. Utilizando o mesmo paradoxo proposto, pode-se dizer que a Diversidade Cultural é a expressão de opostos. O singular, o intraduzível, a capacidade e o direito de diferir, bem como a expressão do universal, de uma ética e de um conjunto de direitos humanos. Simultaneamente uma coisa e outra, é nessa tensão de opostos que sua realidade se revela rica, dinâmica e desafiadora.

A adoção de uma perspectiva de circularidade, própria do pensamento complexo, se mostra de grande importância para a compreensão da articulação aqui colocada, posto que indicaria que cada um dos termos propostos afeta os demais, num processo contínuo de organização e desorganização. Através da perspectiva da interconectividade, que indica que, para além da circularidade tudo pode estar ligado a tudo, descobrimos que agir na promoção da articulação dos termos propostos será tão mais eficaz quanto mais agir nas áreas de conexão entre eles, posto que produz efeitos no todo sem desconsiderar as partes.

Outra contribuição da perspectiva teórica da complexidade, diz respeito à maneira como o sujeito e o objeto de nossas reflexões e ações se fundam simultaneamente. A intersubjetividade nos convida a reconhecer que fazemos parte de nossos objetos e estes nos constituem como sujeitos, somos (nós, nossas organizações e nossas instituições – no sentido amplo) simultaneamente produtores e produtos. Autonomia e dependência são duas faces de uma mesma moeda. Assim, tanto importa agir sobre as condições de produção e reprodução da Diversidade Cultural quanto sobre as condições imateriais e subjetivas, que nos preparam ou não para o seu fomento.

O pensamento complexo recupera ainda a perspectiva dialética, que nos convida a pensar na existência de contradições e paradoxos: as primeiras superáveis pela negação; os demais, caracterizados pela permanência. Daí a necessidade de explicitarmos na articulação proposta entre cultura, diversidade e desenvolvimento, os modelos dinâmicos de enfrentamento de seus desafios. Por fim, somos chamados à perspectiva holística, que oferece a possibilidade de explorar como a universalidade e a singularidade se produzem na medida em que reconhecemos que o todo está nas partes, e as partes estão no todo, ou seja, como a diversidade é uma realidade em reprodução dinâmica.

Assim, o pensamento complexo deve operar a rotação da parte ao todo, do todo à parte, do molecular ao molar, do molar ao molecular, do objetivo ao sujeito, do sujeito ao objeto. (MORIN, 2001, p. 233)

Feitas tais observações, penso que agora podemos dar um passo à frente no sentido de propor as condições para uma articulação efetiva entre cultura, diversidade e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, a articulação deve partir necessariamente da indissociabilidade das três dimensões básicas e complementares da cultura: sua dimensão humanizadora e educativa, sua dimensão coletiva e política, sua dimensão produtiva e econômica.

Em segundo lugar, pensar a Diversidade Cultural de forma complexa, significa, segundo Jurema Machado e François de Bernard,³ reconhecer certas características básicas que podem auxiliar na superação de posturas românticas e ingênuas, oportunizando a transformação da articulação proposta num projeto. Isso significa reconhecer que a Diversidade Cultural é diversa, ou seja, não se constitui como um mosaico harmônico, mas um conjunto de opostos, divergentes e contraditórios. A Diversidade Cultural é cultural e não natural, ou seja, resulta das trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições a partir de suas diferenças, mas também de suas desigualdades, tensões e conflitos. A Diversidade Cultural

3. Ver textos neste livro

se apresenta, portanto, como uma resposta, uma procura deliberada, e não apenas uma constatação antropológica. É o resultado de uma construção deliberada, e não apenas um pressuposto, um ponto de partida. Um projeto, e não apenas um inventário.⁴



O terceiro termo aqui entrelaçado é desenvolvimento, ou melhor, o desenvolvimento humano,⁵ conceito e prática relativamente moderna, que, para além do crescimento econômico, propõe as seguintes variáveis:

- processo de mudança social e econômica em termos de potencialidades e capacidades do ser humano;
- os graus de liberdade social, econômica e política presentes na sociedade e suas instituições;
- a universalidade das oportunidades de saúde, educação e criação disponíveis de forma indiscriminada; e
- a possibilidade efetiva de se desfrutar o respeito pessoal e as garantias plenas dos direitos humanos.

Como, então, localizar a participação da cultura e especialmente da diversidade de suas expressões num projeto de desenvolvimento humano?

De acordo com o Banco Mundial, é necessário reconhecer e propor a articulação e a participação equilibrada no projeto de desenvolvimento humano sustentável, de quatro tipos de capital:⁶

4. BERNARD, François de. Por uma definição do conceito de Diversidade Cultural. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Diversidade Cultural. globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005

5. MOISÉS, José Álvaro. *Diversidade Cultural e desenvolvimento nas Américas*. mimeo, OEA/Ministério da Cultura, 2002.

6. KLIKSBURG, Bernardo. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo*. Revista de la Cepal, n. 69, 1999.

- o CAPITAL NATURAL, constituído pela dotação de recursos naturais com que conta uma sociedade, um país, uma comunidade;
- o CAPITAL CONSTRUÍDO, gerado pelo ser humano, o que inclui infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial etc.;
- o CAPITAL HUMANO, determinado pelos graus de nutrição, saúde e educação de sua população; e
- o CAPITAL SOCIAL, descoberta recente das ciências sociais aplicadas, definido como um conjunto de valores e atitudes compartilhados, capazes de assegurar um grau máximo de confiança entre os atores sociais de uma sociedade, de uma comunidade ou de um grupo social.

Além disso, o Capital Social configura e oportuniza atitudes e valores que auxiliam as pessoas e as instituições a transcender relações conflituosas e competitivas para conformar relações de cooperação e ajuda mútua, ou seja, de reciprocidade, ponto central na definição do desenvolvimento humano. Tais posturas e atitudes alimentam atitudes cívicas de identidade e participação que, praticadas, fazem a sociedade mais coesiva e a desenham como mais do que uma soma de indivíduos.

Aqui a cultura se revela como protagonista e não apenas figurante de políticas de desenvolvimento humano, na medida em que se reconhece que:

- a cultura cruza todas as quatro modalidades de capital e todas as dimensões do capital social de uma sociedade;
- a cultura se faz presente em todos os componentes básicos do capital social, como a confiança, o comportamento cívico, o grau de cooperação;
- a cultura engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades.

A equação aqui proposta - cultura, diversidade e desenvolvimento

humano –, pressupõe, portanto, um devir marcado pelo crescimento auto-sustentado, ou seja, um crescimento que busca integrar passado, presente e perspectiva de futuro, articulando-os de forma a garantir uma diacronia transformadora. Pressupõe também uma harmonização entre as lógicas do simbólico, fundante da cultura, e a razão do mercado, de forma a resgatar o sentido da dádiva, ou seja, o reconhecimento do desenvolvimento humano como mais afeito às trocas, e não à acumulação. A articulação entre o patrimônio natural e o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, é outra condição essencial, sem a qual o desenvolvimento humano não se realizará em sua plenitude.⁷

A redução das desigualdades locais, regionais e mundiais, a consolidação de modelos democráticos de decisões, e a adoção de uma perspectiva que vá além do direito de ser diferente –, o que caracteriza a perspectiva da multiculturalidade, na direção de um pluralismo cultural, que assegura o direito à diferença – são outros pontos centrais no debate e nas articulações que aqui se apresentam. A idéia da universalidade, entendida como uma discussão teórica e afeta ao campo dos humanismos filosóficos e antropológicos, mas também como princípio que garante que a questão da diversidade não se reduza à defesa das particularidades, é igualmente de uma centralidade estratégica. A tradução da Diversidade Cultural como o regime de respeito aos particularismos alimenta práticas discriminatórias, e suas diferenças são tomadas como desigualdades.

O conceito de universalidade sublinha, dá força, dá sentido e amplitude às diferenças. É necessário ressaltar essa questão a fim de que se possa ir além de narrativas auto-referentes, em que há o risco de as palavras produzirem um fim em si mesmas, e narrativas míticas obstaculizarem a emergência de um pensamento complexo e crítico. Já se fala de um excesso discursivo sobre a Diversidade Cultural. A questão parece ser, entretanto, de outra ordem.

7. MOISÉS, José Álvaro. *Diversidade Cultural e desenvolvimento nas Américas*. mimeo, OEA/Ministério da Cultura, 2002, Mimeo.

Há uma naturalização romântica e ingênua, de fundo compensatório às diásporas e às hibridizações contemporâneas, que impede perspectivas e atitudes mais efetivas de proteção, promoção e articulação.

É evidente a necessidade de uma educação para a diversidade, entendida menos como uma atitude de respeito passivo e mais como uma forma de estar no mundo, em que a articulação das diferenças se configura como pré-requisito ao desenvolvimento humano.

Há um risco, sim, de ficarmos nos repetindo e fazendo das nossas palavras uma reverberação. Mas ainda há muitos dizeres que precisam ser ditos, outros lugares a ser atingidos, outros atores a ser chamados para esse diálogo e para a construção da articulação cultura-diversidade-desenvolvimento humano.

Referências

- BERNARD, François de. Por uma definição do conceito de Diversidade Cultural. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras; Instituto Pensarte, 2005.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo*. Revista de la Cepal, n. 69, 1999.
- MARIOTTI, Humberto. *As paixões do ego: complexidade, política e solidriedade*. São Paulo: Palas Athena, 2000.
- MOISÉS, José Álvaro. *Diversidade Cultural e desenvolvimento nas Américas*. Mimeo, OEA/Ministério da Cultura, 2002.
- MORIN, Edgar. *O Método II: a vida da vida*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.
- SOMMERMAN, Américo. *Complexidade e transdisciplinaridade*. Trabalho apresentado no I Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade, 11 a 13 e julho de 2005, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.







Promoção e Proteção da Diversidade Cultural. O seu atual estágio

Desde o dia 18 de março de 2007 está em vigor, no Brasil e em muitos outros países, um instrumento jurídico internacional para garantir a soberania no que diz respeito às políticas culturais. Trata-se da Convenção da Unesco sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Em que estágio se encontra o processo de ratificação? Quais são os desafios e ações a ser desencadeadas?

Promoção e Proteção da Diversidade Cultural. O seu atual estágio

Jurema Machado



Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, instrumento jurídico que a Unesco aprovou e que acaba de entrar em vigor mediante a ratificação dos primeiros 30 países, só terá sucesso se a mobilização de todos e o debate sobre o tema se tornarem permanentes, pressionando governos para construir políticas públicas e produzir alternativas em defesa da promoção e proteção da diversidade.

A organização deste seminário nos colocou a seguinte questão: a Convenção está em vigor, e agora? Essa é a pergunta que todos fazemos. Trata-se, de fato, de uma situação bastante desafiadora, especialmente para a Unesco, que foi o palco da convergência de idéias e intenções que gerou a Convenção. Mas, antes de buscar responder à pergunta proposta, acho que será necessário descrever não só o conteúdo, mas também alguns antecedentes da Convenção. Tentarei fazer isso sucintamente.

O que é uma convenção? É um instrumento jurídico internacional, que cria compromissos, cria vínculos. Não é uma carta de intenções, não é uma declaração, não é uma recomendação, por exemplo, que são instrumentos de que os organismos internacionais também se utilizam para disseminar idéias, mas que não criam compromissos legais, jurídicos,



Jurema Machado é arquiteta, coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil. Atuou na gestão do Sítio Histórico de Ouro Preto; dirigiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), e foi consultora do Programa Monumenta. Além de ter publicado diversos artigos em jornais e revistas, Jurema Machado é autora de livros como: *Ouro Preto: a alma e os ornatos*; *Panorama Institucional da preservação e Ouro Preto: opção pelo patrimônio cultural*.

como cria uma convenção. Ou seja, optou-se por tratar o tema da diversidade por meio do instrumento mais forte possível no ambiente de um organismo internacional.

A Convenção, aprovada no final de outubro de 2005, com a votação de uma surpreendente maioria, foi o resultado de discussões que duraram pelo menos vinte anos, mais intensificadas a partir do final da década de 1990. Essas discussões encontraram na Unesco a possibilidade de uma abordagem mais abrangente, ou seja, um espaço para reduzir a polarização representada pela idéia de “exceção cultural”, que teve origem nos países europeus, especialmente na França, e cujo foco se concentrava na proteção de mercados de bens culturais. No momento em que se percebeu que, se a defesa da diversidade ficasse restrita à discussão do mercado de bens culturais, não encontraria espaço no ambiente internacional, a decisão por ampliar o debate foi uma saída inteligente, hábil e pertinente. A Unesco foi considerada o local ideal para essa nova abordagem, ou seja, para assumir a diversidade como um conceito abrangente na sua relação com os direitos humanos e com o desenvolvimento.

Pode-se dizer que a defesa da “exceção cultural”, embora não nomeada dessa forma, já vinha de décadas, se consideradas as “cotas de tela”, ou seja, os mecanismos de proteção, por um determinado país, da entrada excessiva de produtos de audiovisual vindos de países estrangeiros. Cabe lembrar que o audiovisual sempre foi tema central, não apenas por sua importância do ponto de vista econômico, mas também pelo seu potencial de transmissão de conteúdo político e ideológico. Mas a polêmica sobre a “exceção” se recrudesceu especialmente ao final da Rodada Uruguaí de negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio, quando o tratamento em separado dos produtos e serviços culturais representou um impasse, fazendo dessa uma Rodada considerada inconclusa, que não chegou a bom termo.



A decisão de se redirecionar o debate sobre a diversidade, levando-o para o seio da Unesco e ampliando-o para além do mercado, viabilizou, em última instância, a criação de um instrumento jurídico internacional. Resulta agora um compromisso muito sério e um grande desafio para a Unesco. Além de ter chamado a si essa responsabilidade, a Convenção torna-se realidade num contexto de reforma do sistema das Nações Unidas, em que todas as organizações que a integram estão em um processo de avaliação, quando delas se cobra maior efetividade, maior presença e mais resultados para os países-membros. E também – é importante lembrar – em um contexto de retorno dos Estados Unidos à Unesco, país que estava afastado da Organização desde 1984.

Além disso, do ponto de vista interno, o novo instrumento representa a consolidação de um conjunto de instrumentos jurídicos que a Unesco já possui na área da Cultura. Entre as áreas de atuação da Unesco, a Cultura é das mais regulamentadas e dispõe de sete Convenções, que convergem e que, por diferentes entradas, representam sete campos de ação em favor da diversidade. Basta dizer que o sentido da preservação do patrimônio, seja material, seja imaterial, não é outro senão preservar, proteger e promover a diversidade de registros materiais e imateriais da cultura. Ou seja, os instrumentos anteriores, desde a proteção contra o tráfico ilícito de bens culturais, aos relacionados ao Patrimônio ou ao *copyright*, assim como as ações que vêm marcando a atuação da Unesco no campo da cultura nestes 60 anos, se afinam em direção a esse novo instrumento, que pode ser visto como uma espécie de síntese dos demais. Há, portanto, um desafio também interno à Unesco, no sentido de organizar-se para responder a tudo isso.

A Convenção parte do princípio de que a Diversidade Cultural é um valor universal, e



este é o seu foco. Não o mercado, mas a diversidade como um valor. E considera bens e serviços culturais como *portadores de valor e sentido*, ou seja, merecedores de um tratamento diferenciado em relação aos demais bens e serviços no ambiente do comércio internacional.

A começar pelo título da Convenção, a “proteção” é tratada de forma indissociável da “promoção”, ou seja, proteger não significa defender o isolamento ou o fechamento ao diálogo com outras culturas, mas sim encontrar meios de promover a sua própria cultura, de forma a reduzir hegemonias e distorções, possibilitando, assim, uma polifonia de manifestações.

Outra idéia-chave da Convenção é soberania dos países para propor e implementar políticas de proteção e promoção da diversidade. É o caso, por exemplo, das políticas de financiamento público da cultura e outros programas que favoreçam o equilíbrio da oferta e do acesso em relação a produções que venham de fora do país.

Um outro princípio fundamental é a cooperação internacional e, também por esta razão, os países em desenvolvimento são o foco privilegiado da Convenção. A transparência e a troca de informações entre os países-membros são tratadas com destaque, uma vez que são essenciais para que essa cooperação, de fato, se efetive. O texto legal busca o equilíbrio entre Direitos e Obrigações, ou seja, o instrumento não pode servir apenas para que os países se valham de um suporte jurídico e ético para proteção dos seus mercados de bens culturais, mas para que assumam, com o mesmo vigor, compromissos para com o respeito à diversidade internamente ao seu território. Assim, será sempre possível identificar, especialmente nos países em desenvolvimento, um considerável “dever de casa” a ser feito no que se refere à proteção e à promoção da diversidade.

A Convenção propõe também inovações importantes ao criar instâncias de gestão, que são a Conferência das Partes, o Comitê Intergovernamental e um mecanismo de financiamento, o

Fundo Internacional para a Diversidade Cultural. Além disso, é a primeira das Convenções da Unesco aberta à participação de organismos multilaterais, inclusive organizações do setor privado e, principalmente, da sociedade civil. Essas são inovações que levam a mecanismos e modalidades ainda não experimentadas pela Unesco até então.

Como dito, a Convenção está em vigor porque já alcançou o número suficiente de ratificações para ter validade jurídica. Imediatamente em seguida, a Unesco convocou a primeira Conferência das Partes: os países que já ratificaram vão se reunir, entre 18 e 20 de junho de 2007, para definir as estratégias de implementação e, principalmente, para eleger o Comitê Intergovernamental. Esse Comitê será composto por 24 países, que serão escolhidos em votação das Partes, de forma equilibrada entre regiões. A Convenção já foi ratificada por um número considerável de países – 47 até esta data – mas ela não tem ainda um equilíbrio geográfico suficiente, ou seja, ainda há uma grande concentração de ratificações de países da Europa e pouca representação dos demais continentes. De qualquer forma, esses 24 membros do Comitê serão eleitos desde agora para dar início à implementação. Eles terão mandato de quatro anos, mas a metade deles, nessa primeira gestão, terá um mandato de apenas dois anos, para que, na seqüência, se implante o mecanismo de renovação bianual de cinquenta por cento. O Brasil certamente vai disputar um espaço no Comitê Intergovernamental, já que teve papel importante no processo de construção da Convenção, e a expectativa é de que venha a ter uma atuação também marcante na sua implementação.⁸

Outro instrumento que a Unesco freqüentemente adota em favor da efetividade e do aperfeiçoamento de suas políticas e regulamentos tem sido promover reuniões de especialistas sobre aspectos centrais ao debate de cada tema. A primeira reunião de

8. Posteriormente à realização do seminário, o Brasil se candidatou e foi eleito a membro do Comitê Intergovernamental. No sorteio realizado, o Brasil ficou no grupo cujo mandato será apenas de dois anos, com direito à reeleição.

especialistas relacionada à Convenção já está marcada para Madrid, em julho próximo, tendo como pauta a cooperação internacional, que é, como dito, a pedra de toque da Convenção.

Vamos relembra-los então a pergunta formulada pelos organizadores deste seminário: o que se pode esperar da Convenção agora em vigor?

Duas vertentes devem ser consideradas: o impacto sobre a circulação de bens e serviços culturais e a efetividade sobre proteção e promoção do direito à diversidade.

Do ponto de vista do comércio de bens e serviços culturais, há uma forte imprevisibilidade. Já vem de algum tempo o fato de que os Estados Unidos vêm construindo acordos bilaterais, como foi o caso do Chile, do Marrocos e da Austrália, por meio dos quais tem negociado a eliminação de barreiras comerciais à entrada de seus produtos, inclusive com o veto ao estabelecimento de mecanismos de proteção de bens culturais, em troca de concessões de acesso dos diversos produtos desses países ao mercado americano. Há uma total imprevisibilidade quanto ao que resultará da próxima rodada de negociações comerciais da OMC, quando se poderá pôr à prova os efeitos da Convenção como um respaldo ético e jurídico para um tratamento diferenciado dos bens culturais.

Do ponto de vista interno, a Unesco está diante do grande desafio de articulação dos seus instrumentos normativos. Uma peça-chave para dar conseqüência prática à Convenção, por diversas vezes manifestada pela atual Subdiretora-Geral para Cultura da Unesco, é a melhoria da qualidade e da comparabilidade das informações, especialmente no que se refere à produção de bens e serviços culturais. Ou seja, é fundamental produzir dados comparáveis entre os países, na área tanto econômica quanto social, aspecto que tem consumido muitos esforços do UIS, o Unesco Institute for Statistics, situado no Canadá.

Quanto à relação entre cultura e desenvolvimento, a Unesco e o PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, têm defendido uma agenda conjunta dos dois organis-

mos, valendo-se das especificidades e da presença de cada um nos diversos países.

Mas talvez o maior desafio para a Unesco, a partir da Convenção, venha das transformações que as novas tecnologias têm trazido para as trocas de bens culturais. Essas novas tecnologias desafiam os direitos autorais, uma vez que não há nada mais simples hoje do que fazer o *download* de uma música ou de um filme pela internet, e que não há como controlar esse novo caminho das trocas de bens culturais. O mesmo acontece com a aferição de ganhos ou de lucros obtidos a partir do conhecimento. Identificar o real movimento das trocas de bens e serviços tornou-se extremamente complexo, considerando que o suporte físico do produto cultural tem cada vez menos importância em relação ao modo pelo qual o conteúdo desse produto é transmitido. As novas tecnologias colocaram as formas clássicas de tratar o direito do autor em uma verdadeira encruzilhada, e o que se observa, inclusive na própria Unesco, é uma grande perplexidade. Essa é uma discussão que vem sendo, de certa forma, adiada, mas que virá à tona inevitavelmente.

Outro desafio para a Unesco será adquirir maior *expertise* no tratamento de políticas e projetos que tratem da relação entre cultura e desenvolvimento, seja na construção de metodologias para a produção de dados e evidências, seja na formulação de projetos que de fato demonstrem e estimulem uma adequada interação entre ambos. Também é um desafio dar consequência prática à relação com a sociedade civil, não apenas sob a forma de participação nas instâncias de gestão da Convenção, mas buscando, de fato, o trabalho integrado.

Finalmente, gostaria de apresentar sucintamente os que me parecem ser os maiores desafios no caso do Brasil. É bom lembrar que, durante algum tempo, o Brasil, representado pelos setores responsáveis pela política de comércio exterior, manteve um certo ceticismo e até mesmo algum receio em relação à Convenção. Isso porque o Brasil tem, de um lado, um setor de audiovisual forte

representado pela televisão, que não é subsidiada e é amplamente exportada e, do outro lado, o cinema, que é quase integralmente subsidiado pelas leis de incentivo – Rouanet e do audiovisual – e que está praticamente voltado para o mercado interno. Às equipes econômicas preocupava o fato de que Brasil não é capaz de ampliar subsídios *ad infinitum*, ou seja, a existência de subsídios num determinado ambiente de competição comercial coloca o País em desvantagem. Como o subsídio a bens culturais é um instrumento resguardado pela Convenção na medida em que possa responder pela proteção e promoção de uma dada expressão cultural, teme-se que o Brasil possa se ver diante de produtos culturais vindos de outros países com custos muito menores do que o que se produz aqui, o que afetaria sua capacidade de exportador do audiovisual. Esses temores foram sendo afastados, tanto é que o Brasil, representado pelo Ministério da Cultura e pelo das Relações Exteriores, teve papel ativo na elaboração e na aprovação da Convenção. Se, no futuro, a existência da Convenção vier a representar alguma limitação à presença de empresas brasileiras no comércio exterior, especialmente na área do audiovisual, o tema certamente voltará à pauta das áreas econômica e da Cultura do governo brasileiro.



Outro aspecto fundamental no que diz respeito aos desafios do Brasil pós-Convenção é toda a problemática da televisão e da internet, tema no qual o atual Ministério da Cultura se engajou como nenhuma outra gestão havia feito até então. Na verdade, não se pode falar mais em política cultural, muito menos em política de promoção da diversidade, sem ter como item central as políticas para a televisão e a internet.

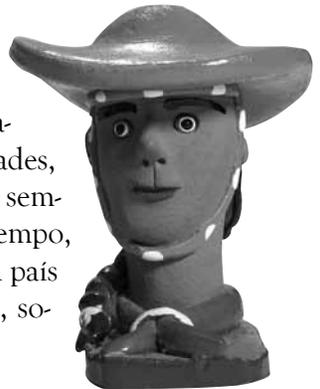
Pela vertente da diversidade como um direito, o mais determinante para a construção de políticas pelo governo brasileiro me parece ser tratar das enormes diferenças sociais existentes no País, que solapam todos os indicadores de acesso e de expressão da diversidade.

Recentemente, o Ministério da Cultura divulgou uma análise do IPEA sobre um conjunto de dados sobre a cultura levantados pelo IBGE, nos quais se observa que, ao contrário do que possa parecer, há uma participação muito relevante dos municípios no financiamento da cultura, ou seja, nos investimentos e na manutenção, especialmente dos equipamentos culturais. Mais de 51% dos investimentos de cultura vêm dos municípios, o que nos leva a reforçar o princípio de que uma política de diversidade deve valorizar muito o local, cujo representante mais direto é o município. Pelas dimensões do País, pela forma como ele é institucionalmente organizado, existe uma tendência de ampliação do papel da cidade, não só pelo que ela significa enquanto fenômeno cultural, mas também por ser o nível mais adequado para a gestão de políticas públicas em todos os setores. Por isso, é fundamental que o Governo Federal estimule, cada vez mais, tanto a produção quanto a difusão de conteúdos culturais de qualidade tendo como origem as localidades.

Finalmente, não é possível falar de política de Diversidade Cultural sem considerar as variáveis de renda e sua distribuição. O Brasil tem um mercado interno imenso a trabalhar, não só do ponto de vista do que esse mercado pode representar em termos econômicos, mas especialmente dos conteúdos culturais que se quer produzir e transmitir.

Concluindo, diria que para que o País, de fato, dê consequência prática a todas as teses em defesa da diversidade, dois aspectos me parecem fundamentais: incluir de uma abordagem que privilegie o nível local, ou seja, as cidades, no âmbito das políticas culturais, bem como ter sempre em mente que estaremos, ainda por muito tempo, lidando com a promoção da diversidade em um país que é culturalmente diverso, mas é, sobretudo, socialmente desigual.

Muito obrigada.



O governo brasileiro e a Diversidade Cultural

Giselle Dupin

No 1º Seminário realizado pela PUC Minas sobre este tema, participei enquanto representante do GERM, portanto, da sociedade civil, mas desta vez estou aqui representando a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura, e vou, portanto, falar enquanto governo.

Dividi minha fala em duas partes: o governo brasileiro e a Convenção da Unesco para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; e o governo brasileiro e a própria proteção e promoção da diversidade das expressões culturais do País.

O Brasil teve uma participação muito ativa na elaboração da Convenção. Primeiro, durante o processo de discussão, quando a delegação brasileira sugeriu a mudança do nome da Convenção, pois ela se chamava inicialmente “Convenção sobre a promoção e proteção dos conteúdos culturais e das expressões artísticas”, o que configurava uma dicotomia discriminatória entre a cultura popular e a cultura artística e erudita. Em seguida, houve a participação ativa do Ministro Gilberto Gil no momento da aprovação pela Assembléia Geral da Unesco. A intervenção dele em defesa da Convenção foi decisiva para convencer alguns países que ainda estavam reticentes.

O Brasil também teve uma participação ativa na Rede Internacional de Políticas Culturais, que reúne os Ministros da Cultura de diversos países. Essa rede tem mais de 50 países e no ano passado teve seu encontro anual no Rio de Janeiro. Esse fórum foi muito importante nas discussões que fizeram avançar a elaboração da Convenção.

Gostaria de abordar também a questão da ratificação da Convenção. Como esse instrumento implica direitos e obrigações, depois que a representação de um país aprova a adesão à Convenção, durante a Assembléia Geral da Unesco, é necessário ratificar, ou seja, passar pelos representantes eleitos pela sociedade, no Congresso ou no Parlamento desse país, para que isso seja confirmado, ratificado. No Brasil, ao contrário do que ocorreu com a Convenção anterior, a do Patrimônio Imaterial, cuja tramitação no Congresso demorou muito tempo, no caso da Convenção da Diversidade, a ratificação foi mais rápida: foram necessários apenas 15 meses entre a data da adoção do texto pela Assembléia Geral e a deposição da ratificação brasileira na Unesco, que se deu no dia 16 de janeiro de 2007.

Já foi citado aqui também que a primeira reunião das Partes, ou seja, dos países membros da Convenção, será realizada em junho, em Paris. O Brasil estará presente com uma delegação do Ministério da Cultura e dos diplomatas da nossa representação permanente na Unesco. Essa reunião deverá eleger os 24 membros do Comitê Intergovernamental, e o Brasil já apresentou sua candidatura. Então, vamos torcer para que tenhamos votos suficientes para integrar esse Comitê, pois é a instância que vai elaborar o Regimento Interno da Convenção e definir questões sobre como ela vai funcionar na prática, como vai funcionar o Fundo para a Diversidade Cultural, como serão as contribuições para o Fundo, que tipo de projetos esse Fundo vai financiar e como serão escolhidos.⁹

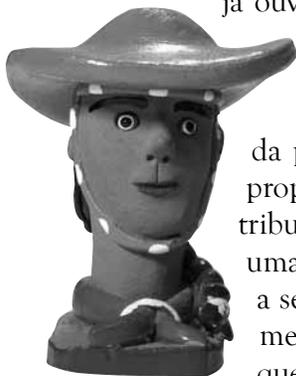


Giselle Dupin é jornalista pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduada em Gestão das Instituições Culturais pela Universidade de Paris 9, e em Relações Internacionais pela PUC Minas. Giselle Dupin é artista, representante da Ong GERM no Brasil, técnica e assessora da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do MinC, além de funcionária da FUNARTE.

9. De fato, o Brasil foi eleito membro do Comitê Intergovernamental, que realizou sua primeira reunião em dezembro de 2007, no Canadá.

Participei de uma reunião na semana passada com o Comissariado para a Cultura Brasileira no Mundo, encarregado da área internacional do Ministério, e o que vou dizer agora ainda está em elaboração. Estávamos discutindo as prioridades a ser defendidas num primeiro momento pelo governo brasileiro dentro desse Comitê Intergovernamental, relativas ao processo de implementação da Convenção. Discutimos alguns pontos: o primeiro foi a regulamentação do funcionamento desse Fundo para a Diversidade Cultural. Está previsto no texto da Convenção que as contribuições serão espontâneas. Existem Convenções da Unesco em que as contribuições são obrigatórias, e o fato de as doações para esse Fundo serem voluntárias é uma questão delicada, pois será necessário encontrar esses doadores. Há várias possibilidades elencadas no artigo 18º da Convenção, que diz os tipos de doações que podem ser feitas por países, mas também por Organismos Internacionais, por organizações não-governamentais. Existem várias possibilidades. Portanto, esse Comitê vai procurar a forma de viabilizar a existência desse Fundo e, conseqüentemente, de viabilizar o financiamento de projetos de promoção e proteção da Diversidade Cultural dos países que não têm recursos financeiros para isso.

Uma idéia que surgiu e que está sendo discutida nos bastidores é a criação de um mecanismo de taxa. Não sei se vocês já ouviram falar na Taxa Tobim, que propõe a taxação das movimentações financeiras internacionais para se criar um fundo que permita aos países pobres pagar as suas dívidas com os Bancos e sair da pobreza. Então, inspirada nessa idéia, existe uma proposta de que, já que o Fundo vai precisar de contribuições, e essas contribuições são voluntárias, se crie uma taxa para o comércio de audiovisual no mundo, a ser paga acima de um número x de cópias de uma mesma obra, ou de salas de exibição. É uma idéia que está germinando e que precisa ainda ser muito



discutida, pois não se sabe se isso é viável. Essa proposta surgiu em fóruns internacionais, e só poderá seguir adiante se vários países aderirem. Então, a questão do Fundo é uma questão importante.

O artigo 13º da Convenção diz respeito à integração da Cultura no desenvolvimento sustentável, e o Brasil tem interesse em aprofundar essa questão. A ligação entre desenvolvimento sustentável e cultura tem tudo a ver com algumas das ações que o Brasil vem realizando para promover e proteger a sua Diversidade Cultural, e voltarei a esse tema.

O terceiro ponto é o artigo 11º, que fala da participação ativa da sociedade civil nos esforços do governo para alcançar os objetivos da Convenção. Em relação aos esforços do governo, podemos constatar que todas as políticas desenvolvidas atualmente pelo Ministério da Cultura têm sido construídas através de uma participação efetiva da sociedade civil para legitimar essas políticas. Ou seja, o trabalho feito no Ministério tem sido estimular a organização da sociedade civil para que ela possa ser o fiel da balança em qualquer tipo de política governamental. E, de uma maneira geral, o Ministério trabalha com aquilo que a sociedade já vem trabalhando, já vem construindo. O que se faz é tentar potencializar aquilo que a sociedade já desenvolve em termos culturais e garantir o direito republicano de que as diferenças sejam respeitadas.

Do ponto de vista da sociedade civil, acho de grande importância o trabalho que vem sendo realizado por organizações não-governamentais como o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização (GERM), o Observatório da Diversidade Cultural criado na PUC Minas, e muitas outras iniciativas da sociedade civil organizada. Isso prova que a sociedade civil não está de braços cruzados à espera de que o governo aja, de que o governo promova, de que o governo tome as iniciativas e financie tudo isso. Estamos



assistindo atualmente, no Brasil, a um verdadeiro movimento participativo da sociedade civil, que tem crescido ao longo dos anos e que é muito importante para a implementação da Convenção. Inclusive, é importante incentivar as parcerias entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as instituições governamentais.

O último ponto que o governo brasileiro está pretendendo defender, discutir, e aprofundar dentro do Comitê Governamental é essa questão da troca de informações, do compartilhamento de conhecimentos especializados. Inclusive, a Jurema citou a importância de se dispor de dados confiáveis, de conhecimento especializado, de *expertises* – tudo isso é importante para que se dê o intercâmbio sobre as melhores práticas de promoção e proteção das diversidades culturais previsto no texto da Convenção.

No nível interno ao governo, a Convenção será tratada essencialmente pelo Ministério da Cultura, em estreita parceria, é claro, com o Ministério das Relações Exteriores. O Ministério da Cultura criou o Commissariado da Cultura Brasileira no Mundo, que está trabalhando não apenas na questão da Convenção, mas em todas as questões internacionais ligadas à cultura. O MinC também já está se organizando para que dentro de quatro anos, como está previsto no texto da Convenção, o governo possa enviar o seu relatório à Unesco, já que uma das obrigações dos países-membros da Convenção será enviar um relatório sobre o que se está realmente fazendo em termos de promoção e proteção da Diversidade Cultural. Então, o governo brasileiro já está se preparando com especialistas, de forma a se capacitar para elencar essas práticas e promover pesquisas que possam revelar a Diversidade Cultural brasileira para o mundo.

Agora, a segunda parte da minha fala é sobre o que o governo está fazendo, independentemente da implementação da Convenção, pela promoção e pela proteção da diversidade das expressões culturais brasileiras.

O Ministério da Cultura já construiu a sua estrutura atual a partir das discussões que vinham sendo feitas em nível internacional,

já procurando se pautar por políticas que incorporassem o conteúdo da Convenção da Diversidade. Na visão do governo, a cultura tem um papel estratégico na construção desse novo projeto de nação.

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural foi criada em 2003, e configura uma experiência única no mundo até agora. Ou seja, o governo brasileiro é o único que conta com um órgão especializado em Identidade e Diversidade Cultural, e temos sido citados como exemplo em diversas instâncias internacionais.

A Secretaria de Diversidade Cultural tem como atribuição subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação de políticas públicas na área cultural relacionadas à diversidade e ao intercâmbio cultural. Na prática, isso significa todo um trabalho de inclusão de segmentos da sociedade brasileira nas políticas públicas da área da cultura. Isso porque esses segmentos – que muitas vezes correspondem a minorias étnicas, minorias etárias, minorias de gênero, por exemplo – não conseguem ter acesso aos mecanismos de financiamento e de fomento às atividades culturais, tais como a Lei de Incentivo, conhecida como Lei Rouanet. Então, neste momento o papel da Secretaria tem sido justamente democratizar esse acesso. Essa foi, inclusive, uma das questões abordadas pela Jurema: as enormes diferenças sociais do País que prejudicam muito esse acesso às políticas culturais.

Então, como a Secretaria está fazendo essa promoção do acesso às políticas culturais? Existem várias experiências. Por exemplo, foi criado no ano passado o Prêmio Culturas Indígenas. Existem atualmente no Brasil cerca de 230 povos indígenas que falam cerca de 180 línguas. Eles estão espalhados em todo o território.

A fim de fazer com que a política cultural brasileira chegue a esses indígenas, foi criado esse prêmio. Foram premiados, na primeira edição 82 trabalhos que configuram iniciativas dos próprios indígenas no sentido de promover ou de proteger a sua cultura tradicional em diversas áreas. Por exemplo, em uma aldeia um

povo está fazendo um esforço para que haja o ensino na língua nativa, então esse é um projeto de promoção da língua tradicional daquela comunidade, que muitas vezes está correndo o risco de desaparecer; ou estão promovendo um resgate da culinária típica daquele povo, ou do artesanato, ou da pintura corporal etc. É uma grande variedade de possibilidades, pois ao todo são quinze itens, que vão das práticas religiosas às danças, aos cantos, à Arquitetura.

Para cada um desses itens poderiam ser enviados projetos. Mas não projetos de algo que está para ser feito, e sim de iniciativas já em andamento. Com isso, foram premiadas práticas existentes. Ao todo, foram enviados mais de 500 projetos. O interessante, e o que está ligado à questão de se promover a inserção nas políticas culturais é que o Ministério aceitou projetos gravados em fita cassete. Foi elaborado um formulário com questões a ser respondidas, e houve uma facilitação, com todas as formas possíveis de inscrição: escrito a mão, gravado, filmado, de modo que o Ministério teve uma participação fantástica, porque esses 500 e tantos projetos representaram uma parte significativa da população indígena do País.

Os 82 projetos contemplados receberam R\$15 mil cada um. Isso vai fazer com que os próprios indígenas percebam o valor da sua cultura, ao mesmo tempo que são contemplados com uma política pública de promoção e proteção da Diversidade Cultural indígena.

Aproveito para contar a vocês, para quem não sabe ainda, que os povos indígenas não gostam, na verdade detestam ser chamados de “os índios”. Eles não se sentem reconhecidos nessa expressão generalizante. Eles são povos indígenas, pois são muito diferentes entre eles, e estão promovendo uma grande campanha para que nós, os não-indígenas, paremos de chamá-los de “índios” e passemos a respeitar a Diversidade Cultural e lingüística deles.

Como o Prêmio Culturas Indígenas foi um sucesso, já foi lançada a segunda edição, com a ampliação, tanto da premiação,

que passou para R\$25 mil para cada projeto, quanto da divulgação nas aldeias. É que, para que eles possam se inscrever, são realizadas oficinas de capacitação nas aldeias ou agrupamento de aldeias, além de visitas para explicar a eles o que é o prêmio e como acontece, da mesma maneira como é feito com outros editais, para os quais o Ministério da Cultura promove oficinas em todo o País.

Além dos povos indígenas, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural trabalha com outras minorias, como os povos ciganos, o movimento GLTB e com os produtores das chamadas culturas populares. É impressionante a diversidade de agrupamentos culturais existentes no País, que se auto-identificam e que já estão organizados. E, felizmente, agora já existe uma identificação e uma preocupação em reconhecer e promover essa Diversidade Cultural que nós conhecemos tão pouco em nosso próprio País.

Ainda a respeito da Secretaria, o governo brasileiro está assinando esta semana um protocolo de intenções com o governo do Paraguai para estabelecer um intercâmbio maior na área da cultura. Houve uma delegação do Ministério da Cultura e do Ministério das Relações Exteriores, que visitou o Paraguai em abril passado, e foram elaborados dois projetos que irão subsidiar a criação, dentro da Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai (que corresponde ao nosso Ministério da Cultura), de uma estrutura equivalente à nossa Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. Então, além de fazermos o intercâmbio das nossas melhores práticas, estamos exportando não apenas a idéia de criar uma Secretaria, mas a maneira como ela trabalha.

Estamos desenvolvendo ainda um trabalho de divulgação da Convenção dentro



do próprio governo, e para isso temos realizado palestras para os funcionários. Já foi realizada uma palestra para os funcionários do MinC, e devem ser feitas outras; por exemplo, a Ministra Marina Silva está interessada em que levemos as informações e a discussão sobre a Convenção para os funcionários do Ministério do Meio Ambiente, já que trabalhamos com o desenvolvimento sustentável também. Isso é importante, porque a Convenção ainda é muito pouco conhecida e precisa ser difundida em todas as instâncias.

O governo brasileiro também tem participado de vários seminários sobre a Diversidade Cultural; recentemente tivemos em Brasília o Seminário Brasil-Canadá da Diversidade Cultural e teremos no próximo mês de junho o Seminário Internacional sobre a Diversidade Cultural, Práticas e Perspectivas. Esse Seminário nasceu de uma proposta feita pelo governo brasileiro à Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA), e vai contar com representantes de todos os países das Américas. Não se trata de um seminário sobre a Convenção da Unesco especificamente porque, além de os Estados Unidos terem votado contra, existem nas Américas países que se abstiveram, e outros que votaram a favor, mas ainda não ratificaram, como é o caso da Argentina. Mas, ao abordar a questão da Diversidade Cultural, a questão da Convenção vai acabar surgindo. Assim, esse seminário da OEA será um fórum muito importante para disseminar as idéias da Convenção, pois é importante que cada país se volte para a promoção e a proteção da sua Diversidade Cultural para que, através do conhecimento, do respeito ao outro, possamos construir um mundo onde reine mais paz. Porque, para que haja paz, é essencial que haja respeito à cultura do outro.

A Convenção sobre a Diversidade Cultural espera para ser colocada em prática!

4 tarefas prioritárias para a sociedade civil

François de Bernard



Respeito do estágio atual do processo da *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* da Unesco¹⁰ e do papel que a sociedade civil deveria assumir a seu respeito, apresento algumas “*considerações inatuais*” (Nietzsche), intempestivas e, afinal de contas, desagradáveis.

Início, portanto, resumindo meu ponto de vista com quatro conceitos que me parecem suscetíveis de se revelar tão decisivos quanto organizadores. Esses quatro conceitos são: **invenção, mobilização, avaliação e controle**. Mas o que significam?

Invenção

Primeiro ponto: certamente, esta convenção “existe” — mas falta inventá-la!

Em termos nietzscheanos, mas também freudianos: ela deve “*tornar-se o que ela é*”. Ou seja: trata-se de passar de um texto consensual — amável e ecumênico — para *um projeto dinâmico*. Ora, isso está longe de acontecer, e menos ainda: de ser conquistado! É por isso que a sociedade civil tem um papel crucial a



François de Bernard é presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização (GERM), que é uma organização não-governamental, criada em 1999, com sede em Paris. É professor de Filosofia da Universidade de Paris 8; publicou inúmeros trabalhos e livros, entre os quais traduzidos no Brasil: *A fábrica do terrorismo*, publicado pela Nova Harmonia Editora em 2006.

10. Instrumento jurídico internacional com estas características: i) a importância futura foi formulada pela Conferência geral da Unesco desde a *Declaração Universal*, de 2 de novembro de 2001; ii) o processo de negociação de um projeto de texto foi lançado pela Conferência geral seguinte, em outubro de 2003; iii) o texto definitivo foi adotado pela Conferência geral de outubro de 2005; iv) a entrada em vigor é efetiva desde 18 de março de 2007, ou seja, três meses após ter sido atingido o patamar de um mínimo de 30 ratificações por membros da Unesco.

desempenhar nessa questão. Efetivamente, o *laissez-faire* crônico dos Estados e do sistema multilateral ameaça a Convenção de esterilidade, se ela não continuar a ser promovida com obstinação, especialmente pela sociedade civil, e se ela não começar a ser colocada em prática energeticamente por aqueles que a ratificaram.

De fato, mesmo a sociedade civil não sendo “parte” na Convenção (num plano estritamente jurídico), ela deve dar substância à sua implementação, à sua tradução no terreno instável das políticas culturais, educativas e sociais. A sociedade civil deve praticar:

a) uma “auto-implicação”; e b) uma implicação das partes oficiais¹¹ sobre todos os temas que justificam um recurso à Convenção. A sociedade civil também deve suscitar a criação de ferramentas (de informação, de explicação, de utilização) da Convenção, bem como sua difusão por todos os meios. Ela deve contribuir para a criação de módulos de ensino e de formação nessa matéria.¹² Ela deve, finalmente, contribuir para a “criação de sentidos” a favor desta Convenção, que muitas vezes parece ser justificada ou injustificadamente, mais um dos milhares de gestos burocráticos desprovidos de efetividade (de *Wirklichkeit*).

De certo modo, a sociedade civil deve inventar ao mesmo tempo: a) *um partilhamento* dessa Convenção sobre seu conteúdo, sua legitimidade



11. Ou seja, os Estados membros da Unesco, bem como as organizações de integração econômica que ratificaram a Convenção.

12. Como, por exemplo, o “Master em Diversidade Cultural” iniciado em 2004 pela Universidade Tres de Febrero de Buenos Aires. Mas também como as ferramentas desenvolvidas pelo GERM para permitir uma melhor apropriação dos desafios da Diversidade Cultural em geral, e projetos que se seguiram à *Declaração* de 2001, bem como à *Convenção* de 2005, particularmente. Cf. a este respeito: i) o site Web <www.mondialisations.org>, sua rubrica *Diversidade Cultural*, rica de mais de 1300 documentos ; ii) o documentário disponível em DVD “Dançar a música do Outro” (26’, quadrilingüe), ou iii) o CDRom “O Som da diversidade” (trilingüe, 73’), concebidos e disponibilizados gratuitamente pelo GERM.

e suas finalidades, mais do que sobre sua forma; e b) *uma implementação muito mais audaciosa e criativa* do que a prática que dela farão as partes que a ratificaram.

Mobilização

A respeito desse outro ponto-chave, apesar de todas as redes que existem há muito tempo e de seu bom funcionamento (Coalizões para a Diversidade Cultural, RIDC, RIPC etc.) e ao contrário do sentimento comum, ainda não se chegou ao ponto!

De fato, não apenas é preciso mobilizar os “retardatários” para ratificar a Convenção rapidamente, em massa e completamente, vencendo os obstáculos nacionais que não faltam em lugar algum,¹³ mas também não se deve aderir à retórica utilizada por uma agenda diplomática “forçosamente longa” para um instrumento jurídico dessa natureza, que nos pede que consideremos como já “muito curta” e não podendo mais ser acelerada.

Em seguida, é preciso contribuir para mobilizar mais amplamente atores insuficientemente presentes atualmente, no processo de implementação da Convenção, a saber: a) “as regiões”, em todos os sentidos políticos e administrativos do termo;¹⁴ b) a comunidade acadêmica e científica, que desconfia por princípio desse tipo de acordo internacional; e c) os sindicatos que, com exceção dos sindicatos



13. Obstáculos levantados seja na “Câmara alta”, seja na “Câmara baixa” de tal ou tal país, em função da História e do direito nacionais sem omitir, é claro, as implicações econômicas e os acordos de livre-comércio assinados recentemente, por exemplo pelos Estados da América Central, o Marrocos ou a Coreia.

14. É este o sentido dos *Encontros inter-regionais* organizados pelo GERM e a Região Rhône-Alpes em setembro de 2006, com o título “Regiões e Diversidade Cultural: uma dinâmica européia e mundial”, bem como a *Declaração de Lyon*, que dele resultou e que está disponível (em cinco línguas) no endereço: <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=24848&lan=FR>>.

profissionais especializados (especialmente do setor audiovisual), foram insuficientemente sensibilizados sobre o conteúdo e os objetivos da Convenção.

Finalmente, a mobilização deve assumir outras formas além dos grandes eventos nos quatro cantos do mundo que fazem da apologia da Diversidade Cultural a finalidade de todas as coisas. Ela deve centrar seus esforços (em complemento ao que já foi dito acima sobre a “invenção” nessa área) sobre a difusão das ferramentas pedagógicas,¹⁵ a multiplicação das carreiras do ensino e das formações específicas em matéria de diversidade das expressões culturais. E essa mobilização deve ser realizada em conjunto com atores da sociedade civil, das Universidades e da formação profissional.

Avaliação

Esta palavra costuma dar medo, pois ela remete a uma burocratização do mundo (e da União Européia, em particular) de que já sofremos e de que sofremos todos, uns mais, outros menos. E no entanto...

Como não devemos esperar que as próprias partes da Convenção avaliem a si mesmas nem que a Unesco o faça,¹⁶ resta pelo menos fazer reconhecer que a sociedade civil e a comunidade acadêmica têm alguma legitimidade para conceber e para realizar a longo prazo uma avaliação dessas. Ainda mais que, se elas não o fizerem, está bastante claro que *os inimigos da Convenção* — que não deixam de ter um certo poder de fogo, mesmo se eles não são numerosos — não hesitarão em organizar um exército de consultores privados e naturalmente “independentes”, prontos para

15. Explicitação da Diversidade Cultural, de suas acepções e desafios, da *Declaração universal* de 2001, da Convenção de 2005, de sua pertinência respectiva, de sua história, de sua utilização possível.

16. Desde, infelizmente!, a retirada (na primavera de 2005) do anteprojeto de Convenção: do projeto de um Observatório, que teria avaliado sua implementação efetiva.

elaborar os diagnósticos mais improváveis em matéria de Diversidade Cultural.¹⁷

Portanto, a sociedade civil deve ser não apenas o *provocador* da Convenção e da sua avaliação, mas também *seu principal vetor*. Quaisquer que sejam as formas, elas próprias diversas e plurais, assumidas por esse processo organizado de avaliação, a sociedade civil deve ser ao mesmo tempo seu lugar de coleta de dados, de arquivamento, de inventário, de comparação, de validação, bem como de diagnóstico transdisciplinar e contraditório.

Será que é preciso falar, neste ponto, de mutualização dos meios e métodos de avaliação, de uma estrutura de coordenação transnacional e transdisciplinar para tudo o que diz respeito a um processo desse tipo? Seja como for, deve tratar-se de: a) uma dinâmica e ferramentas não-burocráticas; e b) uma capacidade – também aqui – de invenção sustentada e sustentável.¹⁸

Finalmente, a avaliação da implementação da Convenção pode ser concebida ao mesmo tempo como o que falta *a priori* e como o que não deve faltar de forma alguma *a posteriori*.

Controle

Mesmo quando aplicado à diversidade das expressões culturais, e à implementação da Convenção que lhe diz respeito, o “controle” surge inicialmente como um outro conceito desagradável e pouco popular, pois ele parece remeter sempre à idéia de “polícia”... que pode às vezes revelar-se necessária! De fato, é legítimo estimar que o controle de que se trata aqui só será efetuado seriamente se a sociedade civil, em estreita parceria com a comunidade acadêmica, se dedicar a ele com vontade.

17. Começando – por que não? – por definições da “diversidade das expressões culturais” em contradição com as conquistas do “processo Unesco” desde 2001, bem como por um aparelhamento estatístico novo e, no mínimo, incomparável, à carta.

18. Graças ao financiamento *ad hoc*, à implementação e à perenidade das ferramentas, se não das instituições criadas.

Por quê? Porque os Estados e as instituições multilaterais buscam, por princípio e tradição, o *consenso*, e que em matéria de Diversidade Cultural, mais do que na área do meio ambiente, esse consenso só pode ser fraco e perigoso. Porque os temas tratados dizem respeito às “identidades” ou “integridades” nacionais, e já conhecemos a mediocridade e o perigo desse conceito.

É também porque o controle que aqui defendo se situa em oposição a todo consenso *a priori*: ele se quer proativo e nem um pouco limitativo. Não se trata de um novo “controle de polícia”, mas de um controle da manutenção em vida, da vitalidade e do dinamismo da Convenção da Unesco, de sua efetividade, de seu papel, de sua pertinência e, finalmente: de sua *utilidade*!

Intimamente ligada ao processo de avaliação precedente, o controle levará todos os Estados membros e todos os outros atores implicados a cumprir seus deveres e a assumir suas responsabilidades em matéria de Diversidade Cultural. Trata-se, portanto, de um controle que vai dinamizar o processo da Convenção, que vai aprofundar e ampliar sua razão de ser.

Conclusão

Invenção, mobilização, avaliação, controle: esses quatro imperativos não forjam um *slogan* fácil, uma receita de bolo. Eles são, ao contrário, os quatro pilares necessários para que o edifício complexo e frágil da Convenção da Unesco não desabe logo depois de ter sido construído e “ratificado”.

A prova da utilidade dessas quatro missões é que atualmente poucas pessoas se preocupam realmente com:

- » *a invenção* não parece ser ou não parece mais ser um tema atual, já que se obteve um texto amplamente consensual, e ao qual não resta mais do que se acomodar;
- » *a mobilização* já saiu de moda, pois supõe-se que ela já rendeu os frutos que tinha a dar!
- » *a avaliação* é mal vista, tanto pelos encarregados de pro-

jetos, que sofrem no cotidiano as dificuldades impostas (pelos “financiadores”), quanto pelos governos, que não querem de jeito nenhum ser avaliados por terceiros;

- » o controle é não apenas suspeito *a priori*, mas também forçosamente percebido como uma intrusão, uma regra excessiva.

Entretanto, são justamente essas quatro tarefas que a sociedade civil deve assumir agora e sempre, devido a pelo menos três razões bastante claras:

- » a primeira razão é que ninguém mais o fará;
- » a segunda é que se elas não forem assumidas e, apesar da sua ratificação, a Convenção da Unesco se tornará rapidamente “nula e sem sentido”;
- » a terceira é que, ao contrário, se elas forem verdadeiramente assumidas, a Convenção é suscetível de dar resultado e de cumprir as promessas (certamente excessivas, mas consideráveis) de que ela foi investida.

Finalmente, e acima de tudo, essas tarefas têm como denominador comum, não considerar a *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais* como uma conquista e uma realização irreversíveis, mas como *uma dinâmica e um projeto que ainda falta* configurar e levar *ainda mais longe*.



Entrevista com o embaixador Guilhermo Rishchynski*

**Como o Canadá se tornou essa verdadeira “aldeia planetária”
com uma tão grande diversidade étnica e cultural?**

Eu diria que o tamanho do território canadense foi determinante em tudo relacionado à Diversidade Cultural como parte fundamental de nossa vida, porque o Canadá tem sido um país de várias ondas de imigração que começaram há 20.000 anos com a chegada de comunidades indígenas através do Estreito de Bering, perto do Pólo Norte. Essa foi a primeira grande imigração porque os canadenses originais, se podemos utilizar essa terminologia, são os Inuits, que são do Ártico há milênios. Mas, mesmo as nossas comunidades indígenas vieram de outra parte do mundo em relação a esse espaço geográfico que hoje é conhecido como Canadá.

A imigração tem sido parte da nossa experiência colonial com a vinda dos dois grandes poderes europeus ao Canadá nos séculos XVI e XVII. Talvez nós tenhamos grande respeito pela Diversidade Cultural porque por trezentos anos da nossa história o Canadá teve uma experiência violentíssima em termos de confronto entre a Inglaterra e a França pelo domínio da América do Norte. E o resultado da batalha das Planícies de Abrahão na Cidade de Quebec, em 1759, quando a Inglaterra derrotou a França, foi determinante para que a maioria dos canadenses falasse inglês e não francês.

Mas pouca gente sabe que a primeira grande onda de imigração moderna para o Canadá aconteceu durante a Revolução Americana. Quando as colônias inglesas fizeram uma revolução nos Estados Unidos da época, a chamado de George Washington, mais de 150 mil colonos ingleses decidiram que não queriam saber

* Embaixador do Canadá no México e embaixador do Canadá no Brasil de 2005 a 2007.

dessa Revolução e queriam ficar com a Coroa Inglesa em termos de governo e de governança. Então, eles fizeram uma grande imigração para o Canadá. Esses colonos, conhecidos historicamente como os “lealistas”, ocuparam particularmente a Província de Novo Brunswick e a Província de Ontário, e realmente levaram o Canadá a entender historicamente o que é imigração em termos fundamentais na construção do nosso país.

Mas, com a Confederação do Canadá, em 1867, quando as cinco províncias existentes naquele momento decidiram formar um país, a imigração chegou a ser o ponto-chave em termos da preservação do nosso país e de nossa sociedade. O grande temor ao final do século XIX, no Canadá, era a anexação pelo grande vizinho ao Sul, e isso foi, no aspecto cultural, um elemento determinante das políticas públicas, porque nossa forma de organização como sociedade é totalmente diferente da organização estadunidense. As bases de como o país, a sociedade e o governo são construídos são totalmente diferenciadas, e esse é um elemento muito importante que tem influenciado muito em nossa política de Diversidade Cultural.

A grande imigração ao Canadá ao final do século XIX foi para colonizar o centro do país, que era realmente vazio. A companhia que fez a ferrovia de Leste a Oeste enviou agentes à Europa Oriental, particularmente à Rússia, aos países eslavos e à Ucrânia, procurando gente que podia sobreviver em condições climatológicas bastante difíceis, com temperaturas no inverno de -50° , e oferecia a compra de terra a 10 centavos por hectare. Isso trouxe ucranianos, como meus antepassados, ao Canadá. O interessante disso, segundo o meu pai, é que alguém na família tinha 10



Guilherme Rishchynski foi embaixador do Canadá no Brasil entre 2005 e 2007. Atualmente é embaixador do Canadá no México. Representou o Canadá em diversos países entre os quais a Jordânia, Austrália, Indonésia, Estados Unidos, Colômbia e no Brasil onde atuou antes de assumir a Embaixada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 1980. É formado em Ciências Políticas e Relações Internacionais e especialista em música popular canadense.

centavos, nessa época, para se aventurar lá no Canadá e colonizar as províncias de Saskatchewan e Manitoba, no centro do país, para fazer a integração nacional e preservar a idéia do Canadá como país e como sociedade.

Como se deu a construção da política pública do Canadá para a sua Diversidade Cultural?

A evolução das nossas políticas em termos da Diversidade Cultural tem sido um longo processo de legislação, de comissões e de outras iniciativas legais. Nos anos 1950, concluíram que era necessário abrir a imigração ao Canadá a regiões fora da Europa, e o que vimos, particularmente depois dos anos 1960, foi uma forte imigração da Ásia, das Antilhas e da América Latina em geral. Isso foi uma espécie de continuação de uma mistura étnico-cultural que os canadenses já estavam vivendo. Isso provocou uma manifestação política no ano de 1971, quando o Canadá tornou-se o primeiro país do mundo a adotar oficialmente uma política de multiculturalismo.

O governo de Pierre Trudeau achava que o multiculturalismo permitira ao Canadá sair dessa briga eterna entre francôfonos e anglofônicos, e realmente estabelecer uma nova base para nossa sociedade. A Carta Canadense dos Direitos e Liberdades foi assinada, em 1982, contendo um artigo que especificava aos tribunais que eles deviam interpretar a Carta de maneira consistente com a preservação e valorização da herança multicultural do Canadá. Isso foi realmente o primeiro reconhecimento de que o multiculturalismo era e vai ser determinante para o Canadá como sociedade.

Esse multiculturalismo inclui nossas comunidades indígenas, nossas primeiras nações, como gostamos de dizer no Canadá. Na população canadense, aproximadamente 1 mi-



lhão de pessoas, 3% da população, são originárias das primeiras nações, das comunidades do Ártico ou dos Métis, que são os descendentes de francofônicos indígenas, particularmente no Oeste canadense. Mas, mesmo no interior desses povos se encontra uma Diversidade Cultural enorme. Porque esse povos, que são 3% da população, falam mais de 50 línguas diferentes, agrupadas dentro de 11 famílias de línguas distintas.

Esse reconhecimento de que nossas comunidades indígenas tinham que ser parte desse panorama multicultural canadense, levou o governo a oficializar os direitos básicos deles e preservar essa identidade tão importante para um país que deve sua existência a três nações fundadoras: a inglesa, a francesa e a indígena.

No Canadá existem três pilares jurídicos principais para apoiar a proteção da Diversidade Cultural. O primeiro já foi mencionado: a Carta Canadense dos Direitos e Liberdades, que realmente dá aos canadenses uma ampla visão do que são os direitos que achamos necessários a uma sociedade livre. Vale a pena repetir um pouco o que são essas liberdades fundamentais:

- 1º A liberdade de expressão e associação que lamentavelmente em muitos países do mundo não funciona muito bem;
- 2º Direitos democráticos como o direito de votar;
- 3º Direitos de mobilidade ou direitos de viver em qualquer parte do país onde quisermos;
- 4º Direitos legais, como direito à vida e à segurança pessoal;
- 5º Direitos religiosos, em termos de ter estruturas legais para proteger algumas denominações confessionais, particularmente no campo



educativo, como existem em nossos países, escolas que são católicas e protestantes e que têm toda a liberdade de recrutar estudantes, sem problema nenhum com governos; e finalmente

6º A igualdade dos direitos, que é de grande importância em termos de estabelecer uma herança multicultural nos países. Nós, no Canadá, temos vivido isso de uma forma imediata.

Essa Carta foi estabelecida e aprovada no ano de 1982, mas ainda é polêmica, porque temos uma província, o Quebec, que não assinou a Carta. Mas, em geral, nós achamos que a carta nos dá uma boa base legal em termos de proteger nossa Diversidade Cultural e os direitos básicos à população. E, para reforçá-la, temos o fato de que em vinte anos os tribunais canadenses apresentaram mais de 300 decisões em que recorrem à Carta para colocar leis canadenses em conformidade com os princípios e valores de nossa sociedade. É para nós a melhor mostra de que essa Carta está servindo ao povo canadense bastante bem.

O segundo pilar do Canadá é um pouco diferente dos instrumentos legais que existem em outros países: são as leis sobre as línguas oficiais. Porque nós somos, junto com a Bélgica e alguns outros países, um país totalmente bilíngüe em termos legais. No Canadá, o francês e o inglês têm *status*, direitos e privilégios iguais nas instituições do Parlamento e no âmbito de serviços públicos.

A nossa cidadania e a lei sobre as línguas oficiais do Canadá têm quatro propósitos principais:

- 1º O público tem o direito de utilizar o francês ou o inglês para se comunicar com toda instituição federal;
- 2º Os funcionários federais têm o direito de trabalhar na língua oficial de sua escolha nas regiões designadas a esse fim, nas circunstâncias previstas na lei. Para mim, como funcionário do governo, uma das melhores experiências

de Diversidade Cultural que tenho é estar em reuniões com colegas no Canadá, nas quais um colega fala francês, outro colega fala inglês, e eles mantêm uma conversa, uma conversa orgânica, porque esse bilingüismo agora é parte do que nós somos como sociedade;



- 3º O governo canadense se compromete a velar para que os canadenses de expressão francesa e de expressão inglesa tenham oportunidades iguais de emprego e promoção nas instituições federais;
- 4º O governo federal se compromete a favorecer o crescimento das minorias francofônicas e anglofônicas no Canadá, e apoiar o seu desenvolvimento, bem como promover o pleno reconhecimento e uso do francês e/ou inglês na sociedade.

Isso tem sido uma evolução de muitos anos. Na Constituição inicial do Canadá, no momento de nossa Confederação em 1867, houve uma referência ao direito de se utilizar o francês ou o inglês nos tribunais federais, dentro do nosso Parlamento, nos tribunais da Província do Quebec e na Assembléia Nacional do Quebec. Mas a primeira lei sobre línguas oficiais só foi adotada no Canadá no ano de 1869. E, desde então, essa lei é parte fundamental da política com a qual o Canadá tenta manter e proteger sua Diversidade Cultural.

Ainda sobre multiculturalismo, como eu disse, ele foi adotado como política de Estado no ano 1971 e até agora tem servido o povo canadense bastante bem.

Em 1988, o governo adotou o Ato Canadense de Multiculturalismo, que reconhece e promove a compreensão de que o multiculturalismo é uma característica fundamental da herança e da identidade canadense, e constitui um recurso inestimável na configuração do futuro do país. Isso também promove a participação plena e equitativa de indivíduos de comunidades de todas as origens na contínua configuração da sociedade canadense, em todos os aspectos, e promove a eliminação de qualquer barreira a essa participação.

O Ato requer que o Ministro responsável coloque em pauta um relatório anual sobre a operação do ato canadense do multiculturalismo a nossos representantes eleitos.

Portanto, a perspectiva do Canadá está enraizada numa estrutura legal que apóia os valores de liberdade, democracia, da regra da lei e direitos humanos, e que procura eliminar barreiras à inteira participação em nossa sociedade. O Canadá considera sua diversidade como força positiva e uma fonte de vigor e inovação para nosso país.

Quais são os efeitos dessa política do multiculturalismo na sociedade canadense contemporânea?

Hoje eu diria que os efeitos da abertura do Canadá à diversidade são evidentes. Temos uma dualidade lingüística, com os francofônicos representando aproximadamente 22% da nossa população. É interessante notar que, em 1950, 92% do acréscimo populacional do Canadá decorria da taxa de natalidade. Agora, só 53% se deve à natalidade, o que significa que vamos depender mais e mais da imigração para o nosso crescimento demográfico. Isso realmente dá a essa política do multiculturalismo um sentido orgânico em termos de sua conexão com os canadenses.

Atualmente, no Canadá, um canadense dentre seis pertence a uma minoria visível. E Toronto, a maior cidade do nosso país, é cada vez mais cosmopolita no mundo. A cidade de Toronto é mais diversa em termos étnico-culturais do que Nova York e Londres.

Isso para mim representa uma grande similaridade entre o Canadá e o Brasil porque nossas histórias levaram nossos países a ter uma base forte na diversidade, pois realmente não temos uma cultura homogênea comum. Somos a mistura de todos esses povos, esses imigrantes que chegaram a nossos países.

Mas, mesmo com um alto grau de compromisso, existem desafios cotidianos no Canadá em termos da integração da Diversidade Cultural no âmbito social do país. Recentes estudos no Canadá mostraram que 35% das pessoas pertencentes a minorias visíveis têm sofrido discriminação ou tratamento injusto, resultante de suas características étnico culturais. Como isso é inaceitável em um país que tem uma política de multiculturalismo, nosso governo começou, há quatro anos, a integrar um plano de ação, no âmbito governamental, contra o racismo. Assim, o governo está desenvolvendo programas de integração dos jovens no âmbito de leis trabalhistas e mudanças dentro de instituições federais para eliminar sistematicamente essas barreiras à integração das comunidades multiculturais em nosso país.

Por que o Canadá tem tido um compromisso tão grande com a Convenção Internacional sobre a Diversidade Cultural?

Há 15 anos, o mundo assinou, no Rio de Janeiro, o Protocolo de Entendimento sobre a Biodiversidade. Esse protocolo reconhecia que, para manter o Planeta saudável, era essencial proteger e promover a diversidade das espécies. Finalmente, agora estamos trabalhando com o ser humano como espécie fundamental em termos de densos esforços. Isso realmente é o que constitui a Diversidade Cultural. Garante o equilíbrio do nosso Planeta em termos de diferenças e divergências que sejam parte de nossa vida normal e cotidiana. E, seja aqui em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em Montreal ou em Vancouver, nós precisamos de um diálogo aberto e amplo em termos das políticas culturais de nossos países, de nossa região, nas Américas, no nível mundial.

E foi por isso que, nos anos 1990, o Canadá realmente decidiu dedicar-se a trabalhar com países como o Brasil, a França e outros na criação de um instrumento internacional como a Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade Cultural, porque nós entendíamos que um instrumento internacional era indispensável para proteger a liberdade e a mão-de-obra do espaço político de nossos países para enfrentar o domínio ou a hegemonia de uma cultura ou outra, agora ou no futuro.

E o Canadá ficou muito contente de ver a Convenção finalmente adotada na 33ª seção da Conferência Geral da Unesco, em outubro de 2005. Nosso governo fez um esforço para ratificar a Convenção o mais rápido possível, e fomos o primeiro país a ratificá-la em 23 de novembro de 2005.

Mas concluir e aprovar a Convenção, mesmo tendo sido um trabalho enorme, foi só o começo. Agora vem o desafio de implementação. Algumas pessoas já fizeram referência a essa primeira Conferência dos países partes, que se realizará em Paris no mês de junho de 2008. Essa Conferência é importantíssima. Se isso não der certo, essa Convenção não vai ter o sentido, não vai ter o valor que todos nós pensávamos quando foi concluída lá em Paris, há alguns anos.

Brasil e Canadá esperam desempenhar papéis ativos nesses órgãos intergovernamentais, que vão ser criados nessa Convenção, e acreditamos que esse trabalho vai ser indispensável para manter a credibilidade do instrumento e mostrar a mais e mais países o valor de fazer o necessário para se criar estruturas legais para a proteção e o avanço da Diversidade Cultural em seus países.

Por que os canadenses acreditam nisso? Porque nós já temos uma ampla experiência com instrumentos legais dentro de nosso país, que protegem as minorias e fazem avançar a causa da Diversidade Cultural como um fator unificador na sociedade, e não como uma fonte de conflito e divergências.

Nossos esforços são dedicados a criar uma sociedade inclusiva, que valoriza as diferenças, maximiza o potencial de todos

os canadenses e fortalece a liderança internacional do Canadá nas áreas de direitos humanos e segurança humana. Fundamentalmente, o objetivo de nossas políticas é incentivar o desenvolvimento de uma ativa cidadania canadense e promover uma sociedade coesa.

Até agora o experimento vai bem, mas a luta é cotidiana e uma coisa que todo canadense reconhece é que o trabalho nunca se termina, pois temos que continuar a proteger nossas minorias. Ampliar o âmbito legal e, assim, assegurar que essas políticas sejam exemplo em nível mundial e que nosso experimento na convivência pode dar certo no futuro.







Diversidade Cultural e Desenvolvimento Humano

Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena

Gersem Luciano



A questão da Diversidade Cultural é de extrema relevância para o mundo de hoje e, muito particularmente, para o Brasil, que vive nos últimos anos um intenso debate, sobretudo no campo da Educação – que é o campo que eu mais acompanho – a partir da discussão sobre as políticas de ações afirmativas. São políticas voltadas, de certa maneira, para minorias não só étnicas mas também sociais.

Sou da Região Amazônica, onde existe uma presença muito forte não só de grupos étnicos indígenas, mas também de pescadores, seringueiros, ribeirinhos e outros. Com isso, a minha intervenção terá a perspectiva dos povos indígenas, que é a área que conheço melhor, pois há basicamente duas décadas milito, seja na esfera acadêmica, seja na militância política, pelo reconhecimento dos direitos desses povos no Brasil.

O primeiro aspecto importante para mim é a própria formulação do conceito de Diversidade Cultural. Às vezes, tenho a impressão de que falamos muito facilmente da diversidade, mas com pouca responsabilidade sobre as conseqüências quando valoramos essa idéia da Diversidade Cultural.

Todo mundo, ou pelo menos a maioria das pessoas, defende a Diversidade Cultural, mas pouco se faz para que essa diversidade efetivamente faça parte do exercício diário da nossa vida no mundo, que tem a ver com nosso comportamento, atitudes e formas de



Gersem Luciano Baniwa é mestre em Antropologia pela UnB, co-fundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Atualmente é consultor da Organização Geral de Educação Escolar Indígena do SECAD.

relacionamento. Parece que às vezes transferimos a nossa responsabilidade ética e moral para os operadores de direito. As conquistas da Constituição de 1988 são interessantes e avançadas, razão pela qual a Carta é considerada como Constituição Cidadã. No caso dos povos indígenas, esses direitos são muito claros, muito fortes, muito profundos. Mas quase todo mundo se esquece de que esses direitos não podem ser apenas guardados no papel, sem uma mudança de atitude e de comportamento da sociedade.

Na minha percepção, existe um dilema brasileiro no campo da Diversidade Cultural, especificamente em relação aos povos indígenas, quando fazemos muita propaganda e pouca ação. Acompanho um pouco as declarações dos nossos representantes de Governo lá fora, essa propaganda de que o Brasil é um país democrático, um país pluriétnico, que respeita os direitos humanos e os direitos das minorias, porque existem vários instrumentos legais normativos, que garantem isso, mas, na prática, pouca coisa tem mudado para dar efetividade ao reconhecimento e garantia desses direitos.

No caso específico dos povos indígenas, o que pesa é a prática histórica, que insiste pela invisibilidade dessas coletividades. É como se, no imaginário coletivo das pessoas, os povos indígenas existissem, mas não enquanto sujeitos e atores políticos dessa diversidade. Eles simplesmente não são sujeitos de direitos, por exemplo, no campo das políticas públicas. Então, acho que isso reflete um pouco um conflito que a nossa sociedade brasileira enfrenta.

Em outros países vizinhos a situação de visibilidade e protagonismo estão muito mais avançadas, talvez pela correlação de forças no campo demográfico, mas sobretudo político muito menos desigual. Em países como a Bolívia e até mesmo o México, onde mais de 20% da população é indígena, é evidente que essa visibilidade é maior, e as possibilidades de efetividade desses direitos são ampliadas.

Outro aspecto que pode ser entendido como relevante da Diversidade Cultural é a aparência física distintiva. Às vezes cria-

mos um imaginário muito restritivo a alguns aspectos como a fisionomia, que expressa um determinado segmento étnico cultural, mas como pouco se procura aprofundar sobre esses sinais diacríticos particulares de um determinado grupo social, logo se apresenta como uma característica distintiva de uma etnicidade ou identidade universal indígena. É assim que vemos a grande mídia, como a televisão, considerar e apresentar como padrão cultural indígena, as características físicas de indivíduos ou grupos indígenas do Parque Indígena do Xingu, quando se ignora que mesmo entre os diversos grupos indígenas do Parque as diferenças físicas e culturais são tão diferentes. Podemos, então, nos perguntar, o que implica o diferente em sua totalidade? Se reconhecermos os povos indígenas como diversos, é importante atentar sempre para o que isso significa, porque isso implica vários aspectos da vida, não só no campo da filosofia ou da forma de pensar e viver, mas também das formas de conceber a sociedade, a cosmologia, os valores e os contra-valores, o que é considerado como valor e o que é considerado como não-valor. Isso é absolutamente variante, daí essa diversidade.

Por que isso é forte no caso da realidade indígena no Brasil? Porque tendemos a homogeneizar e universalizar um determinado fenótipo de grupos sociais que se aparentam e são chamados índios. Na verdade, existem hoje, no Brasil, 223 povos indígenas e um povo diferente do outro. Por que é diferente? Porque cada povo tem sua língua própria, têm suas tradições próprias, sua mitologia própria, sua cosmologia própria, que se distinguem das demais. Mas isso é muito pouco considerado na forma, por



exemplo, de as instituições lidarem com essas populações, particularmente no que se refere às políticas públicas. Quando entramos nesse campo, toda essa diversidade cai por terra, porque temos políticas totalmente monolíticas. As políticas são pensadas como se todo cidadão brasileiro falasse a mesma língua, comesse a mesma comida e da mesma maneira, como se tivesse a mesma origem, a mesma mitologia, a mesma religião, os mesmos valores, as mesmas tradições e costumes, a mesma forma de organização do trabalho, a mesma forma de organização social, econômica e política e assim por diante.

Acho que isso é suficiente para demonstrar o quanto a responsabilidade é grande ao se admitir essa diversidade. Com isso, vivemos, na minha leitura, praticamente três desafios para alcançar uma maior harmonia, um maior respeito efetivo dessa diversidade tão rica.

Um primeiro dado é que o Brasil é um dos poucos países com toda essa riqueza da Diversidade Cultural, pois é muito difícil encontrar no mundo contemporâneo outro país com a existência de quase 200 etnias e 200 línguas faladas. Não tenho esse dado, mas, se houver, são pouquíssimos países com essa riqueza, com essa diversidade. Porém, acho que nosso país é muito pouco conhecido e muito pouco considerado e valorizado desse ponto de vista.

A segunda questão: como é que se pode trabalhar socialmente essa diversidade? Para mim, sem dúvida nenhuma, na Constituição de 1988 houve avanços consideráveis, e é importante que eles sejam destacados e valorizados. Saímos de uma realidade de grande hostilidade, principalmente no campo judicial, e nem é preciso repetir que, durante todo o processo colonial e mesmo depois do início da República, a política com relação a essas culturas era bastante repressiva, etnocida e genocida. Quer dizer, havia uma política deliberada de negação ou até de eliminação dessa Diversidade Cultural. Passamos mais de quatro séculos em que a política oficial dos dirigentes, seja no período colonial ou pós-colonial, distinguia negativamente essas pessoas e grupos, física e

culturalmente. Por isso, acho que a guinada que foi possível ser feita nos últimos anos, após a Constituição de 1988, é relevante. Passamos de uma fase hostil a essa Diversidade Cultural brasileira em relação aos povos indígenas, que era considerada um entrave para a formação do Estado Brasileiro e até mesmo para o chamado desenvolvimento, seja desenvolvimento humano ou econômico, para uma sociedade de maior tolerância, quer dizer, na qual se tolera essa diversidade, mas ainda sem uma devida valorização.

Acho que o próximo passo a ser dado é sair dessa situação de tolerância para uma convivência mais partilhada da diversidade. Porque uma coisa é tolerar alguém; outra coisa é conseguir compartilhar modos de pensar, valores, conhecimentos e assim por diante.

O terceiro aspecto é que quando aceitamos afirmativamente essa diversidade, como é que se pode valorizá-la na prática do dia-a-dia? Isso está ligado às formas de pensar, de conhecimento, de valor. Isso é um terreno extremamente poroso, e não existe, de certa maneira, uma definição – e nem deve haver porque empobreceria essas diferentes formas de pensar e de viver. Acho que para a sociedade moderna é muito mais difícil na medida em que a tendência é sempre criar padrões. Padrões que, na verdade, empobrecem senão anulam essa diversidade.

Nós, povos indígenas, temos que enfrentar uma sociedade que de certa maneira nos impõe padrões, que vão da alimentação à língua. Somos obrigados a aprender e a falar uma outra língua, muitas vezes abdicando de nossas línguas, de nossas tradições e assim por diante.

Nós, povos indígenas, sempre



temos dificuldades nesse campo do desenvolvimento humano porque todos os conceitos trabalhados nessa linha, como pobreza, fome e riqueza, tudo isso são conceitos que geralmente nem se enquadram nas nossas formas de pensar, mas, sobretudo, em nossos modos de viver.

O que é desenvolvimento humano para um Yanomâmi? O que é dignidade humana para um Baniwa auto-realizar? O que é um ideal de vida para um jovem Guarani? Convivendo com eles me permito afirmar com segurança que o ideal de vida deles não vai ser aumentar a renda *per capita* ou ampliar posses, bens, embora seja desejo deles acessar vários elementos da tecnologia, do conhecimento moderno, para aperfeiçoar o seu modo de vida. O ideal de vida deles pode variar, mas inclui sobretudo ter um espaço para construir a casa, formar a família, criar os filhos e ter lugar para pescar, caçar, nos quais ele possa se auto-realizar como um bom caçador, um bom pescador e assim por diante.

Tudo isso é importante ser considerado na hora de se pensar como medir o Índice de Desenvolvimento Humano entre os povos indígenas, porque estão ligados às formas de pensar e de viver desses povos. E essa variedade de projetos individuais e coletivos está ligada com os diferentes ideais de vida encontrados entre os povos indígenas e esses ainda mais diferentes dos ideais de vida dos não-índios, embora isso não seja facilmente passível de se estabelecer fronteiras. Tudo isso é muito dinâmico, assim como as culturas são absolutamente dinâmicas. Acho que esses aspectos são extremamente fortes nesta discussão.

O que estamos fazendo, no campo do indigenismo brasileiro, para amenizar esse conflito ou essa desvantagem e desigualdade, na correlação de forças? Em primeiro lugar, existem algumas experiências que tentam minimizar essa situação como a existência atual de várias políticas experimentais demonstrativas. Nós trabalhamos muito, por exemplo, com a educação intercultural, que é uma tentativa de equilibrar isso, por meio da escola, que foi o verdadeiro cemitério da diversidade e das culturas indígenas.

Educação intercultural nada mais é do que trazer elementos de várias culturas, como conhecimentos, valores e tradições, que se articulam e se integram nas práticas cotidianas das pessoas, para o campo das políticas de divulgação e de valorização da Diversidade Cultural e para o dia-a-dia das pessoas, das instituições e das sociedades. É bom destacar que a interculturalidade não é inverter a relação desigual de discriminado a discriminador, mas uma superação de qualquer forma de simetria nas relações culturais entre indivíduos e sociedades.

Gostaria de dar um exemplo para uma compreensão melhor de como isso acontece nos dias atuais. No Estado de Roraima, onde o conflito entre índios e não-índios é muito forte, os índios reagem a tudo isso muitas vezes com estratégias pedagógicas e educativas muito interessantes. No período em que os conflitos se acirram por conta da demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, os índios recorreram à tecnologia dos não-índios, e gravaram músicas em CD para divulgar e defender seus direitos. Isso é muito curioso porque como os roraimenses gostam de forró, eles gravaram exatamente um forró muito animado, com músicas que faziam campanha em favor da demarcação da Terra **Raposa** Serra do Sol. Imagine a população de Boa Vista, na sua maioria contra a Raposa Serra do Sol, dançando toda noite ao ritmo daquelas músicas. Sem perceber, eles foram se familiarizando com a temática indígena, com a diversidade, com a necessidade da demarcação e homologação da terra.

Hoje existem também várias experiências em termos de intercâmbios entre escolas. São escolas indígenas que fazem intercâmbio com escolas



não-indígenas mais próximas ou mesmo de outras regiões do Estado ou do País. Na região Amazônica, isso é muito forte, sobretudo nos últimos anos, em que há um maior investimento na juventude indígena, principalmente naqueles que estão entrando na academia e produzindo livros didáticos sob a ótica indígena. Isso faz uma grande diferença porque livros tratando da questão indígena já existem desde o período colonial, mas são escritos pelos colonizadores, com o olhar dos não-índios. Hoje começa a estratégia dos indígenas poderem falar da história deles em livros que não circulam somente no meio deles, mas também no meio dos não-índios.

Existem algumas possibilidades que merecem ser pensadas. O Brasil está vivendo um momento importante para isso, na medida em que percebemos novas possibilidades, com avanços das políticas trazidas a partir da Constituição de 1988. Se hoje pensamos na linha da globalização, sobretudo com relação aos meios de comunicação e à tecnologia da informação, acho que é possível construir modelos de sociedades pluriculturais interessantes, se houver vontade coletiva, mas que não se resolve por meio de decreto ou de lei. Se a diversidade é considerada como um valor no mundo de hoje, temos que utilizar todos esses recursos para fazer com que esta diversidade seja reconhecida não apenas na sua generalidade. É muito fácil dizer que no Brasil existem 200 etnias, sem conhecer quem são essas 200 etnias. Eu não consigo valorizar aquilo que não conheço. Eu sei que a razão básica da discriminação, do preconceito é a ignorância. Diminuir essa ignorância pode ser o passo fundamental para dar maior valor a essa diversidade.

Penso que o outro ponto é mais delicado, por estar relacionado à própria racionalidade da sociedade moderna, expressa por meio das instituições e na própria configuração do Estado, onde essa diversidade tende a ser, na prática, combatida e negada. É necessário, pois, pensar e construir um novo modelo de Estado mais aberto, flexível capaz de experimentar novas formas de organização, de institucionalidade e de racionalidade.

Constato que a racionalidade da nossa administração pública é um dos principais responsáveis pela negação da diversidade ou pelo desrespeito aos direitos do que é diferente. E isso é muito forte. Daí resulta que a possibilidade dessa harmonia, desse equilíbrio, dessa diversidade, passa principalmente pela mudança de consciência, de mentalidade e da cultura da sociedade. E isso vai resultar em mudança da própria configuração do Estado como configuração macro.

Existem alguns conceitos que são muito bonitos e poderiam ser mais bem aproveitados. A própria idéia de democracia. De acordo com muitos autores, uma das maneiras de se avaliar, medir a democracia em uma sociedade é como essa sociedade trata a minoria, como a sociedade se relaciona com esses segmentos que às vezes têm muito mais dificuldade, para de certa maneira, impor sua vontade e seus interesses.

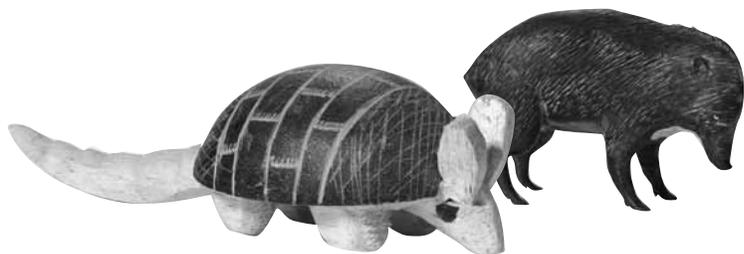
E quando falamos de Estado, de poder, estamos falando de uma coisa que no Ocidente é muito mais instrumentalizada que é o conhecimento, que é o saber. Acho que também o saber é algo que precisa ser relativizado. O que foi a colonização para os indígenas? De repente chegou um saber que se considerava melhor e absoluto do que o nosso saber – a verdade em si mesma – e que tinha que dominar, domesticar os outros saberes, os outros conhecimentos, gerando essa enorme dificuldade de diálogo intercultural de fato.

Penso que o diálogo da diversidade só será possível quando os saberes forem equivalentes, produzindo mais harmonia entre eles. O que para a academia pode ser uma heresia total, pode ser uma base epistemológica, religiosa e moral fundamental para garantir o bem viver das pessoas dos grupos. Nesse sentido, penso que o diálogo deve começar fundamentalmente entre os saberes. Tudo isso estamos buscando discutir muito nas universidades, mas ainda com poucos resultados pela ortodoxia dos seus dirigentes. Inclusive, eu coordeno um grupo de 35 estudantes indígenas que estão na pós-graduação, em diferentes universidades brasileiras,

para propor e construir este debate no campo acadêmico com aqueles que são os guardiões dessas doutrinas do saber ocidental, do saber científico.

Outra coisa que eu gostaria de abordar é a questão das línguas indígenas. Eu sou do Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, que é o único município no Brasil onde, do ponto de vista oficial, são reconhecidas três línguas co-oficiais. Além do português, temos mais três línguas co-oficiais: o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano. Quando falo oficial, porque vigora na base da lei aprovada pela Câmara Municipal e homologada pelo Prefeito e até hoje não foi contestada em outras instâncias. Essa conquista dos povos indígenas daquele município que tem mais de 90 % da população indígena traz à tona profundas contradições no campo da base legal do Estado Brasileiro, na medida em que define o Estado Brasileiro como monolíngüe, tendo a Língua Portuguesa como a Língua Oficial, mas ao mesmo tempo reconhece aos índios o direito de continuar falando suas línguas próprias.

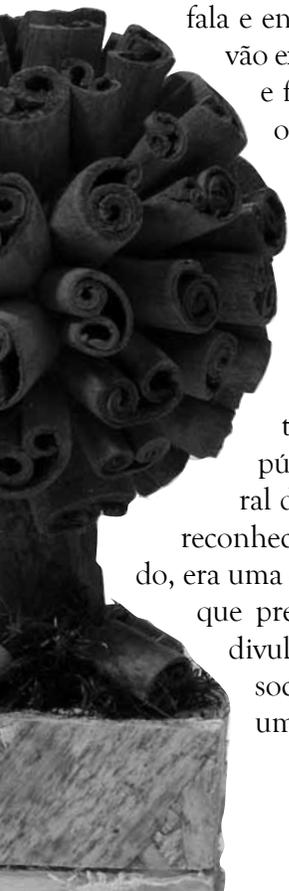
Existem várias experiências de trabalho com a diversidade lingüística, como são os programas de rádios comunitárias que trabalham com as três línguas. No começo, havia uma dificuldade porque havia conflito de uma língua ser mais valorizada do que a outra, ter mais tempo e assim por diante. Também é preciso capacitar comunicadores indígenas para atuarem a partir de suas línguas, e isso terá impactos e repercussões positivas nas aldeias, na medida em que as



informações serão trabalhadas de forma diferente. Acho que essa visibilidade das línguas é fundamental.

Aliás, o principal sonho dos povos indígenas, em termos de políticas públicas, é de se pensar em um canal de TV e de rádio público, que simbolizaria como primeiro sinal de reconhecimento dessa diversidade lingüística, nem que fosse concorrendo com os programas pornográficos da madrugada. Se tivéssemos um programa, por exemplo, em língua Guarani, com certeza haveria público na região Sudeste, uma vez que os Guarani estão presentes desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo. De repente, se poderia pensar efetivamente nisso para quebrar um pouco o monolíngüismo brasileiro, que ainda é muito forte. Lembrando que, dos 700 mil indígenas que ainda existem no Brasil, quase a metade pouco fala e entende a língua portuguesa. Então, como é que eles vão exercer uma cidadania, se têm dificuldades para ouvir e falar o português, que é através do qual se explicam os direitos políticos e assim por diante?

Mas nós temos avançado na questão indígena. O Ministério da Cultura, por exemplo, está inovando. No ano passado, foi feito o registro da Cachoeira de Iauaretê, um lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, no Alto Rio Negro. A Cachoeira foi registrada como lugar sagrado dos povos indígenas, o que ajudará a protegê-la. Acho que isso é uma revolução nas políticas públicas brasileiras, com relação à Diversidade Cultural dos povos indígenas. Até pouco tempo a questão de reconhecimento de lugar, de língua era uma coisa do passado, era uma coisa abominável. Acho que existem sinais positivos que precisam ser cada vez mais fortalecidos, valorizados, divulgados e ampliados para mudar nossa configuração sociocultural brasileira, que ainda é muito baseada em uma monocultura.



Desenvolvimento humano e diversidade

Márcio Antônio Salvato

Nesse tema de desenvolvimento humano e cultura, vamos fazer uma discussão um pouco mais ampla do que seja cultura e do que seja desenvolvimento humano. Cultura entendida também como nível de instituições e normas legais ou apenas sociais. Para começar, temos que falar de uma forma um pouco mais conceitual sobre essa idéia de desenvolvimento humano.

Na verdade, esse é um conceito que vem se desenvolvendo há bastante tempo, e mais recentemente aparece mais sistematizado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU, a partir da década de 1990. Até então, os economistas se preocupavam muito com a questão de desenvolvimento econômico e crescimento. Isso deixava impaciente a própria sociedade, porque o desenvolvimento era visto apenas no aspecto econômico, o que levava a dizer que uma Nação é mais desenvolvida do que a outra levando em conta apenas a renda *per capita* que as difere. Na verdade, desenvolvimento é muito mais do que isso, e podemos ver que a relação com a Diversidade Cultural influencia todo esse debate e amplia o conceito economicista de desenvolvimento. O desenvolvimento tem que incluir também a dimensão humana, e não apenas a econômica.

Na verdade, quando falamos de desenvolvimento humano, existe a necessidade de levar em conta as escolhas dos indivíduos, sejam quais forem. Por exemplo: acabamos de ouvir uma apresentação nesse sentido, que demonstra que temos uma parte da sociedade que está de fora de todo um contexto social – os indígenas. Então, como fazer para ampliar o desenvolvimento humano se não fazendo com que essa parte da sociedade também possa ter escolhas e que essas escolhas sejam respeitadas?

Essa discussão se intensificou mais ou menos no início da década de 1990, quando o representante da ONU, economista paquistanês Mahbub ul Haq, fez alguns relatórios sobre desenvolvimento humano, no qual buscava desenvolver esse conceito, exatamente para sair do aspecto apenas economicista.

Basicamente, podemos dizer que esse paradigma do desenvolvimento humano tem quatro componentes essenciais: eqüidade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento.

A idéia de **eqüidade** seria uma igualdade de oportunidades. O aspecto puramente econômico não resume em si uma questão de eqüidade. Poderíamos falar de uma eqüidade de renda, mas trata-se de um conceito bem mais amplo. A eqüidade é vista em todo seu aspecto de ir e vir, de liberdade, seja política ou social.

Sustentabilidade quer dizer sustentar todas as formas de capital, não apenas de capital financeiro, mas também de capital físico, de capital humano, de capital ambiental. Então, não é só o conceito de sustentabilidade ambiental. Educação está aqui neste conceito: como posso melhorar as capacidades das pessoas dando-lhes uma sustentabilidade educacional? O Brasil é problemático nesse aspecto porque o nível médio de anos de estudo de um brasileiro é bem inferior ao de países próximos como a Argentina, o Chile ou México. Na verdade, esse foi um aspecto que desenvolvemos bastante na última década. Se olharmos, por exemplo, os indicadores do desenvolvimento humano (IDH: índice de desenvolvimento humano), basicamente o que melhorou na década de 1990 foi devido ao avanço da educação. Então, o aspecto educacional está envolvendo a sustentabilidade para o conceito de desenvolvimento humano.



Márcio Antônio Salvato é doutor em Economia pela escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, professor da PUC Minas e IBMEC, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável da PUC Minas e coordenador do Curso de Economia de Empresas da PUC Minas.

Isso significa que, se eu estiver dilapidando qualquer um desses capitais, estarei comprometendo as chances do desenvolvimento sustentável. Significa reduzir as opções de futuras gerações, pois, se não permitirmos que as gerações que vão nos sucedendo tenham capacidade educacional superior à anterior, não estaremos permitindo um critério de sustentabilidade para essas populações futuras. Aqui também entra o aspecto de Diversidade Cultural de um país porque isso faz parte do capital social desse país.

Permitir uma sustentabilidade é também permitir que se possa explorar ao máximo toda essa Diversidade Cultural presente no país. Por exemplo, a nossa reclamação é que este país reconhece apenas uma língua. Como acabamos de ver na apresentação do Gérsen Baniwa, este é um país de vários povos, de várias línguas, e reconhecer essa diversidade faz parte da sustentabilidade no seu aspecto de desenvolvimento humano.

O terceiro tópico é a **produtividade**. Não apenas produtividade no seu conceito econômico puro e simplesmente, pois falar em crescimento econômico é falar de apenas uma das possibilidades de produtividade, apenas um dos subconjuntos do desenvolvimento humano. É uma parte importante, mas não é toda a estrutura.

Por fim, o último aspecto é a idéia de **empoderamento**, ou seja, de dar poder às pessoas, de ampliar as capacidades das pessoas. Significa que as pessoas encontram-se em condições de fazer suas escolhas segundo sua livre vontade. Aqui já existe um conceito do que é liberdade, que está embutido no conceito de



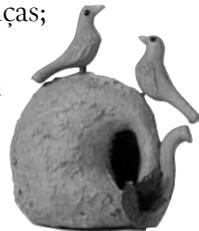
desenvolvimento humano. O conceito básico de desenvolvimento humano é entendido como democracia política, na qual as pessoas podem influenciar decisões que afetam suas vidas. Então, elas podem escolher quem vai estar na liderança.

A idéia de liberalismo econômico, que é o conceito ocidental, implica uma forma de liberar o indivíduo de controles ou regulamentações econômicas excessivas. Ao contrário, o conceito de empoderamento requer uma descentralização do poder, de modo que a governança verdadeira chegue até a porta de cada um. O conceito é muito amplo: participação plena na tomada de decisões e sua implementação por parte dos membros da sociedade civil.

Quando esse conceito foi criado, a maioria das mulheres do mundo não tinha nenhum acesso à tomada de decisões políticas. Por exemplo, no Brasil temos liberdade de voto para as mulheres, mas a participação da representação feminina no Congresso é baixíssima e não vem alterando quase nada. Então, como fazer para melhorar isso? Como empoderar as nossas mulheres?

Então, ficou entendido que esses objetivos de desenvolvimento humano poderiam de alguma forma resumir essas informações. Podemos citar oito objetivos que foram pactuados na Declaração do Milênio por mais de uma centena de países em 2000:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento de uma forma sustentável.



Vejam que o desenvolvimento humano tem pouca coisa a ver com o desenvolvimento econômico por si só, ou seja, em termos de renda apenas. Claro que, quando tratamos da terceira parte, que é a redução de pobreza, estamos falando também de desigualdade de renda, que é um grande problema no Brasil.

Esses indicadores são calculados para o mundo. São 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores. Quero apenas lembrar que isso foi criado em 2000 para ser uma representação mundial, mas hoje já se entende que não dá para falar apenas em indicadores para países. É necessário que esses indicadores sejam tratados com respeito a unidades menores dentro de um país.

Por exemplo, se falarmos de renda no Brasil, vamos falar do nível de renda média no Brasil, mas o problema do Brasil não é o seu nível de renda média. O problema do Brasil é a sua desigualdade de renda, que faz com que tenhamos muito poucas pessoas ganhando muito e muitas pessoas ganhando pouco. Quando tiramos uma média, ela não é ruim em comparação com a média internacional. No entanto, a desigualdade de renda faz com que o indicador de pobreza seja imenso, se considerarmos apenas o conceito monetário da pobreza. Pobreza é muito mais do que seu conceito monetário. Obviamente, quando falamos de pobreza ou qualquer outro indicador, a Diversidade Cultural também deve ser tratada.

Por exemplo, o que é ser pobre em São Paulo, e o que é ser pobre no interior da Amazônia? São conceitos bem diferentes. E nós evoluímos nesse conceito para falar de linhas de pobreza relativas e não apenas absolutas, para tentar sair um pouco do conceito de pobreza em seu aspecto apenas monetário, entendendo que existe uma diversidade interna de consumo dentro das sociedades.

Belo Horizonte, por exemplo, foi uma das três cidades selecionadas pela ONU, no Brasil, juntamente com algumas outras poucas na América Latina, tais como o México, para ser objeto de um estudo local sobre desenvolvimento. Eu participei disso recentemente, e a ONU deixava a gente bem à vontade para estabelecer

novos objetivos, novas metas e novos indicadores que possam ser entendidos como parte integrante da realidade local. A grande dificuldade era fazer uma mensuração do que é o diverso. Em que nós somos diferentes, e o temos que medir? Quando vamos medir o desenvolvimento humano dentro de Belo Horizonte, a desigualdade é também muito importante. Nós pegamos unidades censitárias, pegamos um Belvedere, um Mangabeiras e uma favela Prado Lopes e começamos a fazer várias mensurações: índice de criminalidade, índice de educação. A diversidade é muito grande! Então, a mensuração do desenvolvimento humano dentro de uma cidade também é muito diversa, e precisamos de estabelecer unidades menores de mensuração do desenvolvimento humano.

Atualmente, existe o Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse Atlas já existe para cinco Regiões Metropolitanas: além de Belo Horizonte, Recife, Salvador, Manaus e Rio de Janeiro. Esses atlas mostram sempre essa grande diversidade que existe dentro de uma mesma cidade.

Então, voltando para o nosso tema, a Diversidade Cultural implica mensurar o desenvolvimento humano de uma forma que vai além do conceito monetário. Os indicadores devem ser diferenciados, e as metas devem ser próprias, locais.

Só para dar um exemplo: o relatório de desenvolvimento de 2004 da ONU teve como tema a Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. O que é olhar para o mundo diversificado e o que é olhar para a liberdade cultural? É diferente pela própria diversidade.

Vamos voltar um pouquinho agora para uma discussão um pouco mais teórica. Vamos dizer o seguinte: qual a relação entre as diferenças de cultura e os níveis de desenvolvimento econômico? Será que uma coisa interfere na outra? Se eu não reduzir o conceito de desenvolvimento humano apenas ao seu aspecto econômico, às diferenças de renda *per capita* entre os países, devo levar em conta a cultura também? Ela interfere?

Vamos ver lá atrás um pouquinho. O modelo de desenvolvimento começou em 1956, com Solow. A partir de então, os modelos de crescimento endógeno começaram a incluir a tecnologia, mas ainda não a Diversidade Cultural. Nesses modelos a Cultura era considerada apenas no seu aspecto residual, mas a discussão sociológica já afirmava que os aspectos culturais interferem na vida econômica e não podem ser entendidos separadamente. Então, o índice de desenvolvimento econômico também sofre influência e influencia a cultura.

Daí, começam a surgir os modelos institucionais, a partir da década de 1980, que discutem exatamente isso, como é o caso do modelo de Douglas North que, inclusive, ganhou o Prêmio Nobel por causa disso. Ele discutiu as instituições econômicas e o sistema de regras formais ou informais estabelecido pela sociedade, e não necessariamente institucionalizado pelo governo local, ou seja, a forma como a sociedade interage e como se respeitam as pessoas. Esse sistema de normas pode promover eficiência econômica, pode promover uma redução de risco econômico, e estabelece, por exemplo, como as pessoas reconhecem o direito de propriedade: o que um brasileiro entende que seja direito de propriedade, o que um japonês entende que seja direito de propriedade. E esse entendimento, essa relação entre as pessoas, promove questões de eficiência e promove desenvolvimento econômico também, não apenas desenvolvimento humano.

Nesse sentido, começou-se a incluir variáveis de aspecto sociocultural, como níveis de corrupção, nível de violência, oferta de serviços de cultura, e começou-se a mostrar que essas variáveis interferem nos níveis de desenvolvimento econômico e na velocidade de crescimento dos países. Então, esses modelos começaram a vislumbrar essa possibilidade.

O que começou essa discussão? O fenômeno de transição econômica que observamos no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando países como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, a própria Rússia e a Ucrânia começaram a sair de uma

ruptura de sistemas baseados numa economia de planejamento central, e começaram a migrar para um novo sistema, para um regime de mercado. Estudando esses processos, percebeu-se que em alguns locais o processo de desenvolvimento era mais lento. No momento em que migravam, fatores como a corrupção e um sistema de instituições muito fraco, faziam com que o nível de crescimento desses países fosse baixo. Tivemos, além disso, outros aspectos que suscitaram essa discussão, tais como o crescimento dos países asiáticos, e começamos a perceber que nível de educação é uma variável importante; como essa população interage culturalmente é importante para explicar a capacidade de alavancar um crescimento. Então, os modelos começaram a se preocupar com essa questão.

Só para termos uma idéia mais concreta, vou citar os dados de *Burkett, Humblet and Putterman* de 1999 sobre alguns países, baseados em crescimento do PIB *per capita* e na densidade populacional. Vemos que existe uma relação positiva entre densidade demográfica e crescimento econômico, ou seja, à medida que a densidade demográfica do local aumenta, existe uma possibilidade maior de crescimento econômico (Figura 1).

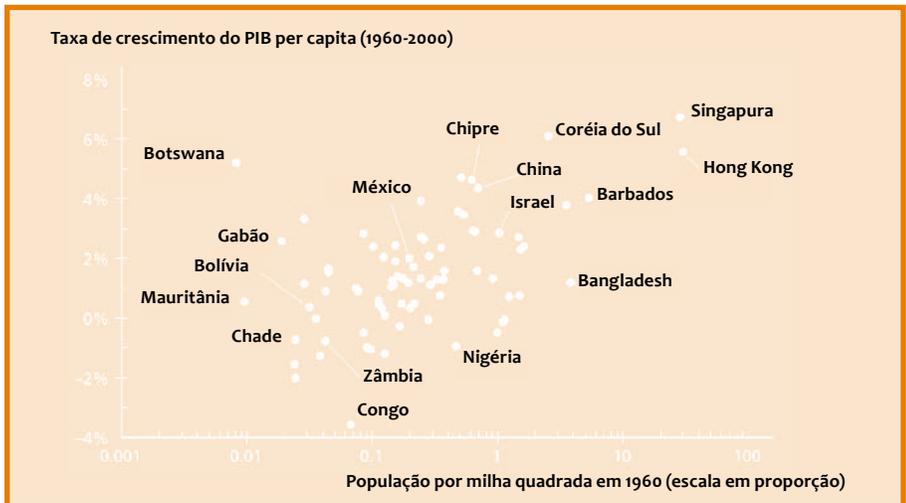


Figura 1 - Crescimento do PIB e densidade demográfica. Fonte: IPEADATA

Essa é apenas uma questão inicial. O próximo gráfico (Figura 2) já mostra uma relação negativa entre duas coisas: a renda *per capita* e o valor do trabalho relativo ao lazer.

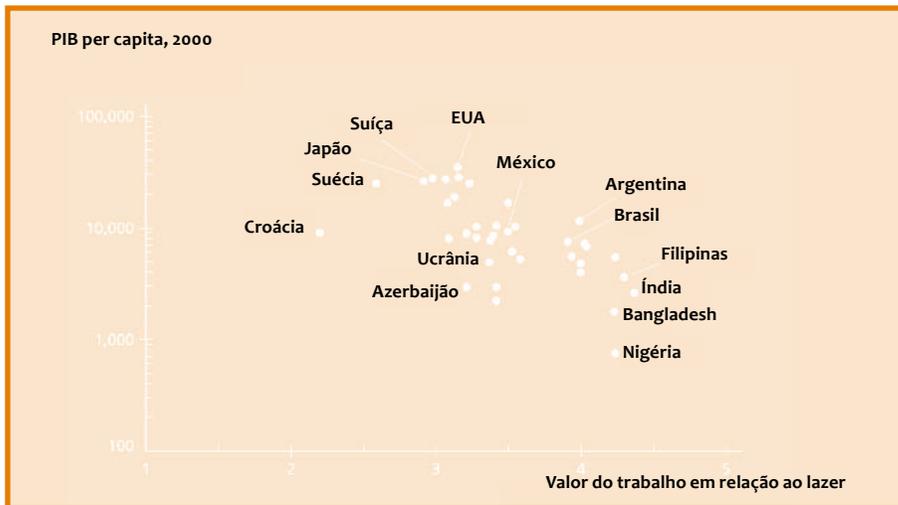


Figura 2 - Crescimento do PIB e valor do trabalho em relação ao lazer. Fonte: IPEADATA

Começamos a perceber o seguinte: países com alta renda *per capita*, países que estão numa posição mais alta no gráfico, como o Japão, a Suécia e os Estados Unidos, têm um baixo valor da razão trabalho/lazer, ou seja, essas populações começam a dar mais valor para o lazer do que para o trabalho. Isso mostra que, se por um lado o aspecto cultural influencia o nível de desenvolvimento econômico, por outro lado, o nível de desenvolvimento econômico faz surgir demandas culturais, ou seja, a cultura começa a aflorar como fator importante nessas sociedades. Vemos, então, que o lazer começa a ter muito valor em relação ao trabalho, e essa importância aumenta a demanda por serviços de cultura.

É isso que começamos a observar nas grandes Metrôpoles. Voltando ao gráfico anterior, se o crescimento ocorre onde há maior densidade demográfica, e onde isso tem maior valor para o serviço de cultura, uma sociedade em desenvolvimento necessa-

riamente demanda mais cultura. É isso que observamos em Belo Horizonte, e é isso que estamos fazendo aqui. Esses seminários acontecem exatamente porque a nossa demanda por aspectos culturais, tais como entender a Diversidade Cultural, são demandas que começam a surgir.

Este gráfico (Figura 3) mostra o índice de qualidade de vida em Belo Horizonte, medido em 1994, 1996 e 2000. O vermelho é o dado mais recente, o preto o mais antigo. A medição foi feita por bairros, ordenados de acordo com o índice de qualidade de vida, em ordem crescente.

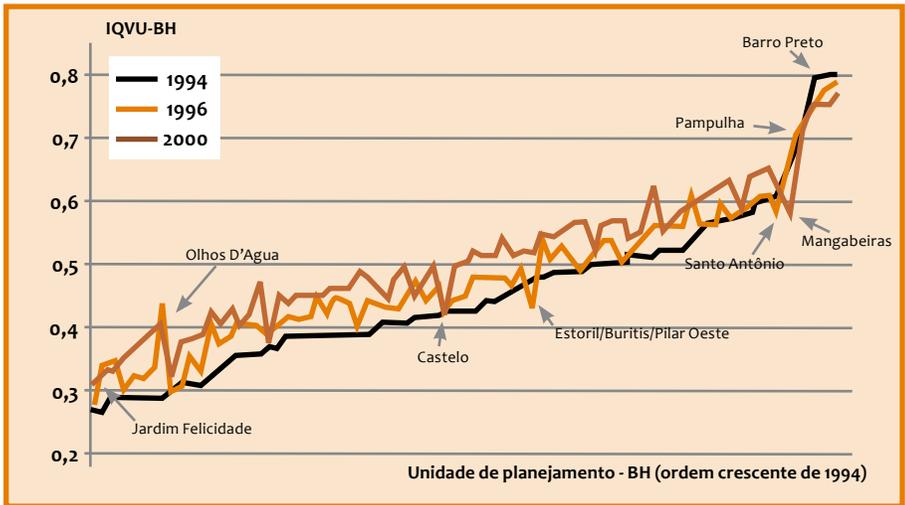


Figura 3 - Índice de Qualidade de Vida por Unidade de Planejamento - Belo Horizonte, 1994, 1996 e 2000. Fonte: NAHAS, 2002.

No próximo gráfico (Figura 4), o índice de qualidade de vida urbana não é medido por renda, mas pelo acesso à infra-estrutura, todo tipo de infra-estrutura, inclusive de serviços de cultura.

Então, mostramos novamente que a Diversidade Cultural muda a demanda por serviços, a oferta de serviços de cultura não segue a mesma ordem de outros tipos de serviços, serviços educacionais, serviços de saúde, é completamente diferente. Tem alguns bairros que perderam ou ganharam muito. Barreiro ganhou em

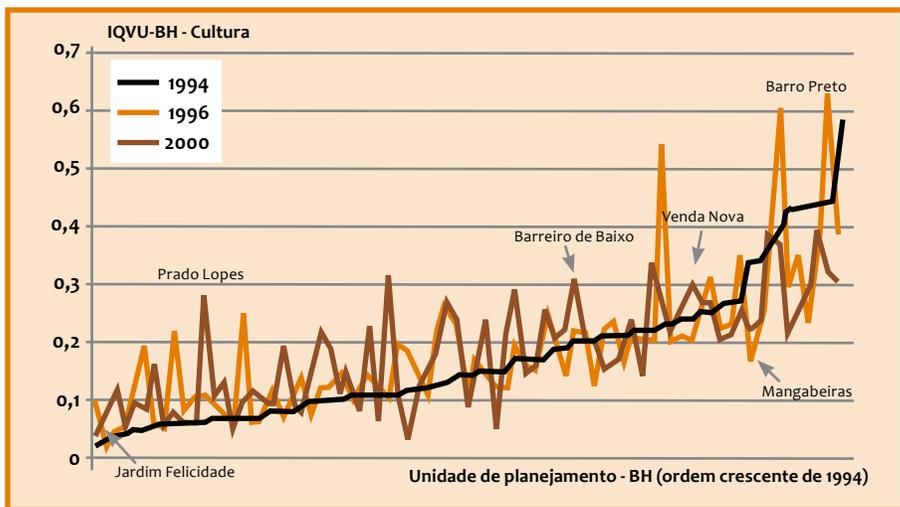


Figura 4 - Índice de Qualidade de Vida - Cultura por Unidade de Planejamento - Belo Horizonte, 1994, 1996 e 2000. Fonte: NAHAS, 2002

relação ao que era em 1994 que era oferta de serviços. Se você observar o bairro Mangabeiras, percebe-se que a oferta de serviços foi relativamente menor que seu nível de 1994.

O próximo mapa (Figura 5) é de Belo Horizonte de acordo com a renda *per capita*. Quanto mais escuro, melhor.

E a seguir o gráfico de anos de educação em Belo Horizonte (Figura 6). Quanto mais escuro, melhor.

Esses dois gráficos são quase idênticos, o que mostra que o nível de renda *per capita* está muito relacionado com o nível educacional local. Se isso é verdade, posso estabelecer uma relação entre cultura e educação.

Se o nível de educação está muito relacionado com o nível de renda *per capita*, a educação é uma boa *proxy* do nível de renda permanente de uma sociedade. Isso mostra apenas que existe uma relação positiva entre cultura, que é o índice de qualidade de vida urbana pela cultura, e o índice de qualidade de vida urbana pela educação, mensurando uma qualidade de vida permanente. Existe uma relação entre essas coisas.



Figura 5 - Renda *per capita*. Belo Horizonte, 2000. Fonte: NAHAS, 2002

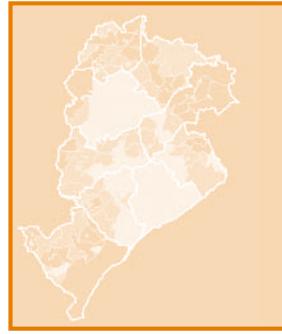


Figura 6 - Anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, 2000. Fonte: NAHAS, 2002

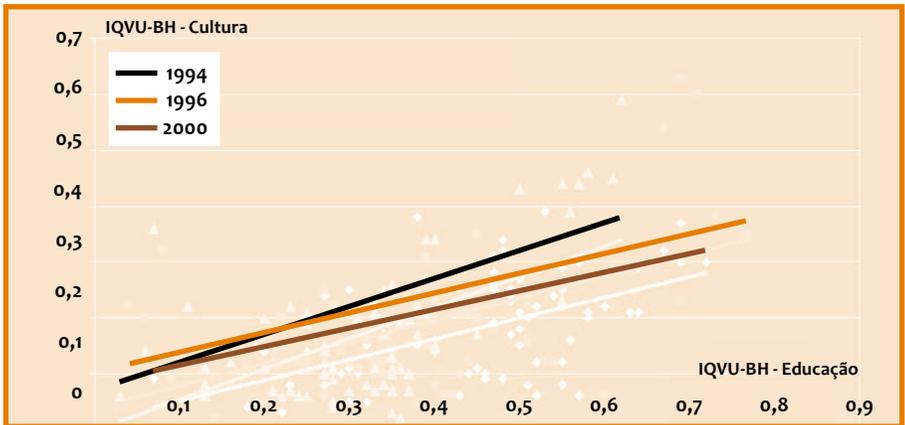


Figura 6 - Relação entre Cultura e Educação - Belo Horizonte, 1994, 1996 e 2000 (Proxy de renda, permanente). Fonte: NAHAS, 2002

Podemos, portanto, concluir que existe uma endogeneidade aqui. A palavra endogeneidade diz respeito a uma relação de ida e de vinda: a Diversidade Cultural influencia o desenvolvimento humano e o desenvolvimento econômico, e é influenciada pelo nível de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento humano.

Referências

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. *O sistema de indicadores intra-urbanos de Belo Horizonte para gestão e monitoramento da qualidade de vida urbana: 1993-2000*. Pensar BH: Política Social, Belo Horizonte, 2002.

Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil

Cesária Alice Macedo



minha fala aqui é do lugar onde hoje eu atuo, debato as minhas idéias, exponho as minhas reflexões, até conquanto educadora, que é o Ministério da Cultura, no qual integro a equipe que está discutindo a implementação de políticas públicas de cultura para o Brasil. Falar desse lugar é falar do lugar do Estado, portanto, esse é também um espaço de diálogo importante para nós porque com base nele podemos discutir melhor essas políticas, tentando compartilhá-las com a sociedade civil.

E esse espaço de discussão, de diálogo, tem crescido muito, o que nos fortalece, porque juntos, Estado e sociedade civil, poderemos construir políticas públicas de cultura.

Vou apresentar o Programa para o Desenvolvimento do Brasil, que é uma proposta de atuação do Ministério da Cultura neste novo mandato do governo Lula e do ministro Gil. Em seguida, vou apresentar as propostas, os programas e as ações que o Ministério vai desenvolver durante esse período.

O Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil deverá assegurar a continuidade, a ampliação e a consolidação do processo que o MinC vem construindo. A política cultural deverá estar inserida em um projeto nacional de desenvolvimento cujo desafio maior é acelerar o crescimento sustentável e gerar uma melhor distribuição de renda.

Os avanços sociais, políticos e culturais precisam ser institucionalizados e perenizados. E a institucionalização da cultura é uma questão de alta relevância para nós que atuamos no campo da cultura.

Portanto, os avanços sociais, políticos e culturais precisam ser institucionalizados e perenizados para que novos ciclos regres-

sivos não venham a erodir os avanços, virando novamente o jogo e sacrificando processos históricos. O desafio é construir o mercado consumidor de massas, que represente inclusão e possibilite a autosustentabilidade do País. Construir um desenvolvimento que considere a sustentabilidade ambiental, o aprimoramento da nossa democracia e o aprofundamento da justiça social.

A cultura é uma ferramenta eficiente e poderosa para redução das desigualdades e para universalização de conquistas de qualidade de vida, permitindo o desenvolvimento das capacidades cognitivas, da inventividade e do discernimento crítico por parte da população.

Em muitos aspectos da política cultural, há que se ganhar escala e amplitude para cumprir seus objetivos. É preciso dotar esse processo de inovação de uma ossatura institucional adequada, fazendo surgir uma estrutura de Estado sob um processo vivo de ampliação de horizontes e de interação de forças sociais e simbólicas para que a imaginação não sirva exclusivamente a fantasia dos mundos possíveis, mas seja construtora de realidades efetivas entre nós.

Para isso, esse programa deve ser a expressão do caráter diversificado e multidimensional da cultura brasileira em termos de políticas públicas para o Estado, e de ativação de redes sociais de produção, difusão e recepção cultural. Terá que traduzir o movimento por mudanças que ganhou forças nos últimos anos da vida republicana e que teceu novas formas de participação da sociedade civil.

Dado o seu caráter democrático e dinamizador, a Diversidade Cultural brasileira, em suas múltiplas dimensões, deve ser um dos eixos estratégicos do pro-



Cesária Alice Macedo é Arte-Educadora, Mestre em Educação pela UFMG e atua desde 85 na implementação de políticas públicas de cultura e educação nos âmbitos municipal e federal. Na ocasião do Seminário, era chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais.

jeto nacional de desenvolvimento. Por esse motivo, a cultura é hoje um dos cinco eixos do Programa de Aceleração do Crescimento Social (PAC Social), recentemente elaborado pelo governo para o desenvolvimento humano e social do País.

O Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil terá também que pensar o país no contexto de uma América do Sul integrada, num processo que se demonstra possível antes pela cultura do que pela economia e pelas infra-estruturas. Muito mais que Latina, essa América do Sul se mostra múltipla, também afrodescendente e ameríndia, investida de uma consciência pós-colonial e de uma vontade de ser mais do que a alteridade possível do Ocidente. Esse programa cultural permitirá, portanto, aprofundar nossa política de inserção internacional não subordinada, articuladora das relações Sul-Sul. Identificamos como parceiros culturais preferenciais o Mercosul, a América Latina, a África, os países das Comunidades de Língua Portuguesa, a Comunidade Árabe, África do Sul, Rússia, Índia e China.

O relacionamento com os países da Comunidade Européia, os Estados Unidos e o Japão, importantes centros de hegemonia cultural e econômica contemporânea, deve se estabelecer de acordo com os interesses da comunidade nacional e da soberania de nossa população. Permitindo o trânsito e o comércio com a coragem e o dinamismo da Diversidade Cultural brasileira. Passa por estreitar a lógica rentista e especulativa dos oligopólios financeiros de nosso tempo, que buscam naturalizar nas mentes uma imaginação consumista e normatizar em instituições idéias de que a vida deve ser regrada exclusivamente pelo mercado interno e externo e suas dinâmicas autosuficientes. Tal enfrentamento traduz-se na adoção de perspectivas que implicam na afirmação e universalização de direitos, a geração de empregos com melhoria das relações de trabalho, a distribuição de renda e poder econômico, e o estímulo, a produção e economia sustentáveis, com maiores investimentos públicos em saúde, educação, cultura, tecnologia, comunicação, esporte e infra-estrutura para beneficiar toda

a população. Isso é algo que expressa em termos contemporâneos uma idéia há muito formulada e um desejo de realização humana, a democratização do acesso aos meios de produção, aos veículos de difusão e às condições de fruição da cultura. Uma cultura que não é só produto, mas valor vivo do processo, do ser vivo e do bem-estar culturais. Uma cultura que é a fórmula de ampliação das estruturas culturais para o desenvolvimento brasileiro.

Paradigmas impostos

O desenvolvimento econômico expressa o bem-estar material de uma nação, mas é o desenvolvimento cultural que define a sua qualidade. A cultura é um direito básico do cidadão, tão importante quanto o direito ao voto, a moradia digna, a alimentação, a saúde e a educação.

Deve-se conjugar a política pública de cultura com as demais políticas governamentais e sintonizá-las com o novo projeto de desenvolvimento para o País. Cultura não é só arte, cultura são valores, posturas, hábitos, lugares, conhecimentos, técnicas, identidades comuns e diversas, conceitos, saberes e fazeres múltiplos.

Políticas públicas devem promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade, contribuir para a inclusão social e a geração de ocupação e renda. Afirmar nossa singularidade diante das demais culturas do mundo.

A cultura tem três dimensões vitais: ela é produção simbólica, é direito de todos os brasileiros, e é economia.

O Ministério da Cultura busca a abrangência e o foco das ações, para atender às demandas e necessidades do conjunto da sociedade. A palavra-chave é a acessibilidade.

Na economia da cultura, existem alguns dados importantes para nós. A cultura movimenta diretamente cerca de 7% do PIB anual do planeta, e é o setor que mais cresce, mais emprega, mais exporta e melhor paga, praticamente sem poluir ou exaurir os recursos naturais. No Brasil, existem 290 mil empresas culturais,

uma massa salarial de R\$ 17,8 bilhões, uma média salarial de 5,1 salários mínimos, na média geral de 3 salários mínimos. São 3,7 milhões de pessoas ocupadas e 1,4 milhão de empregos formais. As atividades culturais movimentam R\$ 156 bilhões da receita líquida, o que representa 7,9% do total. Cultura é o quarto item de consumo das famílias brasileiras, abaixo apenas de alimentação, habitação e transporte. Esses dados são de uma pesquisa feita pelo IPEA e pelo IBGE.

A Refundação do MinC

Buscamos o fortalecimento institucional, o diálogo e a interlocução com a sociedade, uma postura republicana, uma reforma administrativa que implemente um verdadeiro sistema MinC, com um orçamento maior e melhor aplicação de recursos. A recomendação da Unesco é que a Cultura receba recursos da ordem de 1% do orçamento do governo federal.

O MinC busca também o reforço dos instrumentos de financiamento, tais como a renúncia fiscal, os mecanismos de mercado e outros.

Nosso sistema de financiamento

Os principais mecanismos de financiamento do MinC são o Fundo Nacional de Cultura, a Lei Rouanet e a Lei do Áudio Visual. Por meio desses dois últimos mecanismos, os projetos culturais recebem o patrocínio das empresas estatais, em sintonia com as políticas públicas. O MinC busca a conscientização dos patrocinadores privados, para que o investimento seja realizado com base na formulação de políticas e programas.



A eficiência

O MinC foi o Ministério com a melhor execução orçamentária no biênio 2005-2006, quando a execução do seu orçamento superou a marca dos 99%.

Evolução do orçamento do MinC

Em 2002, foram R\$ 289 milhões; em 2003, R\$ 312 milhões; em 2004, R\$ 375 milhões; em 2005, R\$ 513 milhões; em 2006, R\$ 534 milhões.

Sendo que 2003 foi o primeiro ano da gestão e o orçamento foi feito pelo governo anterior. Esses valores incluem emendas apresentadas no Congresso, e excluem recursos para salários e encargos de pessoal.

A renúncia fiscal através da Lei Rouanet

Cerca de 80% dos investimentos realizados via Lei Rouanet (Lei 8.313/91) costumam ocorrer no final do ano, quando as empresas começam a perceber no seus balanços de quanto será o lucro do ano. E aqui temos uma relação dos anos de 2002 a 2006 da captação feita pela Lei Rouanet:

2002 - 345 milhões
2003 - 432 milhões
2004 - 507 milhões
2005 - 691 milhões

A partir de consultas aos agentes culturais nos seminários Cultura Para Todos (mais de 30 mil pessoas foram ouvidas em todo o Brasil), o MinC implementou mudanças importantes no Decreto 5.761/2006, que regulamenta o uso da Lei Rouanet. Entre elas estão:

- garantia do uso do mecanismo de renúncia fiscal para viabilizar Editais e Programas;
- ampliação das áreas e segmentos atendidos pelo PRONAC;
- possibilidade de beneficiar projetos que se destinem à circulação e à comercialização de produtos culturais;

- estabelecimento da necessidade de planos de democratização do acesso aos resultados dos projetos financiados com recursos públicos;
- aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e monitoramento dos projetos.

Os editais e programas reduzem a concentração de recursos em regiões, segmentos e atividades culturais. Além disso, contribuirão para ampliar o acesso a recursos e investimentos em atividades consideradas estruturantes em sua relevância. Possibilitarão a integração com mecanismos estaduais e municipais de fomento à cultura.

O novo decreto também assegura que os conteúdos financiados com recursos públicos sejam acessíveis à população brasileira, uma efetivação do princípio “recursos públicos devem gerar benefícios públicos”. No mesmo sentido, mecanismos de seleção, monitoramento e avaliação de resultados, uma vez aprimorados, passam a realmente incorporar os recursos alocados por renúncia fiscal à lógica de responsabilização e *accountability*, necessária para tornar o mecanismo mais legítimo, responsável e consistente.

As políticas setoriais e os eixos estruturantes

O MinC desenvolve políticas nas áreas de audiovisual, patrimônio, preservação, cultura e cidadania, identidade e Diversidade Cultural (existe atualmente uma Secretaria que trata especificamente desse assunto), cultura afro-brasileira, linguagens artísticas, democratização, modernização e alcance nacional, economia da cultura, política e presença internacional, novo padrão de fomento, investimento e financiamento.

Sobre esse novo padrão

Já vencemos algumas distorções, tais como: democratização do acesso e dos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos em cultura; ampliação do volume de recursos a ser investidos em cultura; diversificação das fontes de financiamento,

ou adequação do perfil dos demandantes; profissionalização das atividades culturais; estabelecimento de processos seletivos transparentes e descentralizados; desconcentração espacial dos perfis ocupacionais e de renda para os investimentos públicos para cultura; estímulo à maestria, à inovação criativa e à valorização das tradições; integração com os mecanismos estaduais e municipais de investimento em cultura.

Ainda sobre fomento, investimento e financiamento. Como começamos a mudar? Existe uma nova orientação, baseada em critérios objetivos e coerentes para as políticas e paradigmas que norteiam a atuação do MinC, que busca: aumentar o número de recursos aplicados diretamente pelo MinC; mecanismos republicanos para publicar recursos, editais e concursos públicos; mudanças no manejo da Lei Rouanet e, como resultado, a democratização e a nacionalização do acesso aos recursos públicos.

Novas modalidades de fomento investimento e financiamento estão sendo propostas: fomento a fundo perdido; fomento pelo Fundo Nacional de Cultura; editais financiados pela renúncia fiscal; mecenato; programas via renúncia fiscal; programas de cultura do trabalhador brasileiro; mecanismo de créditos preferenciais para atividades culturais; fundo de investimento para as atividades artísticas e culturais, via bolsa de valores; fundo de investimentos para atividades artísticas e culturais via sistema bancário.

Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro

Esse programa fornecerá a milhares de trabalhadores brasileiros, através de um Ticket Cultural, a possibilidade de aquisição de ingressos de cinema, teatro, museus e espetáculos, ou então de produtos culturais como livros, CDs e DVDs.

O desafio

Dois desafios são a escala e a amplitude do programa, que visa a expressar o caráter diversificado e multidimensional da cul-

tura brasileira, traduzindo um movimento por mudanças que ganhou forças nos últimos anos da vida republicana, e a constituir-se em Eixo Estratégico Nacional de Desenvolvimento.

Uma visão estratégica

Direitos culturais e cidadania

A Diversidade Cultural brasileira é uma realidade que se aprofunda cada vez mais, com a ampliação da democracia e a sua persistência em um ciclo histórico durador. A cidadania dos brasileiros não se realiza plenamente sem acesso à educação e à cultura, e carece de um esforço intergeracional que está por se consumir no atual estágio da sociedade brasileira, mas ainda carece de estruturas institucionais mais sólidas.

No atual processo de inclusão de milhares de brasileiros no usufruto de direitos elementares, a cultura é estratégica para a construção do protagonismo da sociedade civil. Ela é um importante meio de recuperação da auto-estima de grupos humanos com acesso restrito a direitos e oportunidades, uma condição preliminar para muitos que não partilham do conhecimento cultural e que não têm sua identidade valorizada socialmente. Esse eficiente instrumento de coesão social deve ser disponibilizado pelo Estado para que cada um possa assumir seu lugar e ter sua própria voz nos espaços público e privado, como garante a Constituição. Sob a luz dos direitos culturais, temos muito a avançar na atualização dos marcos legais de propriedade intelectual, seja para que direitos coletivos de populações gerem riqueza para sua sustentabilidade, seja para ampliar o acesso dos brasileiros a bens culturais indispensáveis a sua formação. É perfeitamente possível harmonizar direitos autorais, direitos de investidores e direitos da população brasileira.

A maior presença da cultura na escola brasileira é também uma condição de realização plena e universal de direitos culturais

dos brasileiros. Material didático para professores e alunos, educação patrimonial e maior acesso a conteúdos para finalidade de educação e cultura são diretrizes essenciais do aprofundamento dos direitos civis no campo da cultura.

A sociedade civil vem desenvolvendo uma poderosa tecnologia social em meio às dificuldades mais radicais, apesar dos muitos entraves administrativos e orçamentários que ainda persistem. No Brasil, existem centenas de milhares de grupos que se organizaram em torno da capoeira, do teatro, da dança, da música, do cinema e audiovisual, do hip-hop e de festas, de manifestações tradicionais, arcaicas, míticas, para não nos estendermos em infinitos exemplos. A partir dessas ações culturais, constroem-se os sentimentos de identificação, de pertencimento societário, os laços comunitários e o senso crítico, uma possibilidade de simbolização que é consciência e defesa na relação com as mazelas sociais vigentes. Na verdade, nesse processo é que se elaboram algumas das formas mais inteligentes e instigantes de resistência e de superação das formas de injustiça e opressão.

Cabe ao Estado brasileiro incentivar e apoiar as sociedades na articulação dessas ações socioculturais. Para isso, é preciso ampliar e dar maior capilaridade aos programas que geram iniciativas, como os Pontos de Cultura, uma instituição mista, um lugar de interação e cooperação entre Estado, sociedade civil e agentes culturais, um dispositivo que pode e deve atingir a escala necessária para dar atendimento a milhares de grupos.

Nesse mesmo sentido é que dizemos que a busca incessante pela ampliação e a democratização do acesso aos produtos, resultados e benefícios das atividades culturais é um princípio. E, particularmente, essa acessibilidade não pode ser restritiva quando se trata de bens e serviços financiados com recursos públicos. Esse é um direito cultural básico que continuará sendo tenazmente perseguido no segundo mandato do presidente Lula, no



conjunto de seus programas e ações, através do desenvolvimento dos instrumentos jurídicos e administrativos, das possibilidades que uma gestão qualificada da “coisa pública” deve providenciar.

Cultura é educação

A educação brasileira ainda não proporciona aos usuários dos equipamentos de ensino o acesso de cada cidadão à Diversidade Cultural, à cultura universal e àquela que é singular de sua comunidade, de sua região e de seu país. A ausência da cultura como uma das dimensões estruturantes da educação prejudica os objetivos de uma política educacional de qualidade e realmente transformadora dos modos e das condições de existência.

Para que os brasileiros conheçam e se reconheçam em sua cultura local, e vejam nela a possibilidade de acesso mais genuíno à cultura regional, nacional e universal, é preciso que o patrimônio cultural comum seja objeto de uma memória coerente, que cidades, espaços e ambientes passem a ter seus lugares de cultivo de tradições, saberes e fantasias.

Urge que se restabeleça uma relação estratégica e institucionalizada entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, que garanta aos dois uma autonomia compartilhada, de responsabilidade recíproca com os processos de formação do indivíduo e da sociedade. Para efeito dessa rearticulação, é necessário que se estabeleça também uma relação, por sob os arranjos institucionais, entre saberes “fora da escola” e o ensino de modo geral, desde o ensino básico até às universidades.

A repercussão dos saberes culturais no sistema de saber formal é uma novidade que pode repercutir imensamente na atratividade da escola, na sua qualidade em produzir cidadãos conscientes da realidade local e universal. Pode também dar instrumentos de poder às populações cujos conhecimentos tradicionais são transmitidos apenas por seu próprio esforço informal.

Essa rearticulação deve passar pelo entendimento do ambiente e da vida universitária e escolar, como lugares de aprendizagem,

fruição, mas também de produção cultural, onde cada geração desenha seu projeto de futuro e ganha a aptidão cultivada para realizar seu presente.

Nas últimas décadas, a presença da arte, da literatura e da cultura em geral vem sofrendo reveses ou desaparecendo das salas de aula brasileiras, o que tem empobrecido o ambiente das escolas e das universidades.

A formação de profissionais e cidadãos mais inspirados e abertos à inovação criativa deve ser uma idéia que não se reduza à qualificação da força de trabalho e à reciclagem de capacidades instrumentais. Devemos pensar em homens e mulheres mais respeitosos e articulados com o patrimônio cultural e cognitivo brasileiro. Só será possível através dessa incorporação plena da cultura e das artes no processo educacional, afirmação delas como atividades decisivas na formação de cada pessoa, de cada indivíduo e cidadão, para iluminar os processos educacionais com uma lucidez contemporânea.

Comunicação é cultura

Há tempos a comunicação tornou-se um tema essencialmente cultural. Os sistemas de informação e os dispositivos de veiculação dos conteúdos culturais estão cada vez mais integrados, um processo de convergência que fez, como já se disse, “o meio” se tornar “a mensagem”. Políticas para essa área que deveria propiciar a integração da sociedade e ampliar a vivência da cultura terão que enfrentar sérios problemas, como a baixa presença da Diversidade Cultural e regional brasileira nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa. Televisão, rádio e novas mídias digitais, pelo celular e pela internet, são veículos contemporâneos – talvez os mais importantes fatos culturais de nossa época – que permitem a circulação de telenovelas, filmes, vídeos, textos, imagens e muitos conteúdos culturais.

A Diversidade Cultural brasileira cobra sua maior presença em todas as telas e dispositivos eletrônicos. O acesso interativo de

milhões de brasileiros a conteúdos culturais tem nesses veículos uma mediação indispensável, e neles se materializa o destino, a visibilidade ou a exclusão de milhares de grupos culturais brasileiros. O horizonte da convergência tecnológica chega ao Brasil sob a superação de barreiras até então limitadoras dessa diversidade, signo da maior diversidade de opções e conteúdos, maior interatividade, maior liberdade para usuários e produtores. É sob essas aspirações que essa diversidade aspira ter garantido o seu lugar de geração de conteúdos, assim como o seu lugar de receptor de produtos, para que esse sistema se realize plenamente como um meio de “comunicação”.

Ações estratégicas

- Elevar o orçamento da cultura para 1%;
- Ampliar o Programa Cultura Viva, em especial os Pontos de Cultura;
- Implementar o Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro, que é um instrumento legal que vai viabilizar a aquisição pelas empresas, com subsídio do Estado, de ingressos para estabelecimentos artísticos e culturais e para a aquisição de produtos como livros, CDs e DVDs. Este programa já está no Congresso, tendo tramitado em primeira instância na Câmara Federal;
- Constituir um consistente e diversificado sistema público de comunicação;
- Desenvolver o Sistema Nacional de Cultura e aprovar o Plano Nacional de Cultura;
- Criar um forte Sistema de Informações Culturais;
- Consolidar um sistema diversificado, abrangente e nacionalmente integrado para o fomento e financiamento da cultura;
- Sintonizar os marcos legais de direito autoral e de propriedade intelectual com a acessibilidade, ao mesmo tem-

- po que preservem os direitos de criadores e difusores;
- Institucionalizar a parceria estratégica entre os Ministérios da Cultura e da Educação;
 - Prosseguir na reforma administrativa do MinC de modo a aprofundar o processo de qualificação e fortalecimento institucional iniciado nesta gestão.

Desafios

- Reconhecer a Diversidade Cultural brasileira;
- Assegurar a cidadania cultural e acessibilidade;
- Fortalecer a economia e a auto-sustentabilidade da cultura;
- Compreender a educação e a comunicação como dimensões fundamentais da cultura;
- Desenvolver uma política diversificada e eficaz de financiamento da cultura;
- Aprofundar o caráter compartilhado, colaborativo e transformador da gestão cultural;
- Garantir um Ministério mais transparente, eficiente e capaz de atender à sociedade:
- Reconhecer a Diversidade Cultural brasileira, adequando a institucionalidade da cultura brasileira à Convenção da Unesco sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade Cultural;
- Desenvolver ações que reconheçam, preservem e possibilitem a difusão e o manejo de conhecimentos tradicionais diversos, sobretudo os associados à biodiversidade;
- Promover a atualização da concepção de patrimônio cultural;
- Desenvolver uma política de promoção da língua portuguesa;
- Desenvolver e ampliar políticas e programas que relacionem Cultura e Pensamento;

- Implementar o Plano Nacional do Livro e da Leitura;
- Valorizar grupos culturais que trabalhem com os conceitos de criação colaborativa, direitos autorais não restritivos ou direitos simples;
- Apoiar programas, projetos, pesquisas e ações que desenvolvam o trabalho de fundo e promovam o acesso a novas tecnologias;
- Desenvolver e fomentar ações e medidas de apoio à cultura e seus diversos atores em redes emponderadas e dinâmicas;
- Desenvolver e ampliar políticas e programas que franqueiem o acesso aos meios de fruição, difusão, distribuição e produção de obras audiovisuais;
- Fortalecer a economia e a auto-sustentabilidade da cultura;
- Promover a capacitação de empreendedores da cultura e investir em novos processos e modelos de negócio da cultura que envolvam as cadeias criativas de produção de bens culturais;
- Firmar políticas de desenvolvimento econômico, de produção e difusão de arranjos produtivos locais e regionais;
- Ampliar e assumir a exportação da cultura brasileira no âmbito de uma política de presença do País no exterior;
- Estimular linhas de crédito para investimento em tecnologia e inovação no campo cultural;
- Construir e articular uma política consistente para o desenvolvimento de uma infra-estrutura cultural das cidades brasileiras;
- Promover o desenvolvimento responsável pelo turismo cultural;
- Compreender a educação e a comunicação como dimensões fundamentais da cultura;
- Assegurar que os sistemas de ensino incorporem a cultura;

ra como um dos seus eixos estruturantes e seus processos pedagógicos;

- Desenvolver ações que potencializem as universidades e a escola como pontos de difusão cultural;
- Apoiar e fomentar a regionalização de parte da programação da TV brasileira;
- Desenvolver políticas que elevem a presença da produção independente nas redes de televisão;
- Desenvolver políticas que estabeleçam a maior relação entre a produção nacional de filmes e televisão;
- Redefinir os marcos legais das rádios e TVs públicas e suas redes para que se estrutrem como parte da política de educação e cultura.

Ainda sobre financiamento

- Consolidar um novo padrão de financiamento da cultura no Brasil, calcado em mecanismos variados e adaptados aos diferentes segmentos, propósitos e perfis de demandantes;
- Rever as leis de incentivo à cultura para permitir uma integração sistêmica com o orçamento direto, de modo a fazer prevalecer a lógica pública;
- Criar uma agência financiadora de projetos culturais, a exemplo da Funep, na área de ciência e tecnologia, que permita mobilizar recursos com maior agilidade e alavancar a economia da cultura;
- Desenvolver e alimentar o Secard e outros fundos públicos e privados de investimento em cultura;
- Aprofundar o caráter compartilhado, colaborativo e transformador da gestão cultural;
- Fortalecer os Colegiados Setoriais de Cultura já implementados e os Conselhos Regionais de Políticas culturais como instâncias de puação entre os elos das cadeias econômi-

- cas da cultura, destas com os movimentos sociais e com o Estado, e de compartilhamento da gestão cultural;
- Consolidar um fórum para concentração de entendimento, conceitos, práticas, metas e objetivos junto aos investidores privados;
 - Constituir o Conselho para o Desenvolvimento da Cultura, a Câmara Setorial do Patrimônio Cultural e consolidar o Grupo de Trabalhos Indígenas;
 - Aprofundar a articulação junto com os gestores estaduais e municipais de cultura com vistas à consolidação de um novo pacto federativo;
 - Garantir um MinC mais eficiente, transparente e capaz de atender à sociedade;
 - Dotar o Ministério da Cultura de maior capacidade e investimento;
 - Atualizar a liderança de instituições como o Iphan e a Funarte;
 - Estabelecer novas instituições;
 - Dotar o sistema MinC de instituições descentralizadas com capacidade e economia;
 - Ampliar o quadro de pessoal permanente, com gestores concursados.

Programas, projetos e ações que já estão acontecendo e baseados em todas as premissas expostas: Sistema Nacional de Cultura, Lei Rouanet, Lei de Incentivo Federal, Programa Cultura Viva, Programa Cultura e Pensamento, Programa Culturas Populares, Programa Nacional de Livro e Leitura, Projeto Capoeira Viva, Câmaras Setoriais, Conferências Municipais e Intermunicipais de Cultura, Prêmio Culturas Indígenas, Direitos Autorais, TV Digital e outros.

Todos esses programas, projetos e ações já se iniciaram na primeira gestão com vistas a esse desenvolvimento humano de que estamos falando aqui, e considerando, sobretudo, a Diversidade Cultural e o respeito às diferenças.





Música, dança e diálogo intercultural

Entrevista com a bailarina e coreógrafa Dudude Herrmann

Que relação você vê entre o corpo, a dança e a Diversidade Cultural?

Para mim, cultura é tudo aquilo que nos envolve, nossos hábitos de conversas, de se sentar à mesa, fazer a comida, de nos vestir. Se ampliarmos nosso olhar pelo mundo, vamos ver que as roupas vão mudando também, e os alimentos, as cores e toda a paisagem. Isso é maravilhoso! E poder refletir um pouco sobre a Diversidade Cultural num mundo que incentiva a globalização é mais importante ainda, porque esse lugar específico da nossa origem é enriquecedor; ele nos constrói, e, para onde caminhamos pelo mundo, levamos a nossa origem. Ela não está dentro de uma mala, ela está dentro do nosso corpo. E com isso todo esse corpo é sempre um corpo poroso, atravessado por campos de forças, por estímulos múltiplos. Vamos sempre perseguindo uma



Dudude Herrmann é bailarina e coreógrafa.

organização e um reconhecer-se dentro do mundo. E o reconhecer-se tem um senso comum de origem. Quando toca uma música vinda desse lugar de onde viemos, reconhecemos, mesmo não a conhecendo. E não é a nossa razão que reconhece, é o nosso corpo que identifica. Geralmente, onde tem música tem um corpo dançante, mesmo parado. E vice-versa: onde tem dança tem uma música, mesmo sem som.

A respeito da dança, do movimento em si, nosso repertório no campo da vida ordinária também é um reconhecimento. Entendemos os códigos, lemos os espaços e isso também é um alimento que gera danças. Existem as danças do nosso senso comum, que fazem parte de uma cultura, que estão ligadas a celebrações e que sofrem influências múltiplas de origem afro, indígena, européia. Nossa colonização é misturada, isso também nos faz diversos.

Até a língua vai mudando na maneira de falar, na maneira de travar relações, de medir espaços. É uma coisa intangível, é uma coisa quase invisível. Mas ela aparece no grupo, aparece na pessoa. Se eu morasse na China, não me moveria desse jeito como me movo; teria outros códigos, meu corpo aceitaria outras dobras. Isso só nos enriquece, abre as nossas fronteiras. Ou seja, o corpo capta estímulos e é completamente afetado pela geografia, pela economia, pelo biológico, pelo social, pelo afetivo. Assim, vamos construindo várias camadas de corpos, e vamos nos reconhecendo, de acordo com a nossa origem.

Em que medida a Diversidade Cultural se reflete em sua arte, em sua dança?

Na verdade, quando comecei a aprender dança, não era uma dança de origem brasileira; ela vinha de um pensamento distinto, que era a dança clássica, depois a dança moderna, sempre cheia de visões de mundo estrangeiras. Então, era um corpo brasileiro absorvendo um pensamento estrangeiro. Talvez um corpo colonizado.

Num primeiro momento, não dá para entender onde está o fundamento dessa história. Depois, você vai na dor de uma contração, querendo falar isso e aquilo e ao mesmo tempo sendo atravessada por músicas feitas aqui, por corpos daqui. Também recebi muitas influências americanas.

Aí, você se pergunta: que corpo é esse, tão diverso dentro de um só? Isso não é uma coisa particular da minha pessoa. Acho que todos nós, brasileiros, temos a origem do Brasil colônia. E demora um tempo para você se apropriar, tomar aquilo como seu e ajustar aquela idéia do outro para ajustar junto com as suas questões, com o seu discurso. Demora a ver como nossos corpos são moldáveis, como eles são influenciados e influenciáveis todo o tempo.

Todas as coisas que nos atravessam, que nos afetam, são também afetadas por nós. Então, todos nós somos filtros de um senso comum. E eu comecei a fazer o seguinte: adotei a estratégia de desmanchar essas fronteiras, essas barreiras. Porque tudo está cercado. Mas essa cerca, esse mundo, é uma pele só. Se tiramos esse senso de mercado e nos colocamos como seres no mundo, talvez achemos afinidades com todo mundo, com pessoas que pensam na mesma intensidade que nós, talvez no Iraque, talvez no Egito, talvez no Xangrilá. Porque tem uma coisa que é comum a todos: o nosso corpo. Temos ossos, carne, células, somos feitos da mesma matéria, e temos que “descascar” tudo, temos que tirar as fronteiras e nos transportarmos no pensamento para essas potencialidades do corpo quanto ele assimila as coisas. Aí, vemos o que interfere – o clima, a geografia, etc. – e que vai nos fazer ficar diferentes. Mas é preciso fronteirizar a todo momento; territorializar para desterritorializar, para novamente territorializar e tudo outra vez. E esse micromovimento acontece todo o tempo. O corpo está em transformação contínua. Porque somos seres vivos.

Então, hoje tenho como estratégia abrir essas fronteiras, fazer-me mais flexível, desmanchar os meus conceitos para não preconceituar algo. Deixar o meu corpo se esvaziar todos os dias, num sentido subjetivo, para poder absorver aquilo que vem. Porque

eu trabalho com arte e tenho que ficar com as antenas ligadas. O artista precisa ter essa força, porque é um sobrevivente de vários tempos, que amplifica o que ele não vê, mas presente. Ele precisa falar de algo que está escancarado, mas que em geral nós não percebemos porque não temos tempo.

Então, estamos a construir o mundo. Isso é Diversidade Cultural. Quanto mais você se apropria de você mesmo, quanto mais se apropria das suas percepções, mais você se torna visto no espaço e, com isso, você pode trocar as suas diferenças, os seus incômodos, as suas percepções do mundo que fabricamos. Nós não só seguimos o que é ditado, mas também afetamos o que é ditado.

Isso tudo que estou falando para mim é dança também. Porque o meu discurso falado é a minha dança. Porque, quando eu vou dançar, eu não mudo de figura; todas as minhas aflições, os meus incômodos, os meus prazeres, as minhas alegrias e as minhas perseguições estão no movimento. São verdades temporárias.

Uma vez, eu estava numa mesa de bar com uma americana, e estava tocando uma música que fazia todas as pessoas da mesa ficarem se mexendo, mas essa americana ficava completamente imóvel. Achei interessante, porque a música que ela escuta não é a mesma que nós; o corpo reconhece outro estímulo. Por isso é interessante a gente pesquisar, dançar, se mover com outros estímulos que não os nossos já conhecidos. Para, quando vier um som desconhecido, a gente observar como o nosso corpo reage a essas diferenças.

Na sua opinião, é verdade que a relação do brasileiro com seu próprio corpo é diferente da que ocorre com pessoas de outros países?

Nos territórios do mundo, há espaços que são completamente absorvidos pelo movimento.



O Brasil é um deles. Quando falamos, movemos o corpo, movimentamos as mãos, balançamos os olhos, fechamos a testa. É tão natural para nós que, se eu estivesse falando sem mover nada, todos achariam um pouco estranho. Faz parte da nossa cultura.

Existe também a questão dos espaços entre os corpos. E no Brasil as pessoas se pegam muito, dão muito beijo, abraçam – a pessoa nunca te viu e já te dá um abraço. Isso são fronteiras e são hábitos. Mas isso também está relacionado com o clima. Porque, nos países nórdicos, nos lugares mais frios, o corpo é mais recolhido, existe uma diferença, uma organização diferente do espaço para se travar relações. É uma questão de códigos, que é interessante conhecer para depois perceber os nossos próprios códigos.

Muitas vezes, achamos que é tudo normal, que é sempre assim, mas não é. É uma construção: vamos nos construindo e nos modificando de acordo com tudo que nos rodeia. Estamos falando de uma Diversidade Cultural afirmativa. Porque também tem outro lugar de tendências, de linguagens rasas que passam por momentos.

Mas eu gostaria de falar sobre a questão da apropriação de um por um, que faz a diversidade. Não de um movimento de massa que engloba e coloca tudo numa coisa só. Porque há especificidades, há diferenças mínimas que nos colocam como seres potenciais de mudanças. Podemos observar como caminha esse mundo porque cada ação de um por um faz a diferença. E, no campo da música, também existem músicas e músicas. Existem danças e danças. Existem músicas terríveis como existem músicas maravilhosas. Fronteiras assim que fazem com que sejamos capazes de perceber as nossas escolhas sempre – esta música é boa, vou comprar. Você escuta dez vezes e fala: gente, não consigo mais. A música está acompanhada das cores, está acompanhada das paisagens, está acompanhada do humor, tudo está



inserido na dança. Dentro de um contexto, ela nunca está sozinha. Formamos a nossa paisagem acompanhada de vários estímulos, sejam eles sensoriais, olfativos, sejam eles táteis, visuais, auditivos. Está tudo junto ao mesmo tempo.

É interessante pensar que a dança, conquanto linguagem de arte, sofre um processo de refinamento, de trabalho “cirúrgico” de se trazer uma especificidade para um campo de habilidades que é a arte da dança. Precisamos ter muita intimidade com a nossa ferramenta, que são os nossos corpos. Essa intimidade precisa de tempo para ser adquirida. E, por incrível que pareça, dentro desse campo de dança, eu preciso desmanchar a minha tendência para construir um outro corpo que aquele trabalho pede. Para isso, preciso me despersonalizar, fazer-me desaparecer, se não a minha *persona* modifica a dança e a pessoa só vê a pessoa dançando, a pessoa nominal. Então, é preciso tirar meu nome, tirar toda essa minha carga pessoal e me transformar em material, em coisa, para que aquela obra de arte realmente seja uma obra de arte. É claro que algumas coisas se revelam, mas se revelam num campo imanente de forças.

Então, esse lugar da dança conquanto obra de arte é um lugar de especificidades porque a obra de arte pede e exige um corpo determinado, não um mesmo corpo. Esse corpo que está aqui não interessa. Então, eu preciso provocar algo que vai acontecer. Eu preciso desaparecer para ser outra coisa. Não é preciso nem entender isso, porque a arte também é um campo de sensibilidades. Quando vamos a um teatro, vamos para também desaparecer, para ter contato com um campo sensível. E esse campo sensível não precisa ser nomeado, mas sentido pelo ser.

E qual a relação entre a dança e o desenvolvimento humano?

Acho que toda essa nossa conversa também toca no desenvolvimento humano, a partir do momento em que um trabalho de dança gira sobre um determinado tema, é o humano que resolve essas questões e que está conectado nesse lugar do desenvolvimento humano. O que é desenvolvimento humano senão você ir

depurando seus sentidos, suas percepções, absorvendo esse mundo que estamos construindo, esses prédios imensos, esses muitos carros no espaço, esse lixo que você joga fora ou recicla, essa cidade barulhenta? Afinal, quem faz a cidade? São os homens, somos nós.

Para você, o que é Diversidade Cultural afirmativa?

Para mim, Diversidade Cultural afirmativa é você pensar nos desejos, nas necessidades, nas vontades do mundo, de uma forma que seja individuação, mas não egóica. Para mim, é fundamental manter a sua origem, mas manter uma origem também afirmativa, porque todo mundo tem que fazer escolhas o tempo todo. Eu vou comprar essa verdura ou vou comprar aquela que está embalada, que veio não sei de onde?... Tudo isso é cultura. Então, eu penso nessa questão da afirmação enquanto uma coisa que mantém uma qualidade de pensamentos, que você se reconheça na sua origem, mas que você leia os livros que você quer ler, que você seja uma pessoa flexível, moldável.

Você não vai perder nunca a sua origem, porque o conhecimento traz o conhecimento, traz a percepção do todo. Traz o cuidado. Cuidado com aquilo que você consome, com a água que bebe, com a luz que você gasta, com a preservação do planeta. O grande problema do planeta somos nós em excesso. Na verdade, o planeta não está nem aí para nós. Nós é que precisamos dele para a sobrevivência da espécie.

Então, eu percebo que a Diversidade Cultural, que o desenvolvimento humano, que a educação, que a arte é tudo uma coisa só, com as suas especificidades.

A vida é assunto da arte, a vida não é pessoal, ela existe independente da gente. A arte também não é uma coisa pessoal, ela existe independente da gente, ela sempre vai existir, é uma necessidade maior do que nós. Então, estamos falando do diverso e no meu discurso eu falei sempre do indivíduo, da ação do indivíduo, do território, da fronteira, justamente essas oposições. O diverso,

a diversidade é múltipla, é ampla; ela tem uma riqueza, e seria bom se a gente se aproveitasse um pouco das diferenças.

Assim como acontece no caso da biodiversidade, com a Diversidade Cultural somos levados a pensar em preservação. E como fica a relação entre as expressões artísticas, a Diversidade Cultural e o mercado que consome essa arte?

Acho que preservar é cuidar, é manter a memória. Essa memória intangível, imaterial, que fica coexistindo. Acho também que a expressão artística precisa da cultura diretamente. Porque a arte “puxa” algo desta realidade em que vivemos. Ela não é só produto para vender. Ela é uma coisa que toca o outro. Ela vira um produto para você existir e isso é o nosso trabalho, a nossa função, é o nosso ofício. Precisamos produzir o fluxo da moeda, do capital, isso são conseqüências. Mas a arte está dentro da cultura e a cultura está dentro das artes. É quase uma simbiose.

Entrevista com Paco Pigalle, DJ

Para você, quais as relações entre a música e a Diversidade Cultural?

A

Diversidade Cultural na música é sem dúvida uma das mais fáceis de perceber, porque a língua acaba virando aquela linguagem que passa por idiomas. Você pode estar na China, no Nepal, em qualquer lugar que seja, e não entende o que é falado. Às vezes, a gente até se engana porque, pela entonação, detecta raiva onde não há, porque a frase termina com uma gargalhada, então não havia raiva. Ou seja, a gente pode errar não só na linguagem, mas também na entonação do que está sendo falado.

Mas há um momento em que todo mundo se entende: é na hora em que acontece uma música. Então, sem dúvida, a linguagem mais comum e menos travada pela falta do idioma é a música, onde acontecem aquelas hibridades que não sei se seriam possíveis em outros setores. Existem muitas misturas acontecendo hoje. Por exemplo, a música eletrônica, que nasceu na Europa nos anos 70 com um monte de artistas, está se encontrando com o Côco, e o samba está se encontrando com o manguê beat. Então, acho que a música é o campo onde essa Diversidade Cultural acontece mais facilmente.

A música também está impregnada com a cultura. Por exemplo, analisando os sons do Brasil, reconhecemos as influências indígenas, africanas ou



Paco Pigalle é DJ e pesquisador musical.

européias que formaram o Congado, o Maracatu, o Carimbó ou o Samba. Hoje estamos numa segunda fase, pois há outra mixidade acontecendo, com uma remistura, com a introdução do *rock in roll*, do pop, do reggae e de outros sons.

Mas, o que faz efetivamente a Diversidade Cultural é um fazer e desfazer, um desmanchar e remontar constante. Essa diversidade vem por natureza. Por exemplo, eu sou filho de uma espanhola e um marroquino que migraram para a França, ou seja, querendo ou não, a diversidade estava lá. Nos anos 1970, eu ouvia, como todo mundo, Bob Marley e, os primeiros *rappers*. E, quando voltava para casa, ouvia o *flamenco* da mamãe e os cantos nômades do papai. É uma coisa que fui vivendo, fui aceitando.

Aceitação é uma grande palavra para a diversidade, mas, quando você é muito novo ou muito criança, a diferença é difícil de aceitar. Acho que com seis, oito anos, você não está com muita vontade de ser diferente. Então, fui marcado por músicas que nunca teria arriscado ouvir numa festa com amigos, por exemplo. Ainda era do domínio da casa, da família, enquanto na rua ouvimos o que todo mundo ouve.

Depois, aos quatorze, quinze anos, você é mais rebelde, entre tantos “baldes” que você chuta, pode chutar esse também. Gosto de cantar em espanhol e, por que não? em árabe também, esse lamento que ninguém entende, mas expressa alguma coisa...

Quando alguém muda de país, quando um paquistanês chega em Londres, um turco vai morar em Berlim, um marroquino ou um argelino vai morar em Paris, ele vai por questões econômicas ou políticas. Ele não vai se adaptar à cultura local imediatamente; ele continua, durante anos, cozinhando a sua comida, escutando sua música, e, se você entrar na casa dele, é até engraçado, porque num apartamento é África, no outro é Bolívia. Cada um mantém dentro de casa aquele cantinho da terra mãe que ele deixou bem longe. Então, essa pessoa vai continuar ouvindo a música das suas origens. Muitas vezes, não é ela que vai dar esse passo de ouvir outras músicas. São os filhos, é a outra geração. Aquele que vai

poder fazer aquilo com mais naturalidade, sem se forçar. Não há aquela: “Tenho que me aclimatar, tenho que me adaptar, de fazer um esforço, tenho até que me agredir, me negar”.

Eu penso no meu avô no Marrocos... Tentei explicar a ele que Rolling Stones era muito bom, mas ele não acreditou. Ouviu, ouviu, ouviu. Ele acha que é um monte de caboclo berrando e não quer saber de nada. Levei umas coletâneas de samba enredo para o Nepal, no ano passado, e todo mundo tinha a certeza de que da primeira até a última música era exatamente a mesma coisa. Há uma sutileza, há uma coisa, há uma batida, uma puxada do mestre, que não é percebida. Também não podemos pedir a alguém que vive na China e vai morar em Manhattan que passe a ouvir *jazz* e *rap*. Não é possível. Acho que esse é um processo demorado.

Como você vê a música brasileira em relação a essa diversidade?

Acho que a música é uma necessidade para todo o mundo, mas no Brasil, há uma relação com a música muito mais forte, a musicalidade está até no jeito de falar. Há uma relação entre os corpos e a música que é muito particular nossa. Até a recepção de toda essa música que vem de fora nunca consegue abafar o som brasileiro. Eu lembro quando eu já amava o Brasil, mas ainda não morava aqui, eu ia para os bares brasileiros em Paris, Barcelona ou outra cidade da Europa, sem entender nada, porque para mim já havia música. Eu não sabia o que isso significava, mas quando um brasileiro falava eu já percebia uma musicalidade. Na França, isso não existe. No Brasil há uma relação física: a música existe na linguagem, no corpo. Até na caixa de fósforos tem música. E isso só existe aqui.

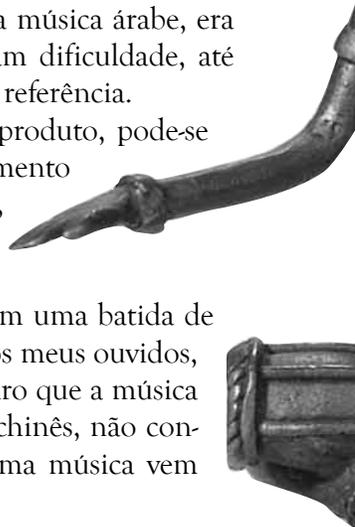
O fato é que tem um lado sensitivo do brasileiro com a música. Eu sinto isso porque toco em vários lugares e, dependendo da hora e do número de caipirinhas, você pode colocar até músicas do Afeganistão que o pessoal sabe como se mexer com

esse som. Isso é muito próprio do Brasil. Existem outros países musicais. Na África Negra, por exemplo, há uma relação do corpo com a música; o africano se mexe na música, mas, se você começar a tocar coisa bastante diferente, ele já trava. Tente tocar um forró numa pista de Dakar: é muito provável que as pessoas parem de dançar. Tente tocar mangue beat, tocar côco... Se tocar uma coisa mais percussiva ele vai, se você tocar um xote, uma coisa menos percussiva, ele pára. Não acho que todos os países musicais têm essa relação com a música. Acho que o Brasil tem, pela razão sensível, pela variedade e diversidade de referências. Acho que, efetivamente, há uma facilidade para o Brasil.

E como você vê a interação cultural e as influências de uma cultura sobre outra na área musical?

Sobre a interação, existe aquela história de sempre, do papel vilão da televisão e das mídias que estão injetando produtos estrangeiros, obrigando-nos a ouvir tal e tal tipo de som. Mas, algumas vezes, o vilão vira herói. Por exemplo: aqui no Brasil, há uns quinze anos, eu tinha uma casa noturna e, quando eu tocava salsa, me mandavam tirar “essa lambada do Paraguai”, até que veio Buena Vista Social Club e algumas novelas também que tocavam o mundo salseiro. E, quando eu tocava música árabe, era ainda mais distante, porque as pessoas tinham dificuldade, até que o árabe chegou pela Feiticeira, o nome de referência.

Mas, às vezes, em vez de pasteurizar o produto, pode-se mostrar uma coisa mais polida, ou seja, um alimento estranho, mas temperado com uma pimenta, um alho, para se adaptar ao nosso paladar. Às vezes, por exemplo, o que nos ajuda a ouvir uma música árabe é o fato de ela já vir com uma batida de reggae. Já a música chinesa, pelo menos para os meus ouvidos, é um som muito difícil de entender, pois é claro que a música está diretamente ligada à cultura: se não sou chinês, não consigo entender alguns sons. Então, quando uma música vem



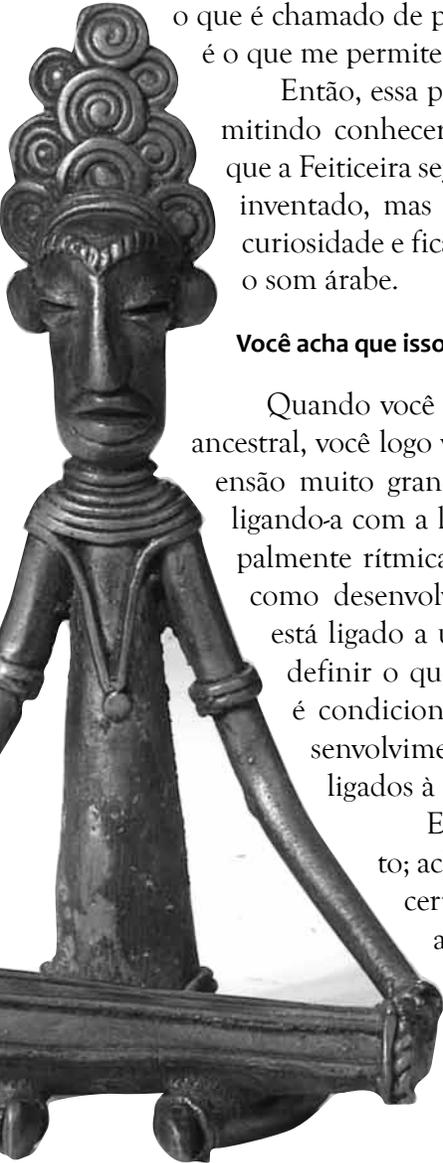
“misturada” com algumas influências de outras culturas, ou seja, com um tipo de som que não é mais puramente chinês, essa pode ser a porta que abrirá o mundo musical da China. Então, estamos longe da tradição, mas o fato de a música estar descaracterizada, o que é chamado de pasteurização, pelo menos no meu caso, é o que me permite apreciar.

Então, essa pasteurização da televisão acaba nos permitindo conhecer e apreciar outras culturas. Não digo que a Feiticeira seja o melhor que o Oriente Médio tenha inventado, mas digo que a partir daí a pessoa já tem curiosidade e fica menos inflexível, já abre a cabeça para o som árabe.

Você acha que isso é um desenvolvimento da música?

Quando você ouve uma música de uma pureza mais ancestral, você logo vê que essa música tem uma incompreensão muito grande, e, quando alguém faz essa ponte, ligando-a com a linguagem musical padronizada, principalmente rítmica, você vê isso como abertura, ou seja, como desenvolvimento humano. Será que isso não está ligado a um condicionamento humano? Como definir o que é desenvolvimento humano e o que é condicionamento humano? Porque tanto o desenvolvimento quanto o condicionamento estão ligados à educação.

Eu não acho que seja um desenvolvimento; acho que pode ser um modo de despertar certa curiosidade. A gente não pretende adaptar a música árabe ou africana ou cubana a uma batida de hip-hop, e dizer que isso é uma evolução. O que estou dizendo é que através disso se desperta a curiosidade. Você ouve



uma coisa assim e você se liga em outros sons árabes. É óbvio que, no momento em que você baixar uma música árabe na internet, dessas bandas que vendem mais, você vai perceber que a maioria é feita por descendentes que vivem na Europa, e que nem dominam mais a língua, ou seja, essa já deixou de ser a música árabe, mas são os caras que podem criar essa ponte que está faltando para a música originalmente árabe. São duas coisas bem diferentes: quando se põe uma batida de hip-hop, não é que seja melhor do que a música original como ela é, mas é um jeito de cutucar a curiosidade. Por exemplo, muitas pessoas ouvindo Orixás vão descobrir o que é a Cumbia colombiana, o que é Cumbia andina, a diferença entre merengue e Tcha tcha tcha... Porque, na curiosidade, tudo isso para ela é salsa.

Para o jovem de hoje, qualquer som tradicional é percebido como um som exclusivamente dos avós. Porque é um som que está longe dele. Mas, se você reatualizar esse som com o *sampla*, com uma batida, umas letras mais atuais ou qualquer coisa, acho que é um jeito de reoxigenar, sabe?

Então, eu não estou colocando critérios de valores, estou só dizendo que às vezes a atualização é uma coisa que desperta a curiosidade. Só não considero que seja uma evolução. Bem longe disso.

Você não acha que isso pode perder um pouco, isso não pode ser um pouquinho perigoso para perder uma identidade? Porque a pessoa pode escutar uma música do Chico Science e achar que aquilo é o verdadeiro Maracatu. Só que, quando ele escutar o Maracatu ou qualquer outro tipo de música de raiz, essa pessoa vai achar ruim, vai se incomodar e, por não agradar, talvez perca um pouco a identidade.

Vou fazer uma pergunta para a qual eu não tenho a resposta, mas estou curioso para saber: no final dos anos 80, quantas pessoas no Sudeste do Brasil sabiam o que era o Maracatu? Eu acho que não eram muitas. Há pouco tempo, eu tive a surpresa de

procurar um Carimbó em lojas de CDs, e muita gente não sabia o que era Carimbó. Aproveitando uma viagem ao Pará para comprar Carimbó, também foi muito complicado achar Carimbó de raiz. Achei um Carimbó meio misturado como axé...

Claro, o ideal seria que nós todos, quando temos filhos, tentássemos fazê-los em casa ouvir músicas que não sejam as da Globo e da MTV. Isso seria o ideal, mas não é a realidade. A realidade é que teu filho chega em casa cantando “pocotó, pocotó, pocotó”, quer você queira ou não. Ele ouviu isso na escola e você vai ter que aceitar.

Então, acho que qualquer coisa que possa resgatar o som antigo é válida. A partir do momento em que o cara vê a diferença entre o Maracatu e a tal batida, ele vai descobrindo coisas. É um jeito de ele se oxigenar.





Diversidade Cultural e Educação

Diversidade Cultural e Educação - dimensões de “uma revolução silenciosa”

Tânia Dauster



alarei, no dia de hoje, sobre o encontro e as trocas entre indivíduos de diferentes universos sociais no espaço universitário.

A expressão “uma revolução silenciosa”, que está no título do meu trabalho, não é minha: Jailson Souza e Silva cunhou essa frase que tomei por empréstimo por me parecer simbolizar e sintetizar idéias e sentimentos emergentes de situações observadas e analisadas que dizem respeito à entrada de estudantes provenientes dos chamados setores populares na universidade a partir da última década do século XX.

Aliás, devo acrescentar que Jailson Souza e Silva é um mediador, um militante, um intelectual comprometido com a questão da vida universitária dos jovens dos chamados setores populares. As suas palavras significam, entre outros pontos, que a entrada progressiva desses estudantes, nem todos jovens, representa um processo de mudança importante para a sociedade e para a universidade, transformação que, entretanto, não é indolor para aqueles que trilham o percurso, pois apresenta várias facetas e tensões.

Antes de mapear as questões suscitadas por esse processo, gostaria de explicitar o lugar de onde falo, pois isso tem um significado, não é mera formalidade. Tem a ver com o ponto de vista que vou delinear ao emitir alguma opinião, ao contar uma história, ao apresentar um trabalho.



Tânia Dauster Magalhães e Silva é doutora em Antropologia Social pela UFRJ. Atualmente é professora associada da PUC do Rio de Janeiro e, entre outros trabalhos, coordenou a pesquisa “O Campo simbólico da universidade, os professores, a diversidade cultural e a excelência acadêmica”.

Trabalho com Antropologia dentro do espaço da Educação. Em 1987, depois que terminei o doutorado em Antropologia Social, fui convidada a abrir uma área de Antropologia e Educação na PUC do Rio de Janeiro. Naquele momento, tal empreendimento tinha um sabor pioneiro. Explico-me: evidentemente a articulação entre a Antropologia e a Educação, em diferentes circunstâncias, foi exercida por especialistas, seja no Brasil, seja em outros países. Entretanto, naquele momento, a maneira pela qual comecei a exercer essa junção, tanto na pós-graduação como na pesquisa educacional, e na graduação, pode ser considerada uma novidade em termos de organização curricular. Durante todo o tempo em que desenvolvi essa disciplina, investi também com o apoio do CNPq, na realização de um programa de pesquisas cuja problemática reside nas relações que professores e estudantes têm com a cultura letrada.

Nessa linha, dirijo um grupo de estudos que se chama Antropologia da Leitura Escrita (GEALE), que enfoca representações e práticas de leitura. Inspiro-me no trabalho do historiador Roger Chartier. Contudo as investigações são realizadas em universos sociais contemporâneos, numa linha antropológica de observação participante.

Acabo de inaugurar, com mais dois colegas, a sede da Cátedra da Unesco de Leitura PUC Rio. Serão realizados intercâmbios com universidades nacionais e estrangeiras, buscando a troca e a produção de conhecimento na área da leitura e da escrita. Será feito ainda um trabalho de formação do leitor, através de assessorias a diferentes instituições, fundado em um conceito amplo de leitura, que tanto abrange a interpretação do mundo como incide na significação da palavra escrita, da imagem e de outras linguagens.

Voltemos à Antropologia. Como entender a perspectiva antropológica? Antropologia faz parte do campo de pesquisa qualitativa e remete à observação participante, ou seja, à etnografia como prática. Etnografia significa a escrita da cultura. Busca-se

produzir um conhecimento “de dentro”. Ou seja, o antropólogo tenta entender o ponto de vista do outro, de forma contextualizada, a partir dos seus próprios termos, ou seja, em outras palavras, dos seus próprios significados .

Esse exercício implica um “descentramento” do olhar. O que chamamos de “descentramento” do olhar, traduz-se pela perspectiva de que não somos o centro do mundo. Não somos a única lógica, nem a única racionalidade existente. Por isso, a procura de entender a lógica do outro, o ponto de vista do outro.

Outro aspecto importante é a “desnaturalização” dos fenômenos. É perceber que os fenômenos são históricos e socialmente construídos e, portanto, possuem significados e regras, sendo perpassados por valores, conceitos, práticas e representações. E, se eles são histórica e socialmente construídos, apresentam também particularidades e diferenças. Nessa medida, o entendimento da diversidade passa a ser uma questão relevante para o antropólogo.

A Antropologia cunhou o conceito de cultura, que se apresenta de forma polissêmica na história da disciplina. Adoto a definição de Clifford Geertz, que entende a cultura como “teia de significados”. Nessa linha, observo as redes sociais e o cotidiano, pois, através do cotidiano, a cultura é percebida, e valores podem ser interpretados. A questão do cotidiano passa, portanto, a ser algo especialmente importante para a observação do antropólogo e para as práticas e representações em todas as dimensões da vida social.

Apresentarei, a seguir, um recorte de uma pesquisa sobre a relação entre estudantes e a cultura letrada. Até porque busco as diferenças sociais, precisei conhecer quem eram os alunos envolvidos na investigação. “Conhecer”, no sentido antropológico do termo, já que a pesquisa processou-se no mesmo universo no qual atuo como professora. Empreender, então, um exercício de “estranhamento”, em outras palavras, de renovação do meu olhar, colocando-me naquele espaço social não mais como docente, mas

como pesquisadora, tentando entender o modo de vida dos alunos com os quais eu interagia. Abro um parêntesis para dizer que outra maneira de entender o conceito antropológico de cultura é vê-lo como modo de vida, como “maneiras de pensar, sentir e fazer”.

A proposta de “estranhamento” faz-me lembrar o que diz Gilberto Velho: o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não necessariamente “conhecido”, pois sabemos pouco sobre a maneira de viver, os hábitos e valores daquelas pessoas que vemos todos os dias, e que nos são familiares. Até que ponto “conhecemos” nossos próprios alunos?

Na pesquisa mencionada, interessou-me refletir sobre a entrada e a permanência de estudantes que pertencem a setores não privilegiados econômica e socialmente em uma universidade considerada de elite. Por quê? A PUC do Rio é vista como universidade de elite, embora hoje em dia isso possa ser relativizado. Desde os anos 90, registra-se um movimento filantrópico na PUC, que levou a Universidade a abrir suas portas para outros setores socioeconômicos. Essa nova acessibilidade exigiu da universidade uma série de providências que se traduziram, entre outros aspectos, em significativa distribuição de bolsas de estudo.

Como vem sendo vivenciado esse processo? A meu ver, a mudança em curso apresenta tensões vividas tanto pelos estudantes dos setores não privilegiados quanto pelos outros dos setores que já habitavam havia mais tempo a universidade.

Concentrei-me em 19 estudantes, alunos dos cursos de Pedagogia, História e Serviço Social. Esses alunos foram contatados e entrevistados em uma linha dialógica, e em uma perspectiva de história de vida, para perceber como se deu e qual o significado de sua entrada na universidade.



Na época, os alunos tinham entre 20 e 40 anos, pois alguns deles entraram mais tarde na universidade. Desses 19 alunos, temos 13 que são bolsistas e alguns que trabalham. Há alunos casados, solteiros, com filhos, residentes em bairros nobres e bairros também de pouco prestígio. Há alunos que cursaram escolas públicas, alunos que estudaram em escolas particulares, há filhos de profissionais liberais e de profissionais ligados a setores de serviços. Há católicos e evangélicos, o que mostra a heterogeneidade do grupo. É um grupo pequeno, no qual as mulheres predominam.

Os estudantes oriundos dos setores economicamente não privilegiados fizeram cursos de pré-vestibular comunitário. No Rio, destaca-se a instituição que se auto-intitula Pré-Vestibular para Negros e Carentes, sendo que parte considerável desses estudantes lá realizou o seu preparatório para o vestibular.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de presenciar uma reunião solicitada por esses estudantes à direção do Departamento de Educação, a qual alunos e professores compareceram. O pedido teve como justificativa seus sentimentos de discriminação no contato com outros colegas e alguns professores. Os estudantes mostraram-se sensíveis aos comentários negativos sobre a escola pública, pois os sentiam a eles mesmos endereçados. Referências à queda de qualidade de ensino na universidade eram vistas também como direcionadas aos setores populares. Nesse conjunto de críticas, foram ressaltadas as dificuldades dos estudantes com leitura e escrita. Em suma, todas essas questões eram digeridas de forma dolorosa por esse grupo. Nessa mesma ocasião, comentava-se a dificuldade de criar grupos de trabalho que envolvessem os dois setores sociais.

Do ponto de vista dos alunos dos setores médios – generalização que não é para ser lida com rigidez – ou seja, do ponto de vista dos não-bolsistas, apareceram descontentamentos



relativos a sentimentos de ameaça ao próprio estilo de vida. Queixas, por exemplo, ligadas a uma possível perda de qualidade do curso e diminuição de prestígio do diploma. Percebi, portanto, que dos dois lados instalou-se um processo de reclamações, evitações e mútuas exclusões expressas através de um discurso etnocêntrico, ou seja, um discurso centrado apenas nos próprios valores, na própria lógica.

Tentando aprofundar o significado da vida universitária para os setores populares, notei, com base nas entrevistas, que esses alunos vivem uma rotina pesada. Em geral, moram longe da PUC e precisam fazer viagens demoradas de ônibus, aproximadamente de duas horas de duração, para estudar. Além do mais, esses estudantes têm que trabalhar e comparecer às aulas, exercendo ao lado de todas essas atividades múltiplos papéis familiares. Os custos da frequência à universidade são altos, considerando-se passagens de ônibus, fotocópias de livros, despesas de alimentação, entre outras demandas.

Mas por que enfrentar tais constrangimentos? O significado da universidade é grande para esses alunos, na medida em que ela representa a possibilidade de mudança de vida. Do ponto de vista desses alunos, a universidade é “conquista, luta e desafio”. Lembro-me de uma frase que considerei significativa e, aqui, reproduzo: uma aluna, falando sobre sua própria situação, assim comunicou-me: “Nós é que temos mérito por estar aqui, eles têm obrigação”. Ela contrastava a sua entrada na universidade com a dos jovens dos setores médios.

Os pré-vestibulares comunitários atuam desde o princípio de 1990, tendo um papel importante quanto à iniciação aos valores da vida universitária e ao estímulo à auto-estima. Por outro lado, apresentam uma proposta política, pedagógica e social que implica a volta dos estudantes universitários aos pré-vestibulares comunitários de origem, dessa vez como professores, com o objetivo de preparar outros vestibulandos para o ingresso na universidade.

Referindo-me à obra de Marcel Mauss, captei nessa dinâmica uma teoria da obrigação social e senti que, entre esses atores sociais, vão sendo estabelecidos circuitos de trocas de bens, no caso bens imateriais e de natureza educacional, no mais amplo sentido do termo. Evidentemente, nem todos universitários assim procedem, mas trata-se de um movimento significativo, de “mão dupla”, que gera mudanças nos universos sociais populares, como também nas relações sociais no contexto universitário.

Em outras palavras, esses estudantes são mediadores, entendendo-se por mediação a capacidade de costurar e transitar em níveis culturais distintos. Pois é assim que atuam: ora exercendo a atividade de estudantes, ora exercitando-se como professores, enquanto enlaçam e aproximam simbolicamente esses universos distintos.

Outro ponto curioso flagrado durante o período de observação participante, está relacionado às relações de sociabilidade, e ao que chamamos na Antropologia Urbana de “fronteiras simbólicas”. Percebi que fronteiras simbólicas são desenhadas no interior da universidade. Em geral, os alunos bolsistas, sobretudo nos primeiros momentos, ficam juntos, agrupam-se, até por uma questão de autoproteção. Eles sentem-se melhor em determinados lugares da universidade do que em outros e vão nessas escolas delineando várias formas de apropriação e uso do espaço social.

Por sua vez, as carreiras são escolhidas de acordo com determinadas estratégias e cálculos sobre probabilidades de ingresso. De fato, os cursos em que os alunos dos setores populares estão presentes com maior recorrência são: Pedagogia, História, Letras e Serviço Social. Na Pedagogia, atualmente, cerca de 50% ou mais dos estudantes vêm de setores populares. No Serviço Social, esse índice é próximo de 99%. Na História e em Letras a porcentagem também é grande. Um desses alunos comentou que não entendia por que em departamentos como Engenharia, Design e Direito, por exemplo, a porcentagem é mínima. O Direito talvez seja por-

que os livros são muito caros. Em suma, esses são sinais de uma construção social nas formas de apropriação da universidade.

Em todas as áreas acadêmicas, entretanto, constrangimentos no campo da sociabilidade aparecem. Conversar, por exemplo, é uma troca restrita por dificuldades sentidas de interpretação da experiência do “outro”, do entendimento do que se fala.

Experiências de viagem constituem-se como “fronteiras simbólicas”. Um aluno me relatou que estava num grupo em que se falava de viagens – um colega tinha ido à Índia, outro tinha feito intercâmbio nos Estados Unidos. Perguntaram-lhe, pois permanecia calado. “E você, para onde já viajou?” “Eu fui ao Espírito Santo visitar minha família”. Tal resposta provocou o seguinte comentário: “E que faz você aqui?”

Para finalizar, gostaria de dizer que existe uma inclusão necessária dos setores populares na universidade, mas no dia-a-dia operam-se várias formas de exclusão, algumas sutis, mas nem por isso ineficazes. Apesar disso, não se pode ver de forma monolítica ou estática essas relações. Isso porque, no interior da universidade, ocorrem inúmeras formas de mediação e encontros.

Diversidade étnico-racial e a Educação brasileira

Nilma Lino Gomes

Dentro do grande leque de possibilidades colocado pela discussão sobre a Diversidade Cultural no Brasil, focalizarei neste artigo o segmento negro da população, com destaque para alguns aspectos que envolvem a sua trajetória na educação brasileira.

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. As diferenças, por sua vez, são construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento só passaram a ser percebidos dessa forma porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos.

É nesse contexto que os sujeitos constroem a sua identidade. A identidade negra, um dos focos deste artigo, é construída nesse complexo contexto. Compreender como se dá essa relação dinâmica, tensa e complexa é um dos trabalhos do(a) antropólogo(a) e de todos aqueles que se dedicam ao estudo das relações raciais no Brasil.

Se falar sobre as relações raciais e identidades negras é um exercício de fôlego para qualquer intelectual que se dedica a tal assunto, é possível imaginar



Nilma Lino Gomes é doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e possui pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Atualmente é professora adjunta da UFMG. Entre outros trabalhos publicou: “Educação, identidade negra, formação de professores e professoras” na Revista Educação e Pesquisa, em 2003.

como essa tarefa se torna ainda mais desafiadora se esse intelectual for uma mulher, negra, educadora e antropóloga. Essa explicitação subjetiva e política do lugar do(a) pesquisador(a), muitas vezes, recebe um olhar desconfiado no campo do conhecimento científico. Esse processo de suspeição recai também sobre outros pesquisadores e pesquisadoras que elegem como tema de investigação o seu próprio grupo social, cultural e étnico-racial, sobretudo, se esse fizer parte de um histórico de discriminação e de exclusão social. Tal situação nos revela que o antropólogo ocupa um lugar posicionado no mundo e no campo do conhecimento científico, por mais que alguns ainda apelem para certa “neutralidade etnográfica”. Ele(ela) é um intelectual e um cidadão. E a escrita que o(a) antropólogo(a) produz, a ida a campo que realiza, as reflexões que socializa, não se constroem no vazio, antes, são opções, escolhas e interpretações. Alguns intelectuais explicitam mais essa conjunção de fatores e outros menos, porém, isso não altera o fato de que tais fatores estão presentes na realização de toda etnografia. Essa é uma tensão que ocorre no campo científico e que revela um pouco mais sobre as complexas relações entre identidade e diferença não só do “ponto de vista do nativo”, mas também do(a) antropólogo(a).

O trabalho do(a) antropólogo(a) é sempre um exercício de busca, de encontros, desencontros e estranhamentos. A antropóloga Miriam Grossi, em um dos seus artigos, já chamava a nossa atenção sobre esse assunto. Durante a ida a campo, os antropólogos e as antropólogas vivem o seguinte desafio: *na busca do outro, encontram-se a si mesmos*. E onde se dá o encontro? No humano. Do ponto de vista humano, somos ao mesmo tempo extremamente semelhantes e extremamente diferentes. E é isso que nos faz humanos e, ao mesmo tempo, nos fascina.

Nas Ciências Sociais e Humanas, poderíamos dizer que a antropologia e a educação são dois campos disciplinares que lidam diretamente com o humano em situações muito variadas e complexas. São campos teóricos, políticos e sociais nos quais o

humano é considerado o principal objeto de investigação, estudo, intervenção e mudança. A Diversidade Cultural se realiza no humano, ao longo da História. E é nesse contexto que as relações raciais se configuram, constroem e reconstroem.

Diversidade, questão racial e desigualdades

Não há como falar sobre a participação do povo negro no Brasil, a sua presença no complexo leque da Diversidade Cultural brasileira, as diversas formas por meio das quais esse grupo étnico-racial constrói sua identidade sem considerar o contexto do racismo na sociedade brasileira. Um racismo que, nos dizeres do antropólogo João Batista Borges Pereira, se alimenta da reafirmação da ambigüidade do ser e do não-ser que permeia não apenas a reflexão daqueles que estudam o tema, como o próprio viver das pessoas que cotidiana e institucionalmente enfrentam e vivem a pluralidade étnica brasileira (p. 75).

Esse tipo de racismo ambíguo possibilitou a produção de um discurso, de uma narrativa e uma interpretação sobre a realidade racial, o chamado mito da democracia racial. Esse mito está presente em nosso imaginário social, cultural, político e educacional. Vivemos todos diante dos dados alarmantes da existência das desigualdades raciais, porém, ainda impera entre nós o pensamento e o discurso de que somos o país da harmonia racial.

A persistência do racismo, a não-integração ou integração marginal do negro na nossa sociedade, a cidadania precária e subalterna que permeia a vida e a conquista dos direitos da população negra brasileira produziram um quadro histórico de desigualdades raciais no Brasil. Essas desigualdades caminham lado a lado com a desigualdade socioeconômica, mas cada uma tem a sua forma de operar na cultura, na política, na educação, nos contextos das relações de poder, na vida dos sujeitos sociais. Em algumas situações, elas operam conjuntamente e em outras é possível desa-

gregá-las. Esse processo gera diferentes tipos de luta, reivindicação e estratégia. Por isso, é preciso compreender os efeitos das desigualdades sociais e raciais em conjunto e em separado. Só assim aprofundaremos a nossa compreensão sobre as conseqüências do racismo ambíguo na vida dos negros e dos brancos brasileiros.

As pesquisas oficiais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vêm revelando oficialmente como se dá a produção das desigualdades raciais e sociais no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio (Censo 2000), em 1999, a taxa de analfabetismo da população branca brasileira de 25 anos ou mais era de 10,4%. Já os pardos apresentavam taxa de 25,2% de analfabetos, enquanto os pretos 25,9%. Esse dado aponta a presença da desigualdade racial ao analisarmos a taxa de analfabetismo do País. Revela ainda que, embora a luta contra o analfabetismo seja um dos principais focos das políticas educacionais de caráter universal do nosso país, os seus efeitos são diferenciados quando se trata da população negra (pretos e pardos) e branca. A desigualdade racial persiste.

Quando consideramos os dados referentes aos anos de estudo no Brasil, em 1999, também encontramos um quadro de desigualdades raciais. A população branca aparece com mais anos de escolaridade, enquanto a população negra (preta e parda) apresenta maiores dificuldades de completar os seus estudos no Brasil.

Segundo o IPEA, a realidade do ensino superior, apesar da pequena diferença absoluta entre as raças, é desoladora. Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na Universidade. Os jovens negros nessa mesma faixa de idade, por sua vez, praticamente não dispõem do direito ao acesso ao ensino superior, na medida em que 98% deles não ingressaram na Universidade.



Tais dados revelam que as políticas educacionais de caráter universal implementadas ao longo dos últimos anos não têm conseguido alterar a desigualdade racial na educação brasileira. As trajetórias escolares de jovens negros e brancos continuam pautadas em uma desigualdade secular a ser superada.

Esse quadro de desigualdades revela um desnível e uma dificuldade das políticas educacionais de caráter universal. Elas não conseguem atingir de forma igualitária alguns grupos específicos da nossa população. Essa situação desvela uma das falácias do mito da democracia racial brasileiro, ou seja, a crença de que negros e brancos encontram-se em situação de harmonia e igualdade no Brasil. Que harmonia? Que igualdade? O que os dados estão dizendo?

Não podemos deixar de reconhecer que a situação de pobreza agrava as desigualdades para todos os grupos sociais e étnico-raciais do País, mas como explicar que, mesmo vivendo em uma mesma situação de pobreza, os negros (pretos e pardos) ainda se encontrem em situação de maior desvantagem? Será preciso compreender, então, as diferentes formas por meio das quais o racismo ambíguo opera, no Brasil, ao longo da História.

As ações da comunidade negra – considerando as ausências e as emergências



Por que é importante considerar o contexto do racismo e das desigualdades raciais ao falarmos sobre Diversidade Cultural e a questão racial no Brasil? Porque é preciso ir além de uma visão romântica e despolitizada sobre a diversidade, que ainda paira em nossa sociedade e nos meios acadêmicos e educacionais. A ênfase na Diversidade Cultural não pode omitir o caráter político dela.

Podemos indagar: no contexto do racismo ambíguo e das desigualdades sociais e raciais que inicia-

tivas e práticas de reversão desse quadro os negros e as negras já realizaram e realizam?

A ação da comunidade negra sempre foi intensa e diversificada e tem sido fruto de vários estudos e pesquisas nos últimos anos. Nos limites deste texto, gostaria de chamar a atenção sobre algumas dessas ações desencadeadas no século XX e no terceiro milênio. Os negros, por meio da sua vivência cotidiana, das lutas do movimento negro brasileiro e das ações dos grupos culturais, politizam a própria história e, ao fazerem isso, politizam a história do Brasil. Eles o fazem quando denunciam o racismo, quando criam práticas de resistência, quando dão publicidade às suas práticas culturais, quando lutam por direitos sociais e identitários, quando retiram as práticas culturais de matriz africana e afro-brasileira do lugar do exotismo onde elas, lamentavelmente, ainda são colocadas.

Uma das maneiras de implementar uma mudança educacional e epistemológica que entenda, considere e afirme essa ação dos negros como sujeitos políticos ao longo da História poderá ser dar visibilidade às práticas culturais, políticas, educacionais e organizativas do segmento negro da população brasileira. Mas como isso poderá ser feito?

O sociólogo Boaventura de Souza Santos nos apresenta algumas alternativas. Baseando-se nos estudos e nas pesquisas sobre os movimentos sociais, numa intensa ação política e na realização do projeto de investigação teórica “A invenção da emancipação social”, Santos (2004) construiu uma reflexão teórica e epistemológica aguçada, expressa nos seus vários trabalhos, sobretudo no artigo “Para além das ausências e uma sociologia das emergências”.¹⁹ O autor nos propõe a construção de uma racionalidade cosmopolita que tem como trajetória expandir o presente e contrair o futuro. Segundo ele, só assim será possível criar o espaço-tempo necessário

19. Este artigo compõe uma das coletâneas organizadas pelo referido autor. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo atual. Só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofreremos na atualidade. Para expandir o presente, Santos (2004) propõe uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. Como a imensa diversidade de experiências sociais revelada por esses processos não pode ser explicada de maneira adequada por uma teoria geral, o autor sugere um trabalho de tradução, procedimento capaz de criar inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis, sem destruir a sua identidade.

Segundo ele, a sociologia das ausências consiste numa investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O objetivo da sociologia das ausências é transformar as ausências em presenças. Dar-se-á destaque aos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica.

A sociologia das emergências consiste em proceder uma ampliação simbólica dos saberes, das práticas e dos agentes, de modo a identificar neles as tendências de futuro (o *ainda-não*) sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Essa ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa a um duplo objetivo: de um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; de outro, definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições. O elemento subjetivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades, por isso ela se move no campo das expectativas sociais.

Trazendo essa análise para o campo da educação, podemos dizer que as reflexões de Boaventura de Sousa Santos nos desafiam a implementar uma pedagogia das ausências e das emergências que nos levem a construir uma *pedagogia da diversidade*.

Na perspectiva de Santos (2004), podemos dizer que, no caso da questão racial, no Brasil, certas ausências, como, por exemplo, a ausência do negro no livro didático, a ausência de mulheres negras na política, a ausência dos negros nos cargos de poder, entre outros, são formas de exclusão e de não-existência ativamente produzidas em nosso contexto histórico, político, cultural e educacional. Ou seja, elas foram produzidas conquanto tais. Essas ausências também podem ser encontradas no campo epistemológico, como, por exemplo, na própria produção do conhecimento. A sociologia das ausências, como procedimento sociológico, poderá nos ajudar a desvelar e a captar os contextos e as formas de produção dessas ausências.

Mas não podemos parar por aí. Será necessário dar continuidade ao exercício epistemológico e transformar essas ausências em presenças. Então, construiremos a sociologia das emergências. A sociologia das emergências é um procedimento sociológico que dá visibilidade às alternativas, práticas e saberes produzidos por grupos cuja ação histórica, política e epistemológica foi produzida como não-existência. Sendo assim, na sociologia das emergências, esses grupos e suas ações passam a ter um lugar de visibilidade não porque o pesquisador(a) ou o campo do conhecimento científico assim o desejaram, mas porque na realidade eles sempre existiram e sempre estiveram atuantes na sociedade e na cultura.

Desafio, assim, o próprio campo em que atuo, a educação, a produzir uma pedagogia das ausências e das emergências. Uma das formas desse processo acontecer poderá ser o estudo e a compreensão aprofundada de algumas ações organizadas da população negra brasileira ao longo dos anos. Destacarei algumas que foram marcantes no século XX e outras que estão em processo no século XXI:

a. a produção intelectual e crítica dos negros no século XX, por meio da imprensa negra em diferentes Estados do Brasil;



- b. A Frente Negra Brasileira (1931 a 1937), a sua atuação política, o jornal *A Voz da Raça* por ela publicado, a escola frentenegrina, os processos de alfabetização de adultos por ela desenvolvidos;
- c. o Teatro Experimental do Negro, TEN (1944 a 1968), responsável pela formação de um quadro de atrizes e atores negros, tais como Abdias Nascimento e Ruth de Souza, e outros artistas que até hoje estão na ativa na sociedade brasileira. Além de formar artistas, o TEN também produziu um jornal, traduziu e produziu peças teatrais e tinha uma articulação com intelectuais negros e brancos. Era, portanto, um pólo de resistência negra no campo artístico;
- d. A politização de Zumbi dos Palmares como herói nacional e não somente da população negra. Vale destacar a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, que marcou o tricentenário da morte de Zumbi. Essa iniciativa foi uma ação contundente do movimento negro brasileiro, exigindo do Estado, naquele momento, a implementação de políticas de superação do racismo no Brasil;
- e. A Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, e a articulação do movimento negro e demais movimentos sociais. Os resultados dessa Conferência levaram o Estado brasileiro, nos últimos anos, a se posicionar de maneira mais favorável diante da necessidade da adoção de políticas de ações afirmativas;
- f. O momento atual de implementação de ações afirmativas no Brasil, as experiências de cotas raciais nas universidades, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) no governo federal e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (Secad), no interior do Ministério da Educação;



g. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, realizada pela Lei 10.639 de 2003, uma legislação de caráter afirmativo, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todos os currículos das escolas públicas e particulares da educação básica. Essa legislação começa a causar alguns impactos, com resultados no campo da educação pública, principalmente.

O conhecimento, o estudo e a compreensão das ações acima citadas poderão ser um dos caminhos na construção da sociologia das ausências e das emergências, na perspectiva de Boaventura de Souza Santos (2004) e da *pedagogia das ausências e das emergências a fim de efetivarmos a pedagogia da diversidade*. Mais do que listar essas ações, elas precisam ser compreendidas na sua radicalidade política, cultural, estratégias e desdobramentos. A ação da comunidade negra em caráter nacional e internacional ao longo da História poderá nos ajudar a compreender o caráter emancipatório das lutas do povo negro nos contextos de profundas desigualdades, como é o caso da sociedade brasileira. Nesse sentido, falar sobre a Diversidade Cultural no Brasil é discorrer também sobre a ação política da comunidade negra em prol do direito à vivência igualitária e digna da sua diferença.

Alguns desafios

A questão racial traz inúmeros desafios para a sociedade, a cultura e a educação brasileira. Um deles é o diálogo com a juventude negra colocado para o poder público, para as escolas e para as universidades. O diálogo com a juventude negra está sendo construído, mas há muito que avançar. As pesquisas vêm mostrando que os índices de mortalidade e violência que atingem a juventude no Brasil afetam grupos específicos de jovens, e os negros encontram-se entre os principais atingidos. Isso estabelece uma articulação entre gênero, raça, idade e classe social. Ou seja,

é preciso que as políticas públicas para a juventude considerem também a dimensão étnico-racial.

Outro desafio é o diálogo com religiões de matriz afro-brasileira. A intolerância religiosa precisa e deve ser combatida. Educadores e educadoras têm se sentido extremamente confrontados e desafiados a realizar esse debate no interior das salas de aula, das escolas e com a comunidade. Mais do que “tolerância religiosa”, o que se reivindica é o reconhecimento, a aceitação e o respeito da diversidade religiosa brasileira. As religiões de matriz africana têm sofrido muitas pressões e discriminações. No entanto, a organização dos praticantes dos cultos afro-brasileiros tem ampliado e alcançado algumas vitórias políticas em diferentes lugares do País. No entanto, nem sempre esse processo de luta recebe a visibilidade e a socialização necessária.

Outro desafio é o diálogo com as novas demandas, com o novo perfil do movimento negro. O movimento negro hoje não é mais o mesmo dos anos 1970. Há uma diversidade de formas de ação política dos negros e das negras brasileiras que precisam ser melhor compreendidas por nós. O próprio debate com o Estado tem se realizado de uma maneira muito diferente daquele realizado nos anos de 1970 e 1980. É muito comum ouvirmos críticas de que movimento negro é muito radical, mas é preciso considerar que, como qualquer outro movimento social, o movimento negro é multifacetado, diverso, possui tendências variadas, grupos mais fechados e mais abertos ao diálogo. O movimento negro deve ser colocado no mesmo patamar de complexidade e de efervescência social e política que os outros movimentos sociais existentes na sociedade brasileira.

Outro caráter a ponderar sobre a radicalidade do movimento negro é que o racismo atua na vida da população negra de forma radical, por isso, precisa ser superado politicamente de forma contundente. No processo de superação da desigualdade racial apontada no início deste artigo, não cabem práticas e políticas paliativas nem meios-tons.

Concluindo

É nesse processo de luta que os negros e as negras conseguem politizar a própria cultura negra, a ponto de transformar e re-semantizar suas reivindicações, hoje, em políticas de ações afirmativas. Faz-se necessário compreender o caráter radical e emancipatório de tais políticas, as quais podem ser definidas como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em lei de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção ex post facto, as ações afirmativas têm natureza multifacetária e visam evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo (GOMES 2001, p. 40 e 41).

As ações afirmativas são mais amplas e extrapolam a especificidade étnico-racial. Trata-se de pensar a raça e o gênero como critério de seleção positiva nos processos de decisão, de contratação e de promoção ou por meio do estabelecimento de cotas para a representação de minorias e de mulheres. A despeito das opiniões favoráveis ou contrárias, é certo que, a médio e longo prazos, essas políticas desencadearão mudanças significativas na sociedade brasileira. Elas poderão ajudar a construir espaços sociais em que, de fato, a Diversidade Cultural se expresse com toda a sua força, por meio da presença real e cidadã de negros, indígenas, mulheres, jovens no mesmo patamar de direito e igualdade, nos mais diversos setores sociais da nossa sociedade.

Dessa forma, as ações afirmativas e os demais desafios apre-

sentados pela questão racial para a sociedade, a cultura e a educação brasileira poderão nos levar a construir e a reconstruir práticas e a problematizar nosso próprio conceito de cidadania. Uma cidadania que se construa no direito político à diferença e na garantia da igualdade social articulada com a vivência e o pleno exercício da diversidade.

Referências

- GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro, saberes e um projeto educativo emancipatório, Coimbra, 2006, (mimeogr).
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, EDUSP, 1996. p.75-78.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

A Educação e a Diversidade Cultural

Américo Córdula



ou falar aqui sobre como o Ministério da Cultura tem trabalhado com o tema da Diversidade Cultural, com foco na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, onde colaboro como gerente. Trabalhamos a questão da Diversidade Cultural dentro de outra ótica que não é só etno-racial, mas que também passa pelo propósito de entender essa Diversidade Cultural que existe hoje no País, particularmente em relação ao acesso de todos os segmentos sociais aos mecanismos de financiamento, apoio e acesso à cultura. E isso passa pela questão da cidadania cultural.

Quando a Secretaria foi criada, no começo da gestão passada do governo Lula, fizemos um planejamento estratégico para definir com que diversidade iríamos trabalhar. Quando falamos da Diversidade Cultural, estamos falando a respeito tanto do tocador de tambor quanto do cantor de ópera, enfim, estamos falando de todas as expressões culturais da nossa diversidade. Por isso, a Secretaria precisava definir o seu foco. E nosso foco foi exatamente a questão dos segmentos sociais que nunca tinham sido atendidos pelo Ministério da Cultura.

Então, começamos a trabalhar com a questão da criação e do acesso dessas populações às políticas públicas de cultura. Precisávamos também compreender o que dificulta o acesso, se é um problema econômico, ou se é essa invisibilidade descrita pela professora Nilma, no que se refere a essa produção cultural das camadas mais pobres da nossa população.

Em seguida, começamos a priorizar alguns segmentos: o das culturas populares, das culturas indígenas, da cultura gay, da cultura dos trabalhadores rurais, da cultura dos estudantes e da cultura cigana. Trabalhamos com esses segmentos na primeira ges-

tão, de 2003 a 2006. Agora, estamos incorporando outros segmentos, incluindo a diversidade etária, ou seja, criança, adolescente e idosos, e a saúde mental.

Num primeiro momento, houve um processo de escuta e mapeamento do que existia em termos de desenvolvimento cultural e políticas, dentro de cada segmento. Foram realizados dois Seminários de Políticas Públicas para as Culturas Populares. No primeiro, começamos a conhecer o que são essas culturas populares, que perpassam diversas etnias e faixas etárias deste país. Percebemos que existe hoje uma preocupação desses grupos de se mostrarem e de serem reconhecidos como parte dessa sociedade até então excluída.

No seu discurso de posse, o ministro Gilberto Gil falou sobre a necessidade de se realizar um Do-In antropológico, que deixou todo mundo com uma cara de interrogação. Ele explicou que o Ministério iria massagear os pontos da cultura que existem no País e estimulá-los para que apareçam e se revelem. Não se trata de um resgate, pois só se resgata o que está morrendo, o que está se acabando, e essa cultura popular, negra, indígena, etc. está aí, muito viva. É preciso revelá-la. A concretização desse Do-In antropológico pela ação do Ministério acontece hoje com o Programa Cultura Viva e seus Pontos de Cultura, que são atualmente mais de 600 e que vêm produzindo essa revelação da cultura.

Agora, começam a surgir algumas perguntas e algumas necessidades e demandas que perpassam pela educação. O que queremos aprender na escola? Que história temos que conhecer? Qual é a história africana? Qual é a história dos 225 povos originários que subsistem no Brasil hoje, povos nativos que não



Américo Córdula é ator, e também tecnólogo formado pela Universidade Mackenzie – SP. Atuou, produziu e dirigiu espetáculos em São Paulo, realizou vídeo-documentários na área de cultura popular, fundou o Fórum Permanente das Culturas Populares em São Paulo. Atualmente colabora como gerente da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC.

são índios genéricos, mas que têm nome e sobrenome, têm as suas culturas e falam cerca de 180 línguas? Eles têm as suas especificidades.

A partir daí, vemos que é preciso reconstruir ou criar possibilidades de existência para essa diversidade dentro da educação. Então, talvez estejamos ainda no primeiro degrau de uma longa escada, mas percebemos que estamos tendo forças para seguir até o próximo lance.

Nestes quatro anos, o governo construiu um grande processo: nunca tinha acontecido tanta escuta, tanta consulta à sociedade como nesses primeiros quatro anos. Foram criadas conferências, fóruns e outros espaços de diálogo, e esses espaços têm sido ocupados por todas as camadas da sociedade. Estamos passando por um momento muito importante em que se começa a ser atendidas uma série de demandas que foram recolhidas na primeira gestão.

Desta maneira, entre as ações desenvolvidas pelo MinC, estão Ação Griô, que permite através da oralidade transmitir saberes a comunidades e escolas; a Rede Cultural da Terra, em que a produção cultural dos assentamentos rurais é desenvolvida através de oficinas e circulação pelo Brasil; a Rede Cultural dos estudantes que reuniu inicialmente 17 universidades federais e que cresce a

cada dia. Todas essas ações estão transversalizadas com o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, criados pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais.

Precisamos, portanto, rediscutir e ressignificar todas as nossas identidades. Para isso, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco passa a nortear todas as ações do Ministério da Cultura. Além da proteção e à promoção da nossa diversidade, vamos trabalhar o intercâmbio dessa nossa



Diversidade Cultural com outras partes do mundo, principalmente com as nossas origens ancestrais da África e da Europa e com a América do Sul.

Então, essa discussão da educação está inserida nesse processo. Estamos atualmente interagindo com outras Secretarias e Ministérios. Já temos uma integração muito grande com o Ministério da Educação, o MEC, que vem realizando um trabalho de educação da diversidade com os indígenas, com os quilombolas, com as culturas populares, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Temos também uma interação com o Ministério do Turismo, que está construindo uma política de roteiros turísticos, de conhecimento de que o Brasil não é só Rio de Janeiro, Bahia, Amazonas ou as Cataratas do Iguaçu; nossa riqueza turística é muito maior e muito mais diversa.

Outro parceiro importantíssimo do Ministério da Cultura é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que preside a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa Comissão é integrada por 27 grupos tradicionais que se sentam junto com o governo para desenhar políticas públicas. Estamos falando de quilombolas, de seringueiros, de pescadores, de povos ribeirinhos, de povos indígenas, etc.

Portanto, este é um momento rico de discussão para definirmos que história queremos contar, que educação queremos ter. Na Secretaria, realizamos algumas ações, como o primeiro edital para Culturas Populares. Mas ainda estamos falando de apenas 46 prêmios, num total de R\$1.800.000,00 para um país enorme como este. No entanto, é importante perceber a importância



simbólica dessa ação, que passa a inspirar outras instâncias de governos estaduais e municipais, que começam a criar suas ações inspiradas no edital.

Posso citar o exemplo do Grupo da Comunidade dos Arturos, em Contagem (MG), que conseguiu viabilizar um projeto para editar um CD. Eles nos disseram que foi a primeira vez que conseguiram registrar um disco da forma como queriam mostrar sua identidade, e não como os antropólogos querem. Eles já começam a ter essa consciência de que não precisam de um intermediário, não precisam de tutelas.

A mesma coisa aconteceu com os povos indígenas quando realizamos o primeiro Prêmio de Culturas Indígenas. Os representantes indígenas procuraram o Ministério e falaram: a Funai está cuidando dos nossos interesses, mas a gente quer discutir a cultura indígena com o Ministério da Cultura. Então, criamos um Grupo de Trabalho e estabelecemos um diálogo constante com essa sociedade organizada. Esse grupo decidiu pela publicação de um edital para os povos indígenas, que devia ser diferente, específico para eles. Atendemos a essa reivindicação, adaptando as regras a serem observadas, diminuindo as exigências da burocracia, de modo que os indígenas puderam se inscrever de forma oral. Foi a primeira vez que o Ministério da Cultura recebeu inscrição oral para um edital, e ela podia ser gravada, podia ser por telefone, podia ser por vídeo. Isso foi uma demonstração, para os indígenas, de que estamos respeitando as culturas deles, respeitando a sua oralidade. Há, portanto, uma transformação nessa relação, pois estamos incorporando uma nova dinâmica para lidar com essa diversidade, para que ela possa ter seu espaço garantido.

Recebemos 647 inscrições, que representaram quase 350 mil indígenas, ou seja, a metade da população indígena do País. Essas inscrições descrevem as iniciativas que esses povos fazem para manter sua cultura. Fizemos uma articulação, que constituiu uma rede com cerca de quatro mil e seiscentas associações, voluntários, pesquisadores e antropólogos que ajudaram a fazer com que as

inscrições chegassem às aldeias. Lançamos um catálogo com todas as iniciativas inscritas. Para mais informações, veja o sitio www.premioculturasindigenas.org.

Com isso, vimos que os povos indígenas estão muito preocupados com a permanência de suas línguas, de seus costumes, com a perda da cultura tradicional pelos jovens, que muitas vezes preferem a cultura do não-indígena. Mas, ao mesmo tempo, eles estão conectados à internet, querem trabalhar com câmeras digitais, querem ter uma conexão de banda larga para mostrar que a sua identidade está ali, preservada, para mostrar a continuidade da sua tradição, o que é a condição de permanência da sua identidade.

Nosso desafio hoje é garantir a perenidade dessa política. Porque tudo isso que estamos fazendo agora é uma política de governo, o que significa que daqui a três anos e meio isso pode virar vapor se não for transformado numa política de Estado. Ou seja, todas essas ações que estão sendo feitas hoje precisam ser institucionalizadas. Para isso foi elaborado o Plano Nacional de Cultura, que busca refletir as especificidades de toda essa diversidade. Em breve, ele será submetido a uma consulta pública, em todo o Brasil, processo que vai garantir que tudo isso que temos feito não vai se perder daqui a algum tempo.

Outra prioridade é a implantação do Sistema Nacional de Cultura, com a participação de toda a sociedade por meio dos seus Conselhos Municipais e Estaduais, com ampla representação de todos esses segmentos – afro-descendentes, indígenas, culturas populares, etc. Eles poderão apresentar suas demandas ao seu vereador, ao seu prefeito, e dizer quais são seus projetos. Isso também será um grande avanço no sentido de criar mecanismos de mudanças para que se possa conseguir o respeito devido a toda essa diversidade que temos.

Ao mesmo tempo, cabe a nós agora trabalhar no sentido de implementar a Convenção da Diversidade, como um procedimento para a execução dessas políticas públicas. A Convenção permite e incentiva tudo isso que falamos aqui em relação às questões de

gênero, de sexo, de etnia, de proteção de expressões que estão desaparecendo, das questões lingüísticas, etc. Assim, esperamos que o Brasil consiga implementar os procedimentos da Convenção, de modo a ampliar a consciência da sociedade sobre essas diversidades e sobre a necessidade de elas serem respeitadas e tratadas de acordo com as suas dinâmicas.

Gostaria de tecer algumas observações a respeito da fala da professora Tânia, sobre os setores de baixa renda na Universidade.

Parece-me que essa questão da desnaturalização desses fenômenos, da forma como essa mudança ocorre num segmento que não teve acesso à Universidade e começa a ter essa oportunidade de participar de uma comunidade mais avantajada, acontece não só no caso desses bolsistas, mas em qualquer outro tipo de ação. Nossa experiência no Ministério da Cultura demonstra que, quando se começa a permitir que um determinado segmento tenha acesso aos nossos programas, é preciso saber ouvi-los. Posso dar como exemplo o Mestre Salu, do cavalo marinho de Pernambuco, cujos filhos hoje elaboram projetos para o Ministério da Cultura. Ele contou que um filho dele conseguiu uma bolsa de estudos e quando chegou lá na Universidade teve exatamente os mesmos problemas que você colocou aqui na sua apresentação. Então, ele falou assim: “Olha, a sabedoria que eu tenho é do meu pai, o Mestre Salu”. Quando ele conseguiu entender o que estava acontecendo na Universidade pernambucana, falou assim: “Puxa, eu aprendi isso de uma outra forma, de um outro jeito”. E começou a desafiar e a mostrar para os professores a sabedoria dele, a história dele. O que acontece é que na Universidade se espera que as pessoas de comunidades de baixa renda estejam lá apenas para ouvir, e não para serem ouvidos. Então, além de se criar condições para que essas pessoas cheguem na Universidade, é preciso se perguntar que espaço ela vai ter quando chegar lá. Conseguir uma bolsa é um privilégio, mas a pessoa não pode ficar invisível porque não a deixam falar. Essa é uma questão que precisamos começar a discutir e a repensar.

Outro exemplo é o de um o projeto realizado pelo povo Xavante que colocou crianças indígenas para serem criadas por brancos na cidade. O objetivo era que eles fossem criados até se formarem. Hoje, eles voltaram para as aldeias, com os mecanismos dos brancos para salvar a comunidade deles. Isso é um projeto ousado, e não foi nenhuma ONG que fez, foram os próprios Xavantes. Então, hoje existem antropólogos, advogados e professores xavantes encarregados de criar mecanismos para resolver os problemas daquele povo. Foi feito um filme chamado Estratégia Xavante, que conta essa história. Cito isso para dizer que a questão desse novo ator social passa, de fato, a ser uma peça fundamental para sua comunidade.

A construção de uma rede de solidariedade é importante também. O curso pré-vestibular para negros e carentes, por exemplo, vai permitir encontrar esses mecanismos e essas ações que existem para o acesso a essas bolsas de estudo.

Quanto à fala da Professora Nilma, acho que essa questão da Diversidade Cultural como construção social e econômica é um viés muito importante, principalmente pela questão etnoracial porque toda a história da diáspora involuntária dos negros para o nosso país, com o esfacelamento desse passado africano, precisa ser reincorporada à nossa história e ao respeito que temos de ter por essa questão histórica.

Hoje o governo trabalha essa questão principalmente por meio da Fundação Palmares, que desenvolve há dezoito anos essa luta junto com o movimento negro e que realiza, entre outras ações, o reconhecimento dos assentamentos quilombolas. A Fundação Palmares é, portanto, muito importante para a questão do entendimento de toda essa produção crítica que foi e é realizada pelo movimento negro.

Autores

Cesária Alice Macedo – Arte educadora, mestre em educação pela UFMG, atua desde 85 na implementação de políticas públicas de cultura e educação nos âmbitos municipal e federal. Na ocasião do Seminário, era chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais.

Dudude Herrmann – Bailarina e coreógrafa.

François de Bernard – É presidente do GERM, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização, que é uma Organização Não Governamental sediada em Paris, criada em 1999. François de Bernard é professor de Filosofia da Universidade de Paris 8; publicou inúmeros trabalhos e livros, entre os quais traduzidos aqui no Brasil: “A fábrica do terrorismo”, publicado pela Nova Harmonia Editora em 2006.

Gersem Luciano Baniwa – Mestre em Antropologia pela UnB, co-fundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Atualmente é consultor da Organização Geral de Educação Escolar Indígena do SECAD, um dos novos brasileiros da Câmara de Educação Básica.

Giselle Dupin – Jornalista pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduada em Gestão das Instituições Culturais pela Universidade de Paris 9 e em Relações Internacionais pela PUC Minas. Giselle Dupin é artista, representante da GERM no Brasil, técnica e assessora da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do MinC e também funcionária da Funarte.

Guilherme Rishchynski – Foi embaixador do Canadá no Brasil entre 2005 e 2007. Atualmente é embaixador do Canadá no México. Representou o Canadá em diversos países entre os quais Jordânia, Austrália, Indonésia, Estados Unidos, Colômbia e Brasil onde atuou antes de assumir a Embaixada nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos anos 80. É formado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, é especialista em Música Popular Canadense.

José Márcio Barros – Possui Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC Minas, além de integrar o corpo docente do curso de Ciências Sociais e Comunicação Social da PUC Minas. Coordena o Observatório da Diversidade Cultural e a Diretoria de Arte e Cultura da instituição. É autor entre outros trabalhos, do livro *Comunicação e Cultura nas avenidas de contorno*, publicado pela Editora PUC Minas.

Jurema Machado – É arquiteta, coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil. Atuou na gestão do Sítio Histórico de Ouro Preto, dirigiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), e foi consultora do Programa Monumenta. Jurema Machado é autora de livros como: *Ouro Preto: a alma e os ornatos*; *Panorama Institucional da preservação* e *Ouro Preto: opção pelo patrimônio cultural*.

Márcio Antônio Salvato – É doutor em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, professor da PUC Minas e IBMEC, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável da PUC Minas e coordenador do curso de Economia de Empresas da PUC Minas.

Nilma Lino Gomes – Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre outros trabalhos publicou: “Educação, identidade negra, formação de professores e professoras” na Revista *Educação e Pesquisa*, em 2003.

Paco Pigalle – DJ e pesquisador musical.

Tânia Dauster Magalhães e Silva – Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora associada da PUC do Rio de Janeiro e, entre outros trabalhos, coordenou a pesquisa “O Campo simbólico da universidade, os professores, a Diversidade Cultural e a excelência acadêmica”.

Anexo

SEMINÁRIO

Diversidade Cultural: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESDOBRAMENTOS

21 A 28 DE MAIO DE 2007

Realização: Observatório da Diversidade Cultural / Diretoria de Arte e Cultura da PUC Minas / Ministério da Cultura, através da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural / Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão (SATED MG).

Patrocínio: Usiminas – através da Lei Federal de Incentivo à Cultura / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Parcerias: Fundação Clóvis Salgado / Grupo de Estudos sobre as Globalizações (GERM).

Apoio: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco / Embaixada do Canadá).

Coordenação: José Márcio Barros (jmbarros@observatoriodiversidade.org.br)

info@observatodiversidade.org.br

Equipe Técnica:

Diretoria de Arte e Cultura:

Cibele Gorete Silva
Fabiana Marques
Fabiana Vieira Rodrigues
Gleisse Renata de Souza
Renata Carvalho Britto

Observatório da Diversidade Cultural:

Shirley Alexandra Ferreira Ribeiro e Amanda Silva

Programação gráfica do seminário:

4x4 Publicidade

Fotografia do Seminário:

Agência Grão Fotografia

Filmagens:

MC Eventos

PROGRAMAÇÃO:

21 de maio : ABERTURA:

Magnífico Reitor da PUC Minas – Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Secretário da Diversidade Cultural do MinC – Sérgio Mamberti

Diretor de Arte e Cultura da PUC Minas e coordenador do Observatório da Diversidade Cultural – Prof. José Márcio Barros

Presidente da Fundação Clóvis Salgado – Lúcia Camargo

Usiminas- Eliane Parreiras

Representante do Sated/MG: José de Oliveira Júnior

MESA-REDONDA: PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DA Diversidade Cultural – ATUAL ESTÁGIO

Sala Juvenal Dias

EMENTA: discussão do atual estágio em que se encontra o processo de ratificação da Convenção da Unesco, desafios, experiências e ações efetivas realizadas.

CONVIDADOS:

Jurema Machado – Unesco

Guillermo Rishchynski – Embaixador do Canadá no Brasil

Giselle Dupin (Funarte/MinC)

François de Bernard (GERM)

Coordenador: José Márcio Barros – PUC Minas/ODC

24 de maio

DEBATE: OUTROS SONS – Diversidade Cultural, MÚSICA E DANÇA

Teatro João Ceschiatti

EMENTA: a música como expressão da Diversidade Cultural. Diversidade étnica, pluralidade musical e sensorialidades plurais.

CONVIDADOS:

Paco Pigalle – produtor musical e DJ.

Dudude Herrmann – bailarina e coreógrafa

Coordenador: José de Oliveira Junior – Sated/MG

25 de maio

**MESA-REDONDA: Diversidade Cultural
E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Sala Juvenal Dias

EMENTA: discussão sobre as articulações teóricas e estratégicas entre a Diversidade Cultural e a promoção do desenvolvimento humano.

CONVIDADOS:

Márcio Antônio Salvato – IDHS – Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável

Gersem Luciano Baniwa – antropólogo e representante da comunidade dos Baniwa

Cesária Alice Macedo – MinC

Coordenador: Milton Nogueira

28 de maio

MESA-REDONDA: EDUCAÇÃO E Diversidade Cultural

Sala Juvenal Dias

EMENTA: a educação e a Diversidade Cultural: o acesso, o encontro e as trocas entre diferenças e diferentes.

CONVIDADOS:

Nilma Lino Gomes – Universidade Federal de Minas Gerais
Tânia Dauster – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC Rio)

Coordenador: Américo Córdula – Secretaria da Diversidade Cultural MinC.

10 a 28 de maio

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: Diverso

Espaço Fotográfico

Curadoria: Luan Barros

FOTÓGRAFOS CONVIDADOS: Pedro David, Eugênio Sávio, Rodrigo Albert



SEMINÁRIO

Diversão
C



idade
CULTURAL



autêntica

www.autenticaeditora.com.br

0800 2831322

ISBN 978-85-7526-328-0



Este livro reúne textos que tratam da importância de se promover e proteger a Diversidade Cultural, entendida aqui em sua complexidade a partir de análises que a articulam com a educação, a cultura, as artes e o desenvolvimento humano. Os autores, importantes nomes da Educação, da Antropologia, da Arte-Educação e das Ciências Sociais em geral, mos-



tram as discussões atuais sobre o assunto, sinalizam para onde parece caminhar o Brasil, o governo federal e nossa educação quando o assunto é Diversidade Cultural e tratam, ainda, de educação indígena, da diversidade étnico-racial e da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promovida pela Unesco. O que diz essa Convenção? O que se pretende com



ela? Essas são algumas das questões elucidadas neste livro que se empenha, principalmente, em responder: como promover e proteger nossa diversidade cultural?

Secretaria da Identidade
e da Diversidade Cultural

Ministério
da Cultura

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

SATED
MINAS



PUC Minas
Diretoria de Arte
e Cultura



FUNDAÇÃO
CLÓVIS SALGADO
palácio das artes

**GOVERNO
DE MINAS**
Construindo um novo tempo
CULTURA

FAPEMIG
Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de Minas Gerais

USIMINAS
SEMPRE PRESENTE E ATUANTE.



OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL